Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2024 Nª 25.634 Preço banca: R$ 3,50

Número de denúncias de violência contra idosos cresce em 2024

O caso da mulher que levou um idoso morto ao banco para conseguir empréstimo chamou a atenção pela situação extrema de exploração. As investigações ainda estão em andamento, mas a mulher está presa, acusada de fraude e vilipêndio de cadáver.

Idosos estão entre os grupos mais vulneráveis do país. Só nos três primeiros meses de 2024 já foram registradas 42.995 denúncias de violações contra pessoas de 60 anos de idade ou mais na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Número bem maior do que os do mesmo período de 2023, com 33.546 registros, e de 2022, com 19.764. Entre os abusos mais comuns este ano, destaques para negligência (17,51%), exposição de risco à saúde (14,68%), tortura psíquica (12,89%), maus tratos (12,20%) e violência patrimonial (5,72%).

E o que leva familiares a agredir ou a explorar os idosos? Cada caso tem particularidades, mas há fatores mais comuns como exaustão do cuidador, falta de preparo, desconhecimento da lei e condições socioeconômicas precárias. É o que explica Sandra Rabello, coordenadora de projetos de extensão do Núcleo de Envelhecimento Humano da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), e presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Página 3

Governo lança Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho

Página 10

BC comunica o vazamento de dados de 3 mil chaves Pix

Página 7

Setor de cadastro do Iamspe terá atendimento noturno, aos fins de semana e feriados

O Setor de Cadastro do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) passou a ter atendimento noturno, aos fins de semana e feriados desde o mês de março. O serviço funciona pelo número (11) 4573-8502, das 19h às 7h, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, domingos e feriados, a assistência é 24 horas por dia. A novidade é destinada ao usuário que estiver "inapto" no sistema cadastral durante sua passagem no Pronto-Socorro do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) ou em algum serviço de emergência de outras instituições credenciadas.

Está mantido o atendimento presencial do Setor de Cadastro no térreo do Prédio Administrativo do Iamspe, localizado na Av. Ibirapuera, nº 981, das 7h às 16h, de segunda a sexta-feira. Durante a semana também, o serviço presta assistência aos usuários pelos números: (11) 4573-9954 ou 4573-9955.

A novidade da ampliação do atendimento do Setor de Cadastro faz parte do projeto de modernização e aprimoramento da assistência prestada aos beneficiários do Instituto. Também fazem parte do plano o novo aplicativo "Iamspe Digital", a reestruturação do layout do Portal do Beneficiário no site, agora integrado ao portal Gov.Br, e a nova Central de Atendimento Multicanal, que conta com envio de notificação via WhatsApp.

Novas vacinas contra covid-19 chegam na próxima semana

Novas doses da vacina contra covid-19 devem chegar na próxima semana para serem distribuídas aos estados, segundo o Ministério da Saúde. O processo de compra dos imunizantes teve início em 2023 e as doses estão atualizadas para proteger contra a variante XBB da covid-19.

De acordo com a pasta, alguns municípios podem estar sem estoque, mas a maior parte das redes de saúde dos estados ainda tem doses da Coronavac e da Pfizer, para adultos que precisam completar o esquema vacinal. O Ministério da Saúde enfatiza que as vacinas disponíveis nos postos de vacinação continuam efetivas contra as formas graves da doença.

Além disso, a rede continua abastecida com as vacinas para o público infantil que, segundo o ministério, é um público prioritário em razão da baixa cobertura vacinal. Entre os jovens com menos de 14 anos, apenas 11,4% receberam as três doses do imunizante.

No Brasil, as vacinas contra covid-19 são recomendadas para a população geral a partir dos 6 meses de idade. O esquema vacinal primário é de pelo menos duas doses. (Agência Brasil)

Apostas online só poderão ser pagas por PIX, transferência ou débito

Foto/Joédson Alves/ABr

Página 3

Prefeitura inicia projeto para enfrentar violência contra crianças e adolescentes em parceria com a USP

Página 2

Estados se unem para enfrentar desmatamento no Pantanal

A construção de um plano integrado de prevenção e controle de desmatamento e queimadas, com o alinhamento às leis estaduais, às ações de monitoramento compartilhadas e ao fomento da produção sustentável no Pantanal foram compromissos assumidos, na quinta-feira (18), pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Página 10

Esporte

SM Kart Competition comemorou terceira etapa em Interlagos

Com a participação de 232 inscritos, campeonato distribuiu 405 brindes e prêmios entre os participantes

Com muita alegria nos boxes e competitividade no Kartódromo de Interlagos, o SM Kart Competition comemorou no último domingo a terceira etapa do campeonato, reunindo 232 inscritos e distribuindo 405 brindes e prêmios.

Fora da pista vários desafios e brincadeiras divertiram os pilotos e o público, como o pódio rotativo para os vencedores e o Desafio do Bambolê. No evento todo foram sorteados macacões para as duplas das categorias Sênior/Super Sênior, Speed Angels Mista, Speed Angels Light/Estreantes Feminina, um macacão feminino, um macacão masculino, e dois pares de luva DKR no desafio do mês, que foi a cronometragem dos pilotos masculino e feminino que ficaram mais tempo girando um bambolê na cintura.

Confira os seis primeiros de cada categoria na 3ª etapa do SM Kart Competition:

ESTREANTES FEMININA: 1) Aurelia Freitas; 2) Gabriela Rodrigues Bezerra; 3) Mirna Lopes; 4) Maria Eduarda Stancione; 5) Rafaela Eccel; 6) Ana Beatriz Tonsig.

SPEED ANGELS LIGHT: 1) Pyetra Leão; 2) Nathalia Bezerra; 3) Lilian Maurici; 4) Nina Aguiar; 5) Lucimara Ido Reimberg; 6) Fernanda Lemucchi.

DESAFIO SPEED ANGELS LIGHT/ESTREANTES FEMININA – DUPLAS: 1) GIRLS RACING (Aurélia Freitas – Lucimara Ido); 2) IRMÃS BEZERRA (Gabriela Bezerra – Nathalia Bezerra); 3) MINI (Mirna Lopes – Nina Aguiar);

ESTREANTES MASCULINOS: 1) Ovidio Potasio; 2) Lucas D'Angelo; 3) Eliel Santos; 4) Rafael Mota; 5) Danilo Montoanelli; 6) Anderson Lopes Souza.

NOVATOS MASCULINOS: 1) José Rodrigo Taveira; 2) Ryan Eccel; 3) Ciro Albarelli; 4) Nicolas Rodrigues; 5) João Pedro Rocha Troya; 6) Gustavo Pavan.

GRADUADOS B: 1) João Pedro Rocha Troya; 2) Gabriel Fernandes; 3) Amanda Ramos; 4) Fernando de Sá Viana; 5) Kauê Gomes; 6) Alan Zanutto.

GRADUADOS: 1) Alberto Otazu; 2) Peterson Rodrigues; 3) Kimi Morgan; 4) André Tristão; 5) Matheus Nozaki; 6) Guilherme Forlani.

SENIOR 40 ANOS: 1) Paulo Policeno; 2) André Reis; 3) Fabio Roberto Gomes; 4) Jorge Roque; 5) Marcelo Carvalhaes; 6) Carlos Barros.

SUPER SENIOR 55 ANOS: 1) Valdo Gregório; 2) Jorge Filipe; 3) José Wilton Junior; 4) Miguel Sacramento; 5) Roberto Guimarães; 6) João Otazú.

SENIOR 40 / SUPER SENIOR 55 – GERAL: 1) Paulo Policeno; 2) André Reis; 3) Valdo Gregório; 4) Fabio Roberto Gomes; 5) Jorge Filipe; 6) Jorge Roque.

SENIOR 40 / SUPER SENIOR 55 – DUPLAS: 1) SÓ NA MORAL (Carlos Barros – Valdo Gregório); 2) SÃO JORGE (Jorge Roque – Jorge Filipe); 3) O REI E A PRINCESA (André Reis – Alberto Otazú).

DESAFIO SPEED ANGELS MINI ENDURANCE MISTA: 1) Jessica Munic; 2) João Gabriel Gregório; 3) Parasurama Santana; 4) Jorge Roque; 5) Carlos Barros; 6) Enzo Gregório.

Foto/ Priscila Paiva

Os *grids cheios do SM Kart Competition chegam a somar mais de 200 pilotos*

DESAFIO SPEED ANGELS MINI ENDURANCE MISTA – DUPLAS: 1) TRATOR E ESTEIRA (Jessica Munic – Valdo Gregório); 2) SÓSIAS RACING (Peterson Rodrigues – Carlos Barros); 3) SÃO JORGE ANGELS (Jorge Filipe – Jorge Roque).

KDA LIGHT: 1) Kimi Morgan; 2) Alan Zanutto; 3) Nicolas Rodrigues; 4) Matias D'Arino; 5) Parasurama Santana; 6) Adimir Rosa.

FUTEROCK HEAVY 105KG: 1) Rodrigo Oliveira; 2) Gustavo Pavan; 3) Aguinaldo Zanutto; 4) Charley Gima; 5) Michel Romero; 6) Luiz Marcelo Oliveira.

KDA LIGHT / FUTEROCK HEAVY – GERAL: 1) Kimi Morgan; 2) Alan Zanutto; 3) Nicolas Rodrigues; 4) Rodrigo Oliveira; 5) Matias D'Arino; 6) Gustavo Pavan.

DEPINTOR RACING NASCAR: 1) Clovis Eduardo; 2) Jonatas Barbosa; 3) Marcos Depintor; 4) Jessica Munic; 5) Daniel Mascarenhas Quintela; 6) Miguel Sacramento.

DEPINTOR RACING STOCK: 1) Paulo Depintor; 2) Antônio Carlos Alves; 3) Rogério Vaz; 4) Isaias Gonçalves Santos; 5) Fernando Henrique; 6) Luiz Felipe.

SANTIDADE RACING: 1) Regys Castanheiras Alves; 2) Anderson Tanaka; 3) Diego Santana; 4) Adener Almeida Santos; 5) Douglas Rocha; 6) Jessica Tanaka.

MARIO ROTAMA: 1) Robson Azevedo; 2) André José; 3) Alisson Antonelli; 4) Mario Rotama; 5) Mateus Paiva dos Santos; 6) José Carlos Santos.

FLOWGARAGE: 1) Alan Zanutto; 2) Henrique Corsi; 3) Matheus Sergi; 4) Leonardo Baldin; 5) Lucas Viana; 6) Victor Augusto Baptista.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aqui jaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Roliços Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burguer, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clinica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy, Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercadão, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Escola de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri's, PFox Informática, Philadelfia Confecções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizza, Surah Korean Cuisine, Trip 'n' Ride, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizza e Pasta.

Municípios receberão cerca de R$ 880 mi com arrecadação de ISS

A concessão de 213 km de rodovias do Lote Litoral deverá gerar uma receita de R$ R$ 878,6 milhões de repasse de ISS aos municípios da região.

O imposto incide principalmente sobre a receita das tarifas de pedágio recebida pela concessionária. O valor foi calculado de acordo com a demanda prevista pelo estudo de viabilidade do projeto durante os 30 anos do contrato de concessão.

O consórcio Novo Litoral, liderado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura (CBI), venceu o leilão internacional realizado na terça-feira (16), na sede da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. O grupo propôs desconto de 10,17% sobre a contraprestação pública máxima de R$ 199 milhões por ano a ser paga pelo Estado.

A Parceria Público-Privada do lote prevê investimentos de R$ 4,3 bilhões para a realização de intervenções estruturais e melhorias nas rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manuel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga).

Os trechos passam pelos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu. A fiscalização contratual será de responsabilidade da Artesp.

Serão mais de 90 km de duplicações, 10 km de faixas de ultrapassagem e 47 km de acostamentos, construção de 73 km de ciclovias e 27 novas passarelas para passagens de pedestres. Além disso, a concessão prevê serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras.

Free Flow

As rodovias do Lote Litoral contarão com o modelo de cobrança automática de tarifas, também conhecido como Free Flow. O sistema permite que motoristas trafeguem sem a necessidade de parar em praças físicas de pedágio.

Composto por "pórticos", com câmeras e sensores capazes de identificar o veículo por uma tag de cobrança ou pela placa, a tecnologia permite a cobrança justa da tarifa de acordo com o trecho rodado, de forma mais fácil, rápida e segura.

A PPP prevê a instalação de 15 pórticos ao longo de todo o trecho concedido. Como o número de pórticos é maior que o de praças de pedágio convencionais, o pagamento da tarifa é mais adequado de acordo com a distância rodada.

Além de tarifas mais justas, que vão variar de R$ 1 a R$ 6, o sistema traz uma série de benefícios: maior conveniência para os motoristas, melhoria na fluidez do trânsito, eficiência na coleta de tarifas, além da redução dos custos operacionais.

Oportunidades de R$ 220 bilhões

O Governo de São Paulo tem previsão para 13 projetos em leilões ao longo de 2024. O primeiro deles foi o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte, realizado em fevereiro, que vai ligar a cidade de São Paulo a Campinas. A carteira de projetos de concessões, desestatizações e parcerias da atual gestão estadual é estimada em mais de R$ 220 bilhões em capital privado, com 20 projetos qualificados e a previsão de 44 leilões até o final de 2026.

Prefeitura inicia projeto para enfrentar violência contra crianças e adolescentes em parceria com a USP

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) assinou na última segunda-feira (15) um convênio com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) para oficializar o projeto "Laboratório de Violência, Vulnerabilidade e Saúde Humana (LVVH): uma proposta para detectar, quantificar e reduzir os danos promovidos pela violência contra crianças e adolescentes em São Paulo".

O projeto, oficializado junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), terá duração de quatro anos e pretende contribuir com a melhoria, atualização e complementação de políticas como a Linha de Cuidado Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Violência (2015), o Plano Municipal pela Primeira Infância (2018-2030) e o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2023), em São Paulo.

O objetivo é reduzir a subnotificação da violência contra crianças e adolescentes por meio da detecção de casos suspeitos não reportados. "A nossa estimativa é de que cerca de 30,8% dos casos de violência contra esse público sejam notificados pelos serviços de saúde, ou seja, há um grande número deles registrados como ocorrências pontuais pelos serviços, mas ao analisar, por exemplo, o tipo de ocorrência e a quantidade de vezes que a criança é atendida em prontos-socorros e hospitais, tem-se o indício claro de que ela pode ser vítima de violência", explica a coordenadora da Área Técnica de Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Violência da SMS, Cássia Liberato Muniz Ribeiro.

O projeto promoverá o linkage (ligação de dois ou mais bancos de dados independentes, porém com variáveis em comum) de bases de dados da saúde como Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinam) e Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (Siga), possibilitando a compreensão das trajetórias das vítimas e de fatores de risco, de agravamento e de morte por violência, além de indicar as possíveis fragilidades dos dados e aperfeiçoamento de processos para qualidade da informação.

Vale lembrar que todos os equipamentos de saúde da cidade de São Paulo contam com Núcleos de Prevenção à Violência (NPVs), responsáveis por reportar casos suspeitos ou confirmados e realizar os encaminhamentos necessários junto à rede de proteção, seja da criança e adolescente, da mulher ou do idoso.

A diretora da FMUSP, Eloísa Bonfá, elogia a iniciativa e reitera a necessidade da universidade "transpor os muros e ir para a ação". "Queremos tornar visível o que acontece com os mais vulneráveis, e esta iniciativa representa uma oportunidade importantíssima não apenas de trazer esses dados, mas também de saber o que fazer com eles, promover mudanças a partir deles", diz.

O secretário municipal da saúde, Luiz Carlos Zamarco, lembra ainda que a SMS possui uma parceria consistente com a Secretaria Municipal da Educação (SME). "Avançamos muito nos cuidados com as crianças e adolescentes por meio de projetos como o Saúde na Escola, além de outras iniciativas com as quais conseguimos, por exemplo, reduzir de forma importante a gravidez entre as adolescentes na cidade; certamente esta nova parceria com a USP será um marco, pois nos permitirá agir a partir dos dados coletados nos sistemas de saúde".

A professora Linamara Rizzo Battistella, pesquisadora principal e responsável pelo projeto Laboratório de Violência, Vulnerabilidade e Saúde Humana (LVVH), ressalta o foco em políticas públicas neste projeto aprovado pela Fapesp, com a busca de resultados inovadores e de impacto para a sociedade. Para a pesquisadora, que durante 10 anos atuou como secretária de estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, implementando políticas de inclusão para este público, "a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo é uma escola de produção de políticas públicas, certamente esta será mais uma iniciativa que servirá de referência para outras cidades do país".

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Quais vereadores, vereadoras e seus partidos lutam pra alcançar pelo menos alguns dos 8 jeitos de mudar o mundo, parte dos 17 objetivos de desenvolvimento do milênio 2030 (via ONU)? Leia nos tópicos finais

PREFEITURA (São Paulo)

Pergunta da hora : em quais setores - além dos que o Ministério Público levantou nos transportes coletivos e agora na Educação - existem empresas que possam estar infiltradas pra lavar dinheiro pro crime organizado ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Agora que a Polícia Civil afirma ter sido excluída das operações [com MP-SP e Polícia Militar prendendo membros do PCC ligados a 2 empresas de ônibus da capital], o que tá dizendo o deputado delegado Olim (PP) ?

GOVERNO (São Paulo)

Em 2008, parte da Polícia Civil estava em greve e entrou em confronto com a Polícia Militar na área do Palácio Bandeirantes. O governador era José Serra (PSDB), que mandou a PM enfrentar o movimento e sindicalistas

CONGRESSO (Brasil)

Ministros do Supremo conversando com presidentes do Senado e da Câmara Deputados e até filiados a partidos governistas também querendo afastar o deputado (SP) Padilha (PT), ministro das Relações Institucionais

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Assim como o MST não tá satisfeito com o 3º governo Lula (dono do PT), várias categorias de servidores federais também não estão. Em tempo: hoje é dia dos indígenas e muitos deles também estão bem insatisfeitos

HISTÓRIAS

Os 8 Jeitos de Mudar o Mundo - em níveis locais dos 17 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (via ONU) até 2030: acabar com a fome e a miséria; educação básica de qualidade pra todos; igualdade entre sexos e ...

POLÍTICAS

... valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater todas as doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Desenvolve SP libera R$ 19 mi para obras de saneamento básico no estado

A Desenvolve SP já financiou cerca de R$ 19 milhões em projetos de saneamento básico de várias cidades paulistas nos primeiros 15 meses da atual gestão do governo do Estado. O crédito liberado pela agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico permite, por exemplo, que as gestões municipais aumentem as redes de tratamento de água e esgoto e invistam na coleta e armazenamento de resíduos sólidos.

Várias obras já foram finalizadas. Com a conclusão de todas, vai chegar a mais de 430 mil o total de moradores beneficiados em Caçapava, Iracemápolis, Itapuí, Jaboticabal, Nova Independência, Penápolis, Pederneiras, Pitangueiras, Morro Agudo e Artur Nogueira.

"Nossa missão é gerar desenvolvimento sustentável. Esses investimentos beneficiam o meio ambiente, diminuem as desigualdades sociais e atraem novos empreendimentos para os municípios, gerando mais empregos, renda e autonomia.", afirma Gustavo Melo, diretor da área de Negócios e Fomento da Desenvolve SP.

Mais água em Jaboticabal

A capacidade de abastecimento da cidade de Jaboticabal, com 71 mil habitantes, cresceu 22% com um novo poço artesiano dentro da Estação de Tratamento de Água. Já o segundo poço, no bairro Vale do Sol, deve ficar pronto até o final deste ano. As obras em Jaboticabal contam com R$ 11 milhões em créditos da Desenvolve SP. Antes, bairros inteiros passavam muitos dias sem água. O cabeleireiro e proprietário de um salão, José Maria, morador do bairro Grajaú, precisava estocar água em baldes para lavar a cabeça dos clientes. "Graças a Deus não falta mais água nas torneiras, posso trabalhar tranquilamente", disse.

Fim do mau cheiro em Pitangueiras

Obra histórica para os mais de 33 mil moradores do município de Pitangueiras, a Estação de Tratamento de Esgoto – a primeira da cidade – mudou a qualidade de vida da população. Os dejetos não são mais lançados no córrego que corta a cidade. A ETE trata 100% do esgoto e teve 60% das obras financiados por meio da Desenvolve SP. "Com essa benfeitoria que fizeram no tratamento de esgoto, ficou muito bom. Acabou o mau cheiro, ficou mais agradável. Foi um grande benefício para todos nós", afirmou o empresário Claudemir Mendes, que mora a 150 metros do córrego das Pitangueiras.

Marco Legal do Saneamento

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 49 milhões de brasileiros ainda vivem sem coleta de esgoto adequada. Outros quase 5 milhões ainda não têm acesso à água encanada e 1,2 milhão não têm banheiro, sequer um sanitário. Esse é o cenário quase quatro anos depois de entrar em vigor o Novo Marco Legal do Saneamento, sancionado em junho de 2020. O texto define meta única para todos os municípios do país, a de que, até 2033, o Brasil deve fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%.

Governo amplia pontos de monitoramento do Rio Tietê de 11 para 30

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) implementou 19 novos pontos de medição da qualidade da água no Rio Tietê, ampliando o total para 30. A medida integra o programa IntegraTietê, que completa um ano de atuação em prol do maior rio do Estado. Além disso, houve aperfeiçoamento do indicador, que agora utiliza o COT (Carbono Orgânico Total), mais rápido, transparente, seguro e preciso, em que já foi possível observar melhora nas concentrações. A Cetesb também criou sua 47ª Agência Ambiental, dando mais agilidade aos processos de emissão de licenças para o programa.

A partir da utilização do novo indicador, a carga é obtida por meio do produto entre a vazão média diária e a concentração medida no momento da coleta. Em 2023, a medição ocorreu em duas frentes: quantidade de carga orgânica gerada na bacia do Alto Tietê, medida no ponto de saída (Reservatório Edgard de Souza), e a concentração média de COT nos afluentes do Rio Tietê na bacia do Alto Tietê. Com isso, os resultados já mostraram uma uma melhora na qualidade da água acima do esperado nos últimos 12 meses, a carga média anual foi de 202 toneladas/dia, inferior à meta de 210 toneladas/dia e a média ponderada de COT foi de 30,6 mg/L, inferior à meta máxima prevista de 34 mg/L.

O resultado se deve, principalmente, ao aumento dos domicílios atendidos pela rede, em função da expansão das obras, que marcam o início do IntegraTietê. Os dados completos podem ser acessados em semil.sp.gov.br/integratiete. Importante destacar que, em função da ampliação do número de afluentes monitorados, as metas também foram alteradas, uma vez que se espera uma melhora na representatividade do indicador.

"O monitoramento de um corpo hídrico sofre muita influência de fatores climáticos e é importante ressaltar que estamos saindo de um período chuvoso. Trabalhamos com médias anuais na avaliação dos resultados e acompanhamento das metas do programa.", conta a diretora de Engenharia e Qualidade Ambiental, Carolina Fiorillo Mariani.

Para além da concentração do COT nos afluentes e da carga de COT na saída da região metropolitana de São Paulo (RMSP), a Cetesb, em 2023, monitorou o Rio Tietê em 16 pontos ao longo de toda a sua extensão, desde o trecho mais próximo da sua nascente, em Biritiba-Mirim, no Alto Tietê, até próximo da sua foz, no Baixo Tietê, em Itapura.

A companhia também dispõe de quatro estações automáticas para monitoramento da qualidade em pontos estratégicos do rio: em Mogi das Cruzes, em Pirapora-Rasgão, em Itu e em Laranjal Paulista, as quais monitoram a qualidade da água a cada cinco minutos para os parâmetros Oxigênio Dissolvido, pH, Turbidez, Condutividade Elétrica e Temperatura.

O perfil de qualidade das águas do Rio Tietê, ao longo de toda sua extensão, mostra o comportamento espacial da qualidade das águas em função das diferentes características de uso e ocupação do solo, que cruza a principal Região metropolitana do país, recebe contribuições das regiões de Piracicaba e Sorocaba e cruza as plantações de cana de açúcar existentes no interior do estado.

A rede básica da Cetesb, que é mantida desde a década de 1970, traz dados de qualidade da água dos principais rios de São Paulo em detalhes, entre eles o Rio Pinheiros e o Rio Tietê, disponíveis por meio de relatórios: https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/publicacoes-e-relatorios/.

"Poder contar com os dados históricos da Cetesb dá contexto ao trabalho que foi realizado ao longo dos anos e mostra a escala do desafio que enfrentamos. Reforçamos nosso monitoramento no rio e seus afluentes para assegurar que as medidas adotadas sejam efetivas. Nosso monitoramento tem mostrado que estamos caminhando na direção correta", afirma o diretor-presidente da Companhia Ambiental, Thomaz Toledo.

Jornal **O DIA** S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Número de denúncias de violência contra idosos cresce em 2024

O caso da mulher que levou um idoso morto ao banco para conseguir empréstimo chamou a atenção pela situação extrema de exploração. As investigações ainda estão em andamento, mas a mulher está presa, acusada de fraude e vilipêndio de cadáver.

Idosos estão entre os grupos mais vulneráveis do país. Só nos três primeiros meses de 2024 já foram registradas 42.995 denúncias de violações contra pessoas de 60 anos de idade ou mais na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Número bem maior do que os do mesmo período de 2023, com 33.546 registros, e de 2022, com 19.764. Entre os abusos mais comuns este ano, destaques para negligência (17,51%), exposição de risco à saúde (14,68%), tortura psíquica (12,89%), maus tratos (12,20%) e violência patrimonial (5,72%).

E o que leva familiares a agredir ou a explorar os idosos? Cada caso tem particularidades, mas há fatores mais comuns como exaustão do cuidador, falta de preparo, desconhecimento da lei e condições socioeconômicas precárias. É o que explica Sandra Rabello, coordenadora de projetos de extensão do Núcleo de Envelhecimento Humano da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), e presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

"As famílias podem cometer esses crimes por falta de conhecimento e de preparo ao cuidar de pessoas fragilizadas. A falta de informação, de divulgação sobre a legislação, traz dificuldades nesse cuidado. As condições de vida, como o desemprego, também favorecem as pessoas a cometerem determinados crimes, como empréstimos consignados, extorsão, pressão sobre os idosos, violência psicológica. Outra questão é a exaustão sobre o cuidado de idosos, fragilizados ou com síndrome demencial. Isso pode prejudicar muito os relacionamentos dentro das famílias", explica Sandra Rabello.

Para a especialista, é preciso olhar para além dos aspectos e responsabilidades individuais de cada crime. "E entender que há dimensões coletivas na violência contra os idosos, que começam com exclusão e invisibilidade. Falta um olhar mais atento da sociedade e ações mais concretas de órgãos públicos para fiscalizar o cuidado dos idosos".

"Os idosos tendem a proteger filhos, netos, que às vezes são dependentes químicos, ou estão desempregados. A identificação de abusos pode surgir através da convivência de um profissional com a pessoa idosa, que vai observar os sinais e fazer uma intervenção. Nos casos de exploração, o profissional deve estimular a pessoa idosa a fazer a denúncia ao Ministério Público", disse Sandra Rabello.

Entendimento semelhante tem Fatima Henriette de Miranda e Silva, presidente da Comissão de Atendimento à Pessoa Idosa da Ordem dos Advogados do Brasil-RJ.

"Para prevenir essas violências, entendo ser necessário investir em educação e conscientização sobre os direitos dos idosos, promover o diálogo e o apoio dentro das famílias, proporcionar serviços de assistência social e psicológica para os idosos em situação de vulnerabilidade", defende Fatima. "Importante ter campanhas, políticas públicas, com participação de governantes, familiares e toda a sociedade".

Quando a violência acontece, aqueles que a presenciaram devem buscar os canais apropriados de denúncia. Em muitos casos, uma intervenção inicial é capaz de evitar problemas maiores, disse a advogada.

"Vítimas, familiares ou qualquer pessoa que testemunhe casos de abusos, denuncie imediatamente às autoridades competentes, como delegacias especializadas em proteção do idoso, o Ministério Público ou o Disque 100. Também estão sendo recebidas queixas nas delegacias de bairro", recomenda Fatima.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reforça que o Disque 100 funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana e registra denúncias de violações, dissemina informações e orienta a sociedade sobre a política de direitos humanos. O canal pode ser acionado por meio de ligação gratuita, discando 100 em qualquer aparelho telefônico. Pela internet, as denúncias podem ser feitas no site da Ouvidoria, pelo WhatsApp (61) 99611-0100) ou Telegram. O serviço também dispõe de atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), no site da Ouvidoria. (Agência Brasil)

STF reafirma que todas as decisões da Corte são fundamentadas

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou na quinta-feira (18) que todas as decisões tomadas pela Corte são fundamentadas. A manifestação foi feita após um comitê da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos divulgar notificações do ministro Alexandre de Moraes direcionadas à rede social X, antigo Twitter.

Na quarta-feira (17), os documentos, que estão em segredo de Justiça, foram divulgados pela comissão, que tem parlamentares ligados ao ex-presidente Donald Trump no comando dos trabalhos.

As notificações fazem parte de diversas determinações para retirada de conteúdos considerados ilegais por Moraes. A remoção das postagens são consideradas como censura pelos críticos do ministro.

Ao se manifestar sobre a divulgação do comitê, o Supremo rebateu acusações de que as decisões não foram fundamentadas. Segundo o STF, os documentos que foram divulgados são ofícios enviados às plataformas para cumprimento das decisões.

A Corte declarou ainda que todas as partes envolvidas em processos têm acesso à fundamentação das decisões.

"Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", afirmou a Corte.

A ofensiva contra o Supremo e Alexandre de Moraes nos Estados Unidos começou após o ministro incluir o empresário norte-americano Elon Musk, dono da rede social X, no inquérito que investiga atuação de milícias digitais para disseminar notícias falsas no país. (Agência Brasil)

Haddad antecipa retorno dos Estados Unidos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, antecipou para a noite da quinta-feira (18) o retorno da viagem aos Estados Unidos. Ele deixou Washington às 22h (horário local, 23h no Brasil) e chegará a Brasília na manhã desta sexta-feira (19).

Segundo a assessoria de imprensa da pasta, o retorno antecipado é motivado pela agenda econômica em Brasília e pelas negociações com o Congresso envolvendo projetos de interesse do governo. Na próxima semana, está previsto o envio de dois projetos de lei complementar com a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo e o projeto de renegociação da dívida dos estados.

Originalmente, a regulamentação da reforma tributária seria encaminhada ao Congresso nesta semana. O envio, no entanto, foi adiado por causa da viagem de Haddad aos Estados Unidos, onde o ministro participa da Reunião de Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e da segunda reunião de ministros das Finanças e presidentes dos Bancos Centrais da presidência do Brasil do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. (Agência Brasil)

Dos 48 estaleiros brasileiros, 15 estão desativados ou sem demanda

Levantamento feito pelo Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), lançado na quinta-feira (18), mapeou 48 estaleiros brasileiros. A constatação é que pelo menos seis estão desativados e nove estão ativos, mas atualmente não têm demanda de projetos navais.

Entre os estaleiros ativos, mas sem demanda atualmente, estão os dois maiores do país: Enseada, na Bahia, e o Atlântico Sul, em Pernambuco. Juntos, os dois têm capacidade para processar mais de 200 mil toneladas de aço por ano, ou seja, 40% da capacidade instalada na indústria naval brasileira.

Outro estaleiro de grande porte que está sem demanda é o QGI, no Rio Grande do Norte. Outro, o Brasa, no Rio de Janeiro, encontra-se desativado, segundo o IBP.

A Petrobras participou da produção do levantamento. Segundo o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a empresa, sendo a principal operadora petrolífera no país, tem uma responsabilidade como o pilar principal da demanda naval no Brasil.

"A indústria naval não é uma indústria antiquada, superada. Ela tem ciclos novos, que se renovam. Além do petróleo vamos continuar precisando de barcos de apoio para as usinas eólicas *offshore*, para transporte de passageiros, logística", disse Prates. "Temos que deixar de colocar esse rótulo de que resgatar essa indústria é coisa antiquada, com cheiro de mofo."

O mapeamento mostra que cinco estaleiros atendem a projetos da Petrobras, inclusive quatro dos 13 grandes mapeados pelo levantamento. Prates citou como exemplo a produção de módulos das plataformas P78, P80 e P83, na Brasfels, no Rio de Janeiro; da P79, no EBR, no Rio Grande do Sul; e da P82, no Jurong Aracruz, no Espírito Santo.

"Temos expectativas para a construção, em breve, da P84 e da P85. Essas junto com a P82 e P83 são as maiores já construídas pela Petrobras com capacidade de produção de 225 mil barris/dia", disse o presidente da estatal.

Segundo ele, há ainda projetos de embarcações de apoio que serão contratadas em breve pela Petrobras. Somente este ano, serão 34 contratações, sendo 24 já anunciadas neste mês. Dez serão anunciadas até o fim do ano.

No evento, ele também defendeu que o governo crie um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Mar, para estimular a indústria naval.

"É preciso que governo, as entidades financeiras, Fundo de Marinha Mercante, todos participem desse processo também de financiamento dessa indústria. Uma demanda bem mapeada, contratos com agente extremamente sólido, com dinheiro garantido para investimento. Tudo isso não deveria ser difícil ter financiamento", disse Prates. (Agência Brasil)

Apostas online só poderão ser pagas por PIX, transferência ou débito

O governo definiu as regras para pagamentos de prêmios e de apostas esportivas de quota fixa, o chamado mercado bet. Criada em 2018, pela Lei 13.756, a modalidade lotérica que reúne eventos virtuais e reais vem sendo regulamentada desde o ano passado.

De acordo com portaria do Ministério da Fazenda publicada na quinta-feira (18), no Diário Oficial da União, as apostas deverão ser prontamente pagas e não poderão ser feitas com cartões de crédito, boletos de pagamento, ou pagamentos com intermediário nem com dinheiro, cheque ou criptomoedas. Dessa forma, as transações financeiras do mercado de bets foram restritas às operações diretas entre contas autorizadas pelo Banco Central.

Os prêmios devem ser pagos em um prazo de 120 minutos, após o fim do evento que gerou as apostas, por meio de uma contra transacional, ou seja, criada pelo operador do mercado de bets, em um banco autorizado, exclusivamente, para receber os aportes das apostas e separada do patrimônio do operador. A conta manterá o valor do prêmio até a transferência ao vencedor da aposta, que só poderá acessar o valor por meio da conta bancária cadastrada no momento da aposta.

A cada encerramento de uma sessão de apostas, o operador fará a apuração dos prêmios e do valor de sua remuneração, conforme o previsto na lei, e deverá garantir a premiação, mesmo que haja saldo insuficiente na conta transacional. As regras permitem que o saldo dessas contas pode ser aplicado em títulos públicos federais.

Além disso, os operadores de bets deverão manter uma reserva financeira mínima de R$ 5 milhões, também na forma de títulos públicos federais, fora das contas transacionais e também das contas próprias para prevenir caso de falência.

Em dezembro de 2023, a proposta apresentada pelo governo ao Congresso Nacional para complementar as regras do mercado de bets foi aprovada e a Lei 14.790 trouxe mais detalhes para a legislação já existente. Entre as novidades, um artigo que veda a operação de agentes privados não autorizados.

A publicação de hoje estabelece o prazo de seis meses, a contar da data de publicação de regulamento específico da recém-criada Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda sobre o assunto, para que os agentes não autorizados regularizem a situação. De acordo com o calendário divulgado pelo órgão, essas normas devem ser publicadas ainda neste mês de abril. (Agência Brasil)

Paraná vai sediar Congresso Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura

Pela primeira vez, o Paraná será a sede do Abeta Summit, o Congresso Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura. O evento, considerado um dos mais importantes fóruns de discussões do setor, acontecerá entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro em Foz do Iguaçu, no Oeste.

O anúncio do Paraná como anfitrião ocorreu durante a WTM Latin America, evento em São Paulo que é uma vitrine de inovação e ofertas de novos produtos, destinos e tecnologias da indústria de viagens e turismo.

O Abeta Summit reúne de forma dinâmica e interativa empresários, gestores públicos, consultores, acadêmicos, ativistas, jornalistas, guias e condutores. Neste ano, acontecerá a 21ª edição do evento. O Paraná possui 423 atrativos registrados no segmento de turismo de aventura e ecoturismo, além de 71 Unidades de Conservação, sendo 25 abertas a visitação pública.

"O turismo de natureza e ecoaventura é um dos principais segmentos no Estado. Por isso, receber esse evento é um reconhecimento dos nossos destinos, colocando o Estado no centro da discussão nacional", destacou a diretora de Promoção, Inovação e Inteligência Turística da Secretaria do Turismo do Paraná, Andressa Szekut.

Para o diretor executivo e sócio fundador do Abeta Summit, Luiz Del Vigna, o evento será um ambiente para a troca de ideias com o objetivo de encontrar soluções para o turismo de natureza brasileiro. Ele afirmou, ainda, que as belezas naturais do Paraná e de Foz do Iguaçu foram fundamentais para a escolha do destino do evento em 2024.

"O Paraná é privilegiado por ter Costa Oeste e Leste banhados por águas. Além disso, Foz do Iguaçu é uma cidade diferenciada do Brasil, que une três países e tem as Cataratas, que é uma das Sete Maravilhas do Mundo", destacou.

O Congresso Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura é organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Realizado desde 2003, é o principal evento da cadeia produtiva do turismo de natureza no Brasil.

Com uma grande variedade de palestras, oficinas de capacitação, estudos de casos e visitas técnicas, o Congresso busca produzir conhecimento e melhorar a capacidade de gestão e inovação de micros e pequenos negócios, ampliar a rede de relacionamentos dos participantes, e promover novas oportunidades de negócios para empresas e destinos turísticos.

O diretor de Patrimônio Ambiental do Instituto Água e Terra (IAT), Rafael Andreguetto, afirma que o Estado está se preparando para receber esse evento no final do ano. "O Instituto Água e Terra e a Secretaria do Turismo estão trabalhando para apresentar todos os produtos, riquezas e atrativos do Estado. O Paraná foi o primeiro Estado do País a ter uma concessão de uso de um parque nacional e também foi o primeiro a realizar uma delegação de uso de um parque estadual, que foi o Vila Velha", disse.

"Além disso, mantemos diversas gestões compartilhadas com prefeituras, indígenas, ONU, entre outras entidades, para a conservação, manutenção e exploração turística desses espaços verdes", complementou. (AENPR)

Parceria entre Google e Ministério da Saúde deve melhorar acesso a UBS

O Ministério da Saúde firmou parceria com a empresa Google para aprimorar o acesso a informações sobre as unidades básicas de saúde (UBS). A parceria, anunciada na quinta-feira (18), inclui a difusão de informações sobre localização, contato e horário de funcionamento, além do calendário de vacinação.

Segundo a pasta, o trabalho envolve a atualização de dados relacionados a mais de 40 mil postos de saúde nos resultados da Busca e do Google Maps, com base em detalhes fornecidos pelo ministério.

A partir de agora, também será exibida uma mensagem com *link* direto para o Calendário Nacional de Vacinação nos resultados das buscas como "postos de saúde próximos a mim".

"Na prática, ao procurar postos de vacinação, utilizando, por exemplo, 'vacinação perto de mim', os usuários encontrarão dados de endereço, telefone e expediente atualizados e o link do Calendário Nacional de Vacinação para acompanhar as datas de imunização", informou o Ministério da Saúde.

De acordo com o ministério, a iniciativa vai contribuir para reforçar junto à população a necessidade de aderir às campanhas de vacinação, tendo em vista a queda de cobertura vacinal verificada nos últimos anos.

Segundo o Google Trends, ferramenta que mostra quais são as palavras-chave e os assuntos mais pesquisados pelas pessoas na internet, o Brasil é o terceiro país mais ativo em buscas relacionadas à saúde e o sétimo em interesse por vacinação globalmente, desde 2004. Nos últimos 12 meses, o país manteve sua posição entre os oito primeiros na classificação mundial. (Agência Brasil)

ALPHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ 90.982.679/0001-54

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

A pessoa física abaixo identificada, por intermédio do presente instrumento, – **DECLARA sua intenção de adquirir o controle societário da ALPHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, CNPJ 90.982.679/0001-54,** que passará a funcionar com as características abaixo especificadas, negócio cuja concretização depende da aprovação do Banco Central do Brasil,conforme previsto na **Alteração Contratual firmada em 02/08/2023, firmado entre as partes; Denominação social: ALPHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA Local da sede: Avenida Sete de Setembro, 483 – sala 12 - Centro - Erechim – RS - CEP 99700-084 Composição societária: - controlador: Adeildo da Conceição Basilio, CPF 063.163.198-43, com 86,5% de participação no Capital Social**. II – A pessoa física signatária deste documento ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet) Preencher o campo "Número do Processo Administrativo Eletrônico – PE" com o número do processo mencionado abaixo . Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo. Processo nº BCB/DEMAP BANCO CENTRAL DO BRASIL. Gerência Técnica em Curitiba (GTCUR), Erechim(RS), 12 de abril de 2024. Adeildo da Conceição Basilio

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

AGRO REUNIDAS S/A

CNPJ/MF Nº 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30.685	50.680
Aplicações financeiras	200.000	200.000
Total do ativo circulante	**230.685**	**250.680**
Não circulante		
Investimentos em controlada	39.997.768	29.302.179
Total do ativo não circulante	**39.997.768**	**29.302.179**
Total do ativo	**40.228.453**	**29.552.859**

Passivo e Patrimonio Liquido	2023	2022
Patrimônio líquido		
Capital social	2.558.460	2.558.460
Reserva legal	511.692	511.692
Lucros acumulados	37.158.301	26.482.707
Total do patrimônio líquido	**40.228.453**	**29.552.859**
Total do passivo e patrimônio líquido	**40.228.453**	**29.552.859**

Demonstrações do resultado

	2023	2022
Receita de equivalencia patrimonial	12.663.536	234.208
Lucro bruto	**12.663.536**	**234.208**
Despesas administrativas e gerais	16.873	6.730
Lucro operacional	**12.646.663**	**227.478**
Despesas financeiras	1.012	1.590
Financeiras liquidas	**1.012**	**1.590**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**12.645.651**	**225.888**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro do exercício	**12.645.651**	**225.888**

Notas Explicativas

O investimento em sociedade controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial. A Agro Reunidas S.A. (controladora) reconhece sua participação no patrimônio líquido da Baldan Agropecuária Ltda (controlada) como um investimento no seu próprio balanço. O MEP está registrado no resultado da controladora como "receita de equivalência patrimonial" e a contrapartida no ajuste do investimento no ativo não circulante

Diretoria

Walter Baldan Filho - Diretor

Fernanda Mastropietro Artimonte - Diretora

Contador

Aislan Krambeck - CRC - 1SP325751/O-0

ADL Investimentos S.A.

CNPJ: 22.387.312/0001-32

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - *(Em Reais)*

Balanço Patrimonial

	31/12/2022	31/12/2023
Ativo	**4.352.456,29**	**4.384.865,40**
Circulante	**4.351.920,98**	**4.384.330,09**
Disponível	4.065.445,31	4.054.895,38
Numerário	10.524,82	1.453.959,43
Banco Safra AG 0112	489,49	489,49
Banco Safra AG 0115	10.035,33	1.453.469,94
Aplicações Financeiras	4.054.920,49	2.600.935,95
Aplicação Santander	41.481,72	41.481,72
Aplicação Santander Cdb Rf	29,03	29,03
Aplicação Safra Fundo TCM–Renda Fixa	2.568.698,04	0,00
Aplicação Safra Cert Oper Estr	1.444.711,70	2.559.425,20
Realizável Curto Prazo	286.475,67	329.434,71
Tributos a Recuperar	286.475,67	329.434,71
IRRF A Recuperar	286.475,67	286.475,67
IRRF S/ Aplicação Financeira	0,00	42.959,04
Não Circulante	**535,31**	**535,31**
Outros Creditos	535,31	535,31
Partes Relacionadas	535,31	535,31
Kadija Participações	535,31	535,31

	31/12/2022	31/12/2023
Passivo	**4.352.456,29**	**4.384.865,40**
Circulante	**1.786.492,11**	**1.786.492,11**
Efetivas	1.786.492,11	1.786.492,11
Lucros e Participações	1.786.492,11	1.786.492,11
Participações A Pagar	1.786.492,11	1.786.492,11
Patrimônio Líquido	**2.565.964,18**	**2.598.373,29**
Capital Social Integralizado	1.000,00	1.000,00
	1.000,00	1.000,00
Capital Social	999,00	999,00
Vinicius Barjas Baleche	1,00	1,00
Reservas de Lucros	2.564.964,18	2.597.373,29
	2.564.964,18	2.597.373,29
Lucros Acumulados	2.098.609,37	2.131.018,48
Reservas de Lucros a Realizar	466.354,81	466.354,81

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2022	31/12/2023
Deduções da Receita Bruta	**(28.948,45)**	**0,00**
(-) IRPJ	(18.092,78)	
(-) CSLL	(10.855,67)	
Receita Líquida	**(28.948,45)**	**0,00**
= Lucro Bruto	**(28.948,45)**	**0,00**
Despesas operacionais	**(5.208,58)**	**0,00**
Despesas administrativas	**(5.208,58)**	**0,00**
Taxas Diversas	(2.500,00)	
Juros de Mora	(1.099,58)	
Juros e Comissões Bancárias	(1.609,00)	
Receitas Financeiras	**781.129,90**	**141.132,97**
Rendimentos S/ Aplicação Financeira	781.129,90	141.132,97
= Lucro Operacional	**746.972,87**	**141.132,97**
Outras Despesas	**0,00**	**(108.723,86)**
Prejuizo S/ Aplicação Financeira	0,00	(108.723,86)
= Lucro Contábil Líquido antes da Contribuição Social	**746.972,87**	**32.409,11**
= Lucro Contábil Líquido antes do Imposto de Renda	**746.972,87**	**32.409,11**
= Lucro	**746.972,87**	**32.409,11**
= Lucro Líquido do Período	**746.972,87**	**32.409,11**

Tiago Beltrame

Contabilista

TC CRC: 1SP310053/O-0

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.139.408/0001-25

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demostração do Resultado, da Demostração do Resultado Abrangente, da Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demostração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2023.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.955	1.795
Ativo circulante		**1.955**	**1.795**
Não circulante			
Créditos tributários	4	7.442	7.113
Imobilizado		2	2
Ativo não circulante		**7.444**	**7.115**
Total do ativo		**9.399**	**8.910**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		7	6
Impostos e contribuições a recolher		3	3
Passivo circulante		**10**	**9**
Patrimônio líquido			
Capital social	5	677.338	162.588
Prejuízos acumulados		(667.949)	(153.687)
Patrimônio líquido		**9.389**	**8.901**
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.399**	**8.910**

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

	Nota	2023	2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	6	(28.996)	(205)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(28.996)**	**(205)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	7	599	567
Despesas financeiras	7	(58.363)	(344)
		(57.764)	**223**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		**(86.760)**	**18**
Imposto de renda e contribuição social	8	(427.502)	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(514.262)**	**18**

Demonstração do Resultado Abrangente findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(514.262)	18
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(514.262)**	**18**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**162.588**	**(153.705)**	**8.883**
Lucro líquido do exercício	-	18	18
Saldos em 31/12/2022	**162.588**	**(153.687)**	**8.901**
Aumento de capital	514.750	-	514.750
Prejuízo do exercício	-	(514.262)	(514.262)
Saldos em 31/12/2023	**677.338**	**(667.949)**	**9.389**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(514.262)	18
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros sobre créditos tributários	(397)	(13)
	(514.659)	5
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Créditos tributários	69	1.138
Impostos e contribuições a recolher	-	(7)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(514.590)**	**1.136**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	514.750	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**514.750**	**-**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**160**	**1.136**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.795	659
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.955	1.795
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**160**	**1.136**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo - SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Base de preparação e principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de abril de 2024. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e o reconhecimento de valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os reflexos decorrentes dessas revisões são reconhecidos prospectivamente. A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo que possa resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **2.4 Base de mensuração de ativos e passivos** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando for aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia levam em consideração as características do ativo ou passivo e se os participantes do mercado, ao precificar o ativo ou o passivo na data da mensuração, levariam essas características em consideração, tais como a condição e a localização do ativo ou restrições para a venda o uso do ativo, se houver. **2.5 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial e com base na finalidade para o qual foram adquiridos e de acordo com as estratégias e modelo de negócios estabelecidos por sua administração, como segue: • **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é o de mantê-los até o fim do fluxo de caixa contratual e que esses ativos contenham exclusivamente o pagamento do principal e juros sobre o saldo em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Ativos financeiros que não atendem às condições de (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento** - • **Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou (ii) não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro. • **Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Mensuração do valor justo** - Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, como segue: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **2.6. Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são mensuradas ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros. **2.7. Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime do lucro real. O imposto de renda é calculado sobre o lucro real à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela excedente a R$ 240, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. As alíquotas do imposto e as leis tributárias utilizadas para determinar o montante da obrigação tributária são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social relativas a transações em que as normas tributárias comportam interpretações diferenciadas e estabelece provisões, quando apropriado, com base em estimativas de valores de tributos que poderiam incidir sobre essas transações. **3. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Depósitos bancários	8	58
Aplicações financeiras	1.947	1.737
	1.955	**1.795**

Os depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, resgatáveis a qualquer tempo e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos são remunerados com base na variação da taxa DI. **4. Créditos tributários:** Correspondem substancialmente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensar débitos tributários federais futuros, atualizados com base na taxa de juros Selic. O pedido de restituição de créditos tributários está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a administração da Companhia considera que todos os créditos tributários estão suportados por documentação e não podem ser contestados por aquele órgão que, por consequência, deverá programar a devolução à Companhia. **5. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 677.388, representado por 37.956 ações, sendo 20.712 ações ordinárias e 17.244 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 162.588, representado por 25.896 ações, sendo 20.712 ações ordinárias e 5.184 ações preferenciais. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2023 aprovou o aumento do capital social da Companhia em R$ 512.150, mediante a emissão de 12.000 ações preferencias sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional. Posteriormente, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2023 aprovou o novo aumento do capital social da Companhia em R$ 2.600, mediante a emissão de 60 ações preferenciais sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional. **6. Despesas gerais e administrativas**

	2023	2022
Multas (Nota 8)	26.285	-
Serviços profissionais	2.650	61
Aluguéis	18	17
Impostos, taxas e contribuições	30	28
Perda de crédito tributário	-	87
Outras	13	12
	28.996	**205**

7. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	214	112
Juros Selic	385	455
	599	**567**
Despesas financeiras		
Juros de mora (Nota 8)	(58.363)	-
Perda de juros Selic	-	(344)
	(58.363)	**(344)**
Resultado financeiro	**(57.764)**	**223**

8. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro ou prejuízo antes dos impostos	(86.760)	18
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa ou receita de impostos às alíquotas nominais	29.498	(6)
Ajustes:		
Despesas não dedutíveis	(8.937)	(30)
Juros Selic de indébitos tributários	131	155
Crédito tributário não reconhecido de prejuízos fiscais (a)	(20.692)	(119)
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores (b)	(433.303)	-
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores (b)	5.801	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(427.502)**	**-**

(a) A Companhia deixou de constituir créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases de cálculos negativas em decorrência de incertezas sobre a geração de lucros tributáveis futuros em um curto período de tempo. (b) Em março de 2023 a Companhia incluiu o Processo Administrativo 16561.720165/2014-90 no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLFL), opção de transação tributária que permitiu a quitação da exigência fiscal com redução de 100% do valor da multa aplicada e dos juros até o limite de 65% sobre o valor do débito atualizado negociado, o que permitiu a redução do valor do crédito tributário para R$ 517.951, que foi liquidado mediante a utilização de prejuízos fiscais e bases de cálculos negativa da contribuição social no valor de R$ 5.800 e o saldo de R$ 512.151 em dinheiro:

Principal	433.303
Multa	26.285
Juros	58.363
Total	**517.951**

A DIRETORIA

JULIO MITUO SHINZATO

Contador - CRC: 1SP.095.421/O-1

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião. PROCESSO Nº **1077444-35.2013.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Joaquim Oliveira Souza e Judith Fernandes de Oliveira Souza, Osvaldo Genikiti Arakaki e Toshiko Hiroshima Arakaki, João Irineu Cruz e Nair Costa Cruz, Darcílio Bergamo, Jair de Oliveira Souza, José Luiz de Oliveira Souza, Eduardo Ferreira Capela, João Rodrigues, Joaquim Oliveira Souza, Nancy Gonçalves Bergamo, Nair Costa Cruz, Judith Fernandes de Oliveira Souza, Encarnação Pereira Rodrigues, Jonas Nogueira Tolentino e YARA CANAL GIANNOCCARO, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marta Mike Arakaki ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Belmira Vaz, nº 258, Vila Romero, São Paulo/SP, CEP: 02469-160, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[18,19]**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1108699-59.2023.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patricia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Ila Companhia Internacional de Comércio e Conjunto Residencial Flat Richileu, por seu síndico, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Fabian Daniel Maggiori ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Cardeal Arcoverde, nº 840, apto. 64 A Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05408-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[18,19]**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1047017-40.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Suzely Gama Lavoura Garcia. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1047017-40.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Suzely Gama Lavoura Garcia (CPF. 353.071.738-06), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 24.048,17 (maio de 2022), decorrente da Nota Fiscal de Serviço nº 12170919. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0064520-57.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares. Exequente: Hospital São Camilo - Santana. Executado: Daniel de Moura. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0064520-57.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Daniel de Moura (CPF. 274.280.378-59), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Hospital São Camilo - Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 4.467,39 (dezembro de 2023). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que, em 15 dias, a fluir dos 20 supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios de 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

Retificação do Edital de Convocação para Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 14ª Emissão da Travessia Securitizadora S.A.

No Edital de Convocação publicado no jornal "O Dia SP" na edição de 09, 10 e 11/04/2024 e "Diário Oficial do Estado" na edição de 10, 11 e 12/04/2024 houve um erro na grafia de webmail do Agente Fiduciário. Onde se lê: para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortx.com.br, fsp@vortx.com.br e nxa@vortx.com.br. Leia-se **ri@grupotravessia.com, af.controles@oliveiratrust.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br**. São Paulo, 18 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A** - Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em **26 de abril de 2024**, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, nº 500 - São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis. **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alteração do endereço da Filial da empresa no município de Itajaí/SC; **b)** Atualização do endereço da Matriz da empresa situada no de Mairinque/SP em virtude do Decreto Municipal Lei nº 4.140/2023 ter atribuído novo nome ao atual endereço para Rua Joviano Machado, nº 27, Distrito Industrial, Mairinque/SP, CEP 18120-000. **Observação:** A primeira chamada da assembleia será às 10 horas e terá início se todos estiverem presentes. Caso contrário, a segunda chamada ocorrerá às 11 horas e terá início com os presentes.

CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA E DOR SÃO PAULO LTDA

CNPJ 07.099.347/0001-82 - NIRE/SP 35.219.518.989

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os sócios da Sociedade, com sede na Alameda Santos, 1765-1773, conj. 1403, São Paulo/SP, para se reunirem em **AGO,** a distância, por videoconferência através da plataforma ZOOM, a ser realizada às 20h:00 do dia **25/04/2024**, em 1ª convocação, e às 20h:30 do dia **25/04/2024**, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação. Endereço Eletrônico: https://us02web.zoom.us/j/83595447839?pwd=Wkl6aWFOQTZnUTNqN2E4V0M0Nldldz09 - ID da reunião: 835 9544 7839 - Senha: 951635. Solicitamos aos senhores sócios que verifiquem a compatibilidade da plataforma/aplicativo com antecedência para evitar problemas de conexão no dia da Assembleia. **Deliberações**. A Assembleia será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **a)** Apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício do ano de 2023. **b)** Eleição da Diretoria Administrativa para o biênio 2024 a 2026. São Paulo, 15.04.2024. **Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.** p. Carlos Alberto Leme - Diretor Geral, p. Vinicius Gonçalves Vieira - Diretor Executivo

UP.P Holding S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 21 de maio de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L. Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, fora da sede da Companhia, em razão da ausência de espaço e capacidade física na sede social para recepção dos acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (iii) Deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; e (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 17 de abril de 2024. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor e **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

BRAZILIAN SECURITIES Uma Empresa do Grupo PAN

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de 2ª Convocação - Sexta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Assembleia"), a se realizar no dia 13 de maio de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre (i) o cancelamento da manutenção do rating dos CRI; e (ii) as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60. Os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade, descritos a seguir, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia, para que recebam o link de acesso à Assembleia (que será pela plataforma Teams e deve ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 17 de abril de 2024

Brazilian Securities Companhia de Securitização

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2024, às 9h30, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, para: **Assembleia Geral Extraordinária:** ✓ Examinar propostas da Diretoria para: I) aumentar o capital social em R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), elevando-o de R$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) para R$276.000.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização e parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social; II) alterar parcialmente o estatuto social, no "caput" do artigo 7º, reduzindo de 3 (três) para 2 (dois) o número mínimo e de 12 (doze) para 11 (onze) o número máximo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Gerente, e por consequência aprimorando as redações do parágrafo segundo do artigo 8º e do artigo 10, e excluindo o parágrafo único do artigo 7º que trata do limite de idade para os administradores da sociedade. **Assembleia Geral Ordinária:** I) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e distribuição de dividendos; III) registrar alterações administrativas na sociedade; IV) fixar a remuneração dos Administradores. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação e as Propostas da Diretoria encontram-se à disposição dos acionistas na Sede da Sociedade e no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP. São Paulo, SP, 18 de abril de 2024. Bruno D'Avila Melo Boetger - Diretor Gerente.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1007634-26.2020.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Patrícia Martins Conceição,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Rosilene Andrea Santos Alvarenga,Luiz Sérgio Kakazu,Gino Fernando Caruso Salerio,Espólio de Antônio Joaquim Teixeira,Ana dos Anjos Dias da Costa,João Marinho,Luzia das Dores Costa Marinho,Alcides de Souza Freitas, Cecília da Silva Freitas,Lydia Momesso Freitas e João de Souza Freitas,réus ausentes,incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Antonio Carlos Tadeu de Paula, Sany Cristina Urbano, Rita de Cassia de Paula e Edney Melati de Paula ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Henrique Carlos Correa, nº 106, Vila Santa Clara, São Paulo/SP, CEP: 03273-520, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[18,19]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0004560-42.2024.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) P. C. REIS SILVA EIRELI, CNPJ 08381583000150, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por FABIANO PASSOS DA CRUZ. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 13.991,06 (Fevereiro/2024), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2024.**[18,19]**

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 – NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A – Jd. Cidade Aracília, Guarulhos – SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 27/04/2024 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: I – Em AGO: a) Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercicio social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger os membros da Diretoria; d) Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2024. Sr. Lourival Odécio Golin – Diretor . Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembléia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº. 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23,24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembléia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024, às 10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023; **b.)** Eleição de Diretoria para o biênio 2024/2025; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 18/04/2024. - Walter Baldan Filho - Diretor. (18,19,20)

Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A**. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h30 em primeira convocação e às 11h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, § 2º-A, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8.501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024; e (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria para o exercício de 2024. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no "Jornal O Dia SP", em 28/03/2024, nas páginas 11 a 14. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 27/03/2024, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico um dia antes da data da realização da Assembleia. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 19 de abril de 2024. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, as **9h00,** em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 – Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária**: **a.)** Modificação do artigo 9º do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho de Administração conforme nova redação: "***Artigo 9º:*** *A Companhia será administrada por um* ***Conselho de Administração*** *composto de* ***5*** *membros, acionistas ou não, residentes no País, e por uma* ***Diretoria Executiva*** *composta de no* ***mínimo 2*** *e no* ***máximo*** *7 membros, acionistas ou não, igualmente residentes no País, sendo comum aos membros de ambos os órgãos as normas legais relativas à requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades.* **§único** *Os membros do* ***Conselho de Administração*** *serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da* ***Diretoria Executiva*** *serão eleitos pelo* ***Conselho de Administração****, em observâncias ao presente Estatuto e aos Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76."* **b.)** Modificação do artigo 36º *caput* do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho Consultivo, conforme nova redação do Artigo 36º, mantendo-se os parágrafos: ***"Artigo 36.º:*** *A Companhia, por solicitação de qualquer membro do* ***Conselho de Administração****, poderá instalar um* ***Conselho Consultivo****, de funcionamento não permanente, composto de 06 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo* ***Conselho de Administração****, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição.* **c.)** Referendar a abertura de 02 filiais da Companhia, sendo 01 no município de Goiânia, Estado de Goiás, situada na Avenida Castelo Branco, nº5021, QD.29ª,LT.18 - Rodoviário Goiânia GO - CEP:74.430-130 e 01 no município de Maringá/PR, situada na Rodovia PR-317, 370, Parque Industrial Bandeirantes - CEP: 87.070-020, ambas tendo como objeto social o comércio atacadista de partes e peças para uso agrícola**; d.)** Referendar a extinção de 05 filiais inativas da Companhia referente aos seguintes CNPJs: CNPJ 52.311.347/0004-00, CNPJ 52.311.347/0005-82, CNPJ 52.311.347/0006-63; CNPJ 52.311.347/0007-44 e CNPJ 52.311.347/0010-40; **e.)** Referendar a contratação de financiamento junto à FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - Finep, inscrita no CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 pela Companhia, bem como assinatura do contrato de financiamento no valor de até R$ 56.783.769,00; **f.)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2023; **g.)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **h.)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **i.)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 18/04/2024. Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração. (18,19,20)

TS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ nº 15.284.980/0001-79

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 20222 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo / Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Caixa e equivalentes de caixa (**nota 3**)	3	46	149.341	46.566
Contas a receber (**nota 4**)	–	–	1.472.728	554.769
Adiantamentos a fornecedores (**nota 5**)	1	1	137.545	94.653
Estoques (**nota 6**)	–	–	528.079	335.059
(-) Alocações	–	–	(97.713)	(82.022)
Tributos a recuperar (**nota 7**)	1	1	53.499	15.620
Bloqueios judiciais (**nota 8**)	–	–	65.447	65.447
Despesas Antecipadas	–	–	7.893	10.692
Outros ativos	30	125	7.103	9.395
	35	**173**	**2.323.922**	**1.050.179**
Não circulante				
Contas a receber (**nota 4**)	–	–	55.397	16.142
IR e CS diferidos	–	–	779	1.381
Operações com consórcios (**nota 9**)	–	–	310.568	80.602
Outros ativos	–	–	2.405	2.292
	–	**–**	**369.149**	**100.417**
Investimentos (**nota 10**)	133.624	132.208	–	–
Imobilizado (**nota 11**)	–	–	347.865	343.472
Intangível (**nota 12**)	–	–	999	1.115
	133.624	**132.208**	**348.864**	**344.587**
Total do ativo	**133.659**	**132.381**	**3.041.935**	**1.495.183**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido / Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Financiamentos (**nota 14**)	–	–	293.324	52.952
Partes relacionadas (**nota 13**)	–	–	8.830	5.765
Fornecedores (**nota 15**)	–	99	268.459	83.724
Adiantamento de clientes (**nota 16**)	–	–	898.468	624.423
Obrigações sociais e trabalhistas (**nota 17**)	–	–	114.891	41.046
Tributos a recolher (**nota 18**)	–	–	63.477	13.722
Provisões (**nota 19**)	–	–	277.927	95.686
Arrendamentos	–	–	1.106	861
Estoque terceiros em nosso poder (**nota 6**)	–	–	355.802	136.014
	–	**99**	**2.282.284**	**1.054.193**
Não circulante				
Financiamentos (**nota 14**)	–	–	232.217	4.563
Partes relacionadas (**nota 13**)	–	–	1.120.485	1.268.236
Arrendamentos	–	–	2.931	–
Adiantamento de clientes (**nota 16**)	–	–	16.147	16.147
Tributos a recolher (**nota 18**)	–	–	3.843	1.926
Provisões (**nota 19**)	–	–	10.893	17.981
Operações com consórcios (**nota 9**)	1.068.797	1.076.236	308.273	76.091
Provisão passivo a descoberto (**nota 10**)	1.068.797	1.076.236	–	–
	–	**–**	**1.694.789**	**1.384.944**
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	53.681	53.681	53.681	53.681
Reserva de capital	37.160	37.160	37.160	37.160
Prejuízos acumulados	(1.025.979)	(1.034.795)	(1.025.979)	(1.034.795)
Total do patrimônio líquido	**(943.954)**	**(943.954)**	**(935.138)**	**(943.954)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**133.659**	**132.381**	**3.041.935**	**1.495.183**

Demonstração do resultado do exercício e do resultado abrangente (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita líquida (**nota 21**)	–	–	2.477.974	713.092
Custos dos serviços prestados (**nota 22**)	–	–	(2.425.151)	(647.148)
Lucro bruto	–	–	**52.823**	**65.944**
Gerais e administrativas (**nota 23**)	(25)	(12)	(110.403)	(88.978)
Outras (despesas) e receitas operacionais	–	–	(5.015)	1.898
Prejuízo operacional	**(25)**	**(12)**	**(62.595)**	**(21.136)**
Despesas financeiras	(15)	(1)	(119.268)	(189.028)
Receitas financeiras	–	3	191.356	446.155
Resultado financeiro, líquido (nota 24)	**(15)**	**2**	**72.088**	**257.127**
Participação resultado controladas (**nota 10**)	8.855	232.495	–	–
Lucro antes do IR e da CS	**8.816**	**232.485**	**9.493**	**235.991**
IR e CS corrente (**nota 25**)	–	(1)	(677)	(4.573)
IR e CS diferido (**nota 25**)	–	–	–	1.066
Lucro líquido do período	**8.816**	**232.484**	**8.816**	**232.484**
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações em R$ (**Nota 26**)	164,23	4.330,86		
Demonstração dos resultados abrangentes				
Lucro do exercício	8.816	232.484	8.816	232.484
Resultado abrangente do exercício	**8.816**	**232.484**	**8.816**	**232.484**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 01/01/2022	**53.681**	**37.160**	**(1.267.279)**	**(1.176.438)**
Lucro líquido do exercício	–	–	232.484	232.484
Em 31/12/2022	**53.681**	**37.160**	**(1.034.795)**	**(943.954)**
Lucro líquido do exercício	–	–	8.816	8.816
Em 31/12/2023	**53.681**	**37.160**	**(1.025.979)**	**(935.138)**

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL	**8.816**	**232.485**	**9.493**	**235.991**
Depreciação	–	–	19.641	14.443
Amortização	–	–	117	75
Variação cambial mútuo partes relacionadas	–	–	(146.456)	(252.209)
Juros S/ Empréstimos	–	–	48.128	–
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	–	–	(1.304)	(8.814)
Juros sobre financiamentos	–	–	–	1.531
Variação cambial sobre empréstimos	–	–	(3.640)	–
Baixa de imobilizado	–	–	6.028	–
Provisões	–	–	175.162	53.081
Participação nos lucros de controladas	(8.855)	(232.495)	–	–
	(8.855)	**(232.495)**	**97.676**	**(191.893)**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(957.212)	(442.194)
Estoques	–	–	42.460	(115.737)
Adiantamento a fornecedores	–	–	(42.893)	(57.796)
Tributos a recuperar	–	(1)	(38.391)	18.672
Outros créditos	95	(64)	4.975	(867)
Fornecedores	(99)	99	184.734	73.617
Adiantamento de clientes	–	–	274.044	567.358
Obrigações trabalhistas	–	–	73.845	22.231
Tributos a recolher	–	(2)	52.110	(8.142)
Arrendamentos	–	–	–	(112)
Créditos a receber - Operações com consórcios	–	–	(229.966)	(44.606)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	–	–	232.182	42.823
Bloqueio judiciais	–	–	–	(62.530)
	(4)	**32**	**(404.112)**	**(7.283)**
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**(43)**	**22**	**(296.943)**	**36.815**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado/ativo intangível	–	–	(26.922)	(41.654)
Venda de imobilizado	–	–	34	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**–**	**–**	**(26.888)**	**(41.654)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos bancários	–	–	537.637	47.483
Amortização de principal	–	–	(72.885)	–
Pagamentos de juros	–	–	(41.219)	–
Partes relacionadas	–	–	3.073	(39.683)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**–**	**–**	**426.606**	**7.800**
Fluxo de caixa do exercício	**(43)**	**22**	**102.775**	**2.961**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	24	46.566	43.605
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	46	149.341	46.566

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A TS Participações e Investimentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 19/01/2012, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Tem por principal objeto social a participação em outras empresas como sócia cotista ou acionista. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") atuam na Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas ("offshore") de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil, entre outros, além da construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo entre outros. Em 31/12/2023, a Companhia possuía participação nas seguintes empresas operacionais: a) Toyo Setal Empreendimentos Ltda. b) Estaleiros do Brasil Ltda. A Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, com sede Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e atua nos seguintes projetos: **Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. Em 31/12/2023 ainda restam discussões junto ao cliente a respeito de TEPs (Termo de Encerramento de Projetos) e custos remanescentes de afastados e pequenas questões administrativas. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. O cronograma do referido contrato previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores contratualmente previstos ou não podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2023, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **COMPERJ:** Em 9/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí, RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2022, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade turn-key, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes, MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 8/11/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia". Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Brasileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 do médico de Replan. **UPGN - Gaslub:** Em 24/03/2023, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o contrato 5900.0123618.23.2 para prestação de serviços de construção civil, montagem eletromecânica, interligações, comissionamento, pré-operação, partida e operação assistida de remanescente de obras das unidades de processamento de gás natural do polo Gaslub Itaboraí, com o fornecimento de materiais e equipamentos. **BIOMAIS:** Em 9/08/2022 as empresas TSE, AF Fit Construções e Comércio Ltda., Solufarma do Brasil Engenharia Ltda. e Engeform Engenharia Ltda. assinaram contrato de constituição de consórcio denominado Consórcio Construtor Biomais, com o objetivo de desenvolver proposta comercial nos termos do Edital RDC Presencial nº 01/2021-BM, e viabilizar a contratação de investidor para construção de imóvel, segundo o regime "Built to Suit", destinado à operação do "Novo Centro de Processamento Final - NCPF" da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a ser localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Todos os atos do processo que se converteram em assinatura de contrato com o cliente ao longo do exercício de 2023 de forma que a TSE já iniciou tratativas de distrato com a FIOCRUZ para solução do consórcio em 2024. A Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR") foi constituída em 6/06/2008, com sede social em São José do Norte, Rio Grande do Sul, e atua nos seguintes projetos: **NOV:** Em 27/07/2021, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform), denominado FPSO Almirante Tamandaré Búzios 6. A entrega dos módulos foi realizada em junho de 2023. Em 18/01/2022, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform), denominado FPSO Alexandre de Gusmão Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em agosto de 2023. **SBM:** Em 06/10/2021, a EBR assinou contrato com a SINGLE BUOY MOORINGS INC para a fabricação dos módulos topside TS-002 e TS-045, TS-051 e TS-170 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform), denominado FPSO Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em outubro de 2023. **SAIPEM:** Em 27/12/2022, a EBR assinou contrato com a SAIPEM SA, no valor original de R$ 676.926 para a fabricação dos módulos M01, M04, M08, M10, M11, M14 e M15 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform), denominado FPSO P79. A entrega dos módulos está prevista para agosto de 2024. **MODEC:** Em 20/07/2023, a EBR assinou contrato com a Offshore Frontier PTE Ltd. para prestação de serviços de engenharia. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de Conformidade (Com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis do Grupo referentes ao exercício findo em 31/12/2023, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da Legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 25/03/2024. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de Estimativas e Julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1. Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. O Grupo considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da Receita e dos Custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de Arrendamentos:** O Grupo identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos Financeiros e Derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro do Grupo é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Tributação:** Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. As controladas TSE e EBR tributam o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base na apuração do lucro real, enquanto a Controladora tributa com base no lucro presumido. **h) Impostos sobre Vendas:** As receitas de vendas e serviços das controladas estão sujeitas à tributação específica de cada nicho de negócio e estão discriminadas detalhadamente nas demonstrações contábeis financeiras individuais. **i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2023, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **k) Provisões:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e não Circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Operações em Conjunto (Consórcios):** A controlada TSE possui participação em consórcios (Consórcio SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **n) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição das participações societárias nas controladas. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidências objetivas de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável, como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício de 2023 não houve a necessidade de ajuste por perda ou redução ao valor recuperável. **o) Adoção de Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Emitidos pelo IASB e CPC: i. Normas e Interpretações Revisadas a partir de 1º/01/2023:** As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ser efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º/01/2023: • **CPC 26 (R1)** - Apresentação das demonstrações contábeis / IAS 1 - Presentation of Financial Statements / IFRS 2 - Practice Statements (Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las); • **CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro / IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros); • **CPC 50 Contratos de seguro / IFRS 17** - Insurance Contracts (todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro); • **CPC 312 / IAS 12** - Tributos sobre o Lucro (Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE - Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Na avaliação da Administração, as referidas alterações não resultaram em impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia. **ii. Normas e Interpretações Emitidas que não estão em Vigor no Exercício de 2023:** • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou Não Circulante - Implementação 2024; • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores - Implementação 2024; • Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - Implementação 2024; • Alterações IAS 21 CPC 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Implementação em 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa	–	–	143	77
Bancos	–	–	346	23.582
Aplicações Financeiras	3	46	148.852	22.907
	3	**46**	**149.341**	**46.566**

Em 2023 e 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras da EBR estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, Banco do Brasil e ABC com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a Receber:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Curto Prazo		
Valores Faturados		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (a)	287	287
Nesa - Consórcio Montador B. Monte - UHE B. Monte	1.540	1.685
PCPL - Deepak	42	42
Petrobrás - Utilidades do Comperj	4.187	458
Eneva - Parnaíba VI	2.777	5.211
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	451	1.394
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	66.881	1.882
Celba 2 - Barcarena	21.173	–
Petrobrás - UPGN	4.170	–
Brunel	–	688
Saipem P79	–	19.423
Petrobras - Comperj		18
Nov Almirante Tamandaré B6	583	–
Cameron - Sepetiba	–	32.956
OFS - BMC 33	10.792	–
Sbm - Loadout Support Services	1.706	–
Sbm FPSO Mero 4	15.699	–
Nov Alexandre de Gusmão M4	4.746	–
Outros	–	184
PNBV - FPSO P74	–	2.606
Valores a Faturar		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (a)	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do Comperj	2.242	6.137
Eneva - Parnaíba VI	122.785	30.152
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	–	5.813
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	214.434	50.048
Celba 2 - Barcarena	106.370	–
Petrobrás - UPGN	231.622	–
Nov Almirante Tamandaré B6	–	143.695
SBM FPSO Mero 4	–	67.788
Nov Alexandre de Gusmão M4	–	48.453
Saipem P-79	655.702	131.328
Subtotal	**1.472.728**	**554.769**
Longo Prazo		
Valores Faturados		
Cameron Sepetiba	32.955	–
Nov Almirante Tamandaré B6	6.300	–
Valores a Faturar		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (b)	16.142	16.142
Subtotal	**55.397**	**16.142**
Total	**1.528.125**	**570.911**

(a) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. **(b)** Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, da data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

5. Adiantamentos a Fornecedores:

	Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**
Adiantamento A Fornecedores Nacionais	119.624	73.006
Adiantamento A Fornecedores Estrangeiros	17.921	21.647
Total	**137.545**	**94.653**

6. Estoques:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo Circulante		
Produto em Andamento	78.102	72.235
Estoque de Matéria-Prima	63.559	101.994
Remessa para Industrialização em Terceiros	12.485	3.925
Produto Acabado	–	130
Produto Semiacabado	18.131	8.307
Estoque de Terceiros em nosso poder	355.802	136.014
Estoque para Revenda	–	12.454
	528.079	**335.059**
Alocação de Estoque para o Resultado (Nota 2.1)	(97.713)	(82.022)
	430.366	**253.037**
Passivo Circulante		
Estoque de Terceiros em nosso Poder	(355.802)	(136.014)
Total	**(355.802)**	**(136.014)**

7. Tributos a Recuperar:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
PIS e COFINS	11.414	6.010
IRPJ e CSLL	15.321	2.214
Imposto sobre Serviços (ISS)	3.049	225
ICMS	19.007	6.966
INSS a Recuperar	3.834	9
Outros Impostos	874	195
	53.499	**15.620**

8. Bloqueios Judiciais: 8.1. Banco Santos: Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSPI e suas controladas TSE e EBR. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles da TSPI e sujas controladas, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$ 11.046. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados de forma que no exercício findo de 31/12/2023 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo constante nos autos é de R$ 321.435 (trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e cinco reais mil), valor pleiteado pela Massa Falida do Banco Santos e atualizado até fevereiro de 2022 (última atualização constante nos autos). Entretanto, há cálculo realizado por perito judicial e homologado pelo juízo em ação monitória precedente ao IDPJ, entre a credora original e o Banco Santos, no valor atualizado de R$ 41.447 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil), levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **8.2. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face das controladas TSE e EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2023 o valor de R$ 65.447. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 6/12/2023 é de R$ 301.718 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

9. Partes Relacionadas com Consórcios:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Créditos a Receber		
Consórcio SPS	44.720	44.653
Consórcio Montador Belo Monte	(2.690)	(2.465)
Consórcio Linha Verde	92.272	1.962
Consórcio Biomais	775	–
Consórcio HDT	175.491	36.452
Subtotal	**310.568**	**80.602**
Débitos a Pagar		
Consórcio SPS	(38.926)	(38.860)
Consórcio Montador Belo Monte	1.665	1.212
Consórcio Linha Verde	(49.792)	(1.954)
Consórcio Biomais	(774)	–
Consórcio HDT	(220.446)	(36.489)
Subtotal	**(308.273)**	**(76.091)**
Resultado das Operações		
Receita Operacional Líquida	468.853	91.974
Custo dos Serviços Prestados e Revenda	(494.660)	(97.896)
Prejuízo Bruto	(25.807)	(5.922)
Despesas Financeiras	(1.055)	(2.337)
Receitas Financeiras	2.848	152
Prejuízo Operacional	**(24.014)**	**(8.107)**

10. Investimentos em Controladas e Provisão de Passivo a Descoberto: A composição da participação dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

	% De Participação
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.	99,99
Estaleiros do Brasil Ltda.	99,99

A movimentação dos investimentos e provisão do passivo a descoberto está assim demonstrada:

	Controladora	
Investimentos em Subsidiárias	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.		
No Início do Exercício	132.208	121.470
Lucro de Equivalência Patrimonial	1.416	10.738
No Final do Exercício	**133.624**	**132.208**
Provisão de Passivo a Descoberto		
Estaleiros do Brasil Ltda.		
No Início do Exercício	(1.076.236)	(1.297.994)
Lucro de Equivalência Patrimonial	7.439	221.758
No Final do Exercício	**(1.068.797)**	**(1.076.236)**

11. Imobilizado:

Custo	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Veículos	6.527	286	(290)	6.523
Máquinas e Equipamentos	90.086	6.618	(14.183)	82.521
Móveis e Utensílios	3.380	2.130	(6)	5.504
Equipamentos de Informática	15.905	4.632	–	20.537
Outras Instalações de Campo	13.392	96	(34)	13.454
Terrenos	54.823	–	–	54.823
Prédios - Estaleiro	236.070	36	–	236.106
Cais - Estaleiro	137.675	4.511	–	142.186
Benfeitorias em Prédios de Terceiros	1.600	–	–	1.600
Imobilizado em Andamento	22.855	8.614	–	31.469
Direito de Uso	861	3.176	–	4.037
Total do Custo	**583.174**	**30.099**	**(14.513)**	**598.760**

Depreciação	**Taxa**	**2022**	**Depreciação**	**Baixas**	**2023**
Veículos	20%	(3.360)	(880)	278	(3.962)
Máquinas e Equipamentos	10% a 20%	(40.307)	(6.575)	8.140	(38.742)
Móveis e Utensílios	10% a 20%	(2.374)	(532)	–	(2.906)
Equipamentos de Informática	20%	(8.844)	(2.425)	–	(11.269)
Outras Instalações de Campo	15% a 20%	(5.473)	(1.548)	33	(6.988)
Prédios - Estaleiro	2,0% a 4,5%	(41.580)	(6.195)	–	(47.775)
Benfeitorias em Prédios de Terceiros		(89)	(356)	–	(445)
Cais - Estaleiro	20%	(137.675)	(1.133)		(138.808)
Ativo de Direito de Uso		–	–	–	–
Total da Depreciação		**(239.702)**	**(19.644)**	**8.451**	**(250.895)**
Saldo Líquido		**343.472**	**–**	**(6.062)**	**347.865**

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2023 e 2022, a controlada EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (impairment) para seus ativos concluindo pela manutenção dos valores de registro.

12. Intangível

	Consolidado			
Descrição	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Custo				
Software e Licença de Uso	8.655	–	–	8.655
Software e Licença de Uso em Andamento	669	1	–	670
Subtotal	**9.324**	**1**	**–**	**9.325**
Amortização	**2022**	**Amortização**	**Baixas**	**2023**
Software e Licença de Uso	(8.209)	(117)	–	(8.326)
Saldo Líquido	**1.115**	–	**–**	**999**

13. Partes Relacionadas:

		Consolidado	
Descrição		**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo Circulante			
Toyo Engineering Corporation	**(a)**	8.763	5.697
Setal Óleo e Gás S.A. - SOG	**(b)**	67	67
		8.830	**5.765**
Passivo não Circulante			
Toyo Engineering Japan	**(b)**	1.120.485	1.268.236
Total		**1.120.485**	**1.268.236**

(a) Operações de compra de equipamentos aplicados no projeto P74, serviços e/ou cobranças de garantias. **(b)** Operações de mútuo

	Consolidado	
Receitas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Toyo Engineering Corporation	9.972	34.563
Total	**9.972**	**34.563**

	Consolidado	
Outras Receitas (Despesas)	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas de Juros - Operações de Mútuos	1.306	8.814
Variação Cambial - Operações de Mútuo	146.456	252.209
Variação Cambial - Invoices	(32)	(165)
Outras Despesas	(6.657)	(618)
	141.073	**260.239**

14. Financiamentos:

Banco	**Modalidade**	**Prazo**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Banco do Brasil S.A.	ACC	16/06/2023	–	32.399
Banco ABC S.A.	CAPITAL DE GIRO	03/11/2023	–	10.101
Banco do Brasil S.A.	Projeto HDT	25/07/2025	4.282	4.563
Banco do Brasil S.A.	CCB	25/09/2025	20.039	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	30.025	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	60.050	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	75.060	–
Banco do Brasil S.A.	ACC	12/07/2024	25.155	–
Banco do Brasil S.A.	4131	05/08/2025	75.121	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	75.059	–
Banco Industrial do Brasil	CCB	02/01/2025	30.765	–
Banco Daycoval	CCB	06/11/2025	10.774	–
Banco Daycoval	CCB	10/11/2025	22.898	–
Banco Daycoval	CCB	01/12/2025	10.854	–
Deutsche Bank	CCB	03/10/2024	41.360	–
Deutsche Bank	CCB	06/11/2024	20.424	–
C6 Bank	ANTECIP. RECEBÍVEIS		13.764	–
STOWAWAY	GIRO		9.911	10.452
Total			**525.541**	**57.515**
Circulante			**293.324**	**52.952**
Não Circulante			**232.217**	**4.563**
			525.541	**57.515**

15. Fornecedores:

	Consolidado	
Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Nacionais	267.269	83.063
Estrangeiros	1.190	661
Total	**268.459**	**83.724**

16. Adiantamento de Clientes:

	Consolidado	
Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Projetos - Toyo Setal Empreendimentos	259.020	150.017
Consórcio HDT	18.992	6.829
Consórcio Construtor Linha Verde	230	3.826
Saipem S.A.	620.220	230.241
NOV	–	168.075
SBM	6	65.435
Subtotal	**898.468**	**624.423**
Não Circulante		
Consórcio CMBM	16.147	16.147
Subtotal	**16.147**	**16.147**
Total	**914.615**	**640.570**

17. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Salários e Pró-Labore a Pagar	24.216	10.211
FGTS	5.059	2.077
INSS	18.121	5.983
Provisão de Fériase Encargos Sociais	56.538	19.925
Retenções Empregados	7.636	–
Outros	3.320	2.608
Total	**114.891**	**41.046**

18. Tributos a Recolher:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
PIS e COFINS	27.528	2.348
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.454	220
Retenções na Fonte	5.806	2.741
Imposto S/ Operações Financeiras (IOF)	323	277
Imposto Sobre Serviços (ISS)	25.229	659
IRPJ e CSLL	75	4.554
Prov. ICMS Transf Crédito Decreto 42543/2010	617	617
CPRB	–	2.072
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	445	–
Parcelamento de Impostos CCLV	1.000	236
Total	**63.477**	**13.722**
Não Circulante		
Parcelamento de Impostos - CCLV	3.331	902
Parcelamento de PIS e COFINS - EBR	512	1.024
Total	**3.843**	**1.926**

19. Provisões: A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na avaliação da Administração e na opinião dos consultores legais da empresa, tanto para os casos em que a perda é considerada provável, quanto para aqueles em que é considerada possível, conforme demonstramos a seguir:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		
Provisão de Custos Incorridos	130.140	93.133
Provisão para Desmobilização	96.051	2.553
Ajuste Margem POC	32.882	–
Provisão de Perda	18.855	–
Subtotal	**277.927**	**95.686**
Não Circulante		
Provisão para Desmobilização	–	7.745
Provisão para Contingências Tributárias	3.057	3.057
Provisão para Contingências Trabalhistas	5.088	7.180
Custos	2.748	–
Subtotal	**10.893**	**17.981**
Total	**194.597**	**113.667**

20. Patrimônio Líquido: O capital social e em 31/12/2023 em 2022 é de R$ 53.680.814,00, representado por 53.680.814 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme segue:

Descrição	**Quotas**	**%**
Sog - Óleo e Gás S.A.	26.840.407	50,00
Toyo Engineering Corporation (Japão)	26.840.407	50,00
Total	**53.680.814**	**100,00**

21. Receita Líquida:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita Bruta		
Receita de Prestação de Serviços	1.433.860	336.549
Receita de Exportação Prestação de Serviços	84.878	38.326
Receita de Revenda Interno	188.441	5.908
Receita de Industrialização por Encomenda	26.211	–
Receita de Exportação de Materiais	6.623	199.441
Receita de Venda Mercado Internacional	692.146	–
Receita de Venda Mercado Nacional	147.943	163.275
Subtotal	**2.580.101**	**743.499**
Deduções de Receita		
Impostos		
ISS	(50.254)	(12.790)
ICMS	(7.870)	–
COFINS	(42.184)	(4.663)
CPRB	(1.819)	(12.954)
Devoluções de Vendas	**(102.127)**	**(30.407)**
Receita Líquida	**2.477.974**	**713.092**

22. Custos:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Custos com Material de Consumo	(518.024)	(104.932)
CMV	(517.063)	(101.147)
Custos com Pessoal, Encargos e Benefícios	(889.805)	(213.081)
Custos com Serviços de Terceiros	(394.110)	(177.244)
Custos com Aluguéis	(70.730)	(15.428)
Depreciação e Amortização	(3.054)	(1.097)
Outros Custos	(32.365)	(34.219)
Total	**(2.425.151)**	**(647.148)**

23. Despesas Gerais e Administrativas

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios	(50.607)	(43.832)
Despesas com Serviços de Terceiros	(17.857)	(23.362)
Despesas com Aluguéis e Utilidades	(526)	(109)
Despesas com Viagem e Locomoção	(3.284)	(2.878)
Despesas com Seguros e Garantias	(1.924)	(4)
Despesas de Depreciação e Amortização	(1.496)	(11.720)
Despesas com Materiais	(28.416)	(4.131)
Outras Despesas Comerciais e Administrativas	(6.293)	(2.942)
Total	**(110.403)**	**(88.978)**

24. Resultado Financeiro Líquido:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas Financeiras				
Juros sobre Empréstimos Mútuos	–	–	–	(248)
Descontos Obtidos	–	–	77	96
Rendas Pré-Fixadas sobre Aplicações	–	–	2.743	4.356
Rendimentos Financeiros	–	–	170	3.629
Receitas Financeiras - SPS	–	–	3	6
Receitas Financeiras - CMBM	–	–	8	8
Receitas Financeiras - CCLV	–	–	24	50
Receitas Financeiras - HDT	–	–	2.813	104
PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras	–	3	(1.715)	(217)
Instrumentos Derivativos - Hedge	–	–	–	2.684
Subtotal	**–**	**3**	**4.123**	**10.468**
Variação Cambial Ativa	–	–	187.233	435.687
Subtotal	**–**	**3**	**191.356**	**446.155**
Despesas Financeiras				
Juros sobre Financiamentos	–	–	(217)	(203)
Juros sobre Empréstimos Obtidos	–	–	(45.138)	7.429
Multa sobre Atraso Pagamento	(14)	–	(9.183)	(2.495)
Instrumentos Derivativos - Hedge	–	–	(889)	(1.801)
Juros com Antecipação de Recebíveis	–	–	(1.333)	–
Despesas Financeiras - CCLV	–	–	(1.044)	(369)
Despesas Financeiras - CMBM	–	–	(2)	(248)
Despesas Financeiras - HDT	–	–	(9)	(24)
Tarifas Bancárias - IOF	(1)	(1)	(18.312)	(2.796)
Comissões e Fianças Bancárias	–	–	(5.333)	(4.067)
Subtotal	**(15)**	**(1)**	**(81.460)**	**(4.574)**
Variação Cambial Passiva	–	–	(37.808)	(184.454)
Subtotal	**(15)**	**(1)**	**(119.268)**	**(189.028)**
Resultado Financeiro Líquido	**(15)**	**2**	**72.088**	**257.127**

25. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: Nos exercícios de 2023 e 2022 a Controladora TSPI optou pela apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo método do Lucro Presumido não aferindo nos referidos exercícios resultado tributável para o reconhecimento de impostos a pagar. **26. Lucro Básico por Ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo Atribuível aos Acionistas	8.816	232.484
Média Ponderada da Qtde. de Ações Ordinárias	53.680.814	53.680.814
Prejuízo Básico por Lote de Mil Ações em R$	**164,23**	**4.330,86**

27. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração: O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2023, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montam R$ 6.580 (R$ 9.825 - 2022) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pelo Grupo restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2023 e 2022 são Caixa, bancos e aplicações financeiras. **Risco de Crédito:** O Grupo somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de Risco de Capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Operações com Instrumentos Derivativos:** As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2023 são exclusivas de NDFs Non Deliverable Forward - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Replan em 2023. Em 31/12/2023 a TSPI e suas controladas não possuem qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **29. Seguros (Não Auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2023, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	**Riscos Cobertos**	**Montante da Cobertura**
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	R$ 300
Responsabilidade Civil Profissional (TSE)	Bloqueio e Indisponibilidade de Bens/Danos Morais e Outros	R$ 200
Responsabilidade Civil Geral	Resp. Civil - Obras Civis e/ou Serviços de Montagem e Instalação de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 18.000
Seguro de Frota / Automóvel	Casco, RC Veículos Danos Materiais, Morais e Corporais	R$ 2.030
	Indenização Integral	100% FIPE
	Perda Parcial	100% FIPE
	Danos Materiais a Terceiros	1.000
	Danos Corporais a Terceiros	1.000
Automóveis	Danos Morais	30
Responsabilidade Civil Geral	Operações, Guarda Veículos, Empregador, Poluição Súbita e Acidental, RCFV 2º Risco	30.000
Riscos Operacionais	Riscos Gerais Operacionais	424.500
	Perda Total, Assistência e Salvamento	172
	Valor Aumentado	375
	Responsabilidade Civil	1.500
Casco Marítimo	Casco e Máquinas	1.500
Responsabilidade Civil Profissional	Engenharia, Arquitetura e Crea Responsáveis Técnicos	200

30. Eventos Subsequentes: Em 20/03/2024 foi homologado registro na Junta Comercial de São Paulo da 26ª alteração do contrato social para transformação do tipo societário da Toyo Setal Empreendimentos Ltda. de "sociedade empresária de responsabilidade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado", passando a ser regida, portanto, pela Lei das Sociedades por Ações, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da referida lei e nos artigos 1114 a 1115 do Código Civil. Com a alteração, a Companhia passa a adotar a denominação social de TSE S.A. Como consequência da transformação, o capital social atual de R$ 38.904.966,00, representado por 38.904.966,00 quotas no valor nominal unitário de R$1 (um real) cada uma, passa a ser dividido em 38.904.966,00 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, recebendo cada acionista um número de ações exatamente proporcional à sua participação societária.

Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha - Contador CRC/RJ 092631/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da **TS Participações e Investimentos S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **TS Participações e Investimentos S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em **31/12/2023** e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TS Participações e Investimentos S.A.**, em **31/12/2023**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Parágrafos de Ênfase:** A controlada Toyo Setal Empreendimentos Ltda. participa de negócios em conjunto, através do Consórcio Montador Belo Monte, cujo relatório de outros auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2023 continha os seguintes parágrafos de ênfase: • **Adiantamento de Clientes:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$ 40.355. Desse montante total, os R$ 14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$ 25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$ 40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber". O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. • **Distrato Contratual - Continuidade Operacional:** Conforme nota explicativa n° 1, foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2023, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo, conforme descritas na nota explicativa n° 1.2. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (going concern assumption) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos:** • **Auditoria do Período Atual: Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 14/03/2024 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. • **Auditoria do Período Atual: Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 15/03/2024. • **Auditoria do Período Atual: Consórcio Construtor Linha Verde:** As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros

continua...

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

TS Participações e Investimentos S.A.

auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 01/03/2024. **Auditoria do Período Anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 05/04/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08/04/2024.

MOORE KSM AUDITORES INDEPENDENTES — **CRC 2 SP 018.460/O-1**
TETHUO OGASSAWARA - CONTADOR — **CRC 1 SP 172.692/O-6**

TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ Nº 15.563.826/0001-36

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo / Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (**Nota 3**)	142.666	17.405
Contas a receber (**Nota 4**)	783.482	107.630
Estoque (**Nota 5**)	–	12.453
Adiantamentos a fornecedores (**Nota 6**)	97.408	30.625
Partes relacionadas (**Nota 7**)	285.207	191.116
Tributos a recuperar (**Nota 8**)	33.489	7.277
Despesas antecipadas	7.004	10.398
Bloqueios judiciais (**Nota 9**)	50.003	50.003
Outros ativos	3.395	1.567
	1.402.653	**428.474**
Não circulante		
Operações consórcios (**Nota 10**)	310.568	80.602
Impostos diferidos	779	1.381
Contas a receber (**Nota 4**)	16.142	16.142
Outros ativos	285	272
	327.774	**98.397**
Investimentos		
Imobilizado (**Nota 11**)	19.979	11.158
Intangível (**Nota 12**)	994	1.106
	20.973	**12.264**
Total do ativo	**1.751.401**	**539.135**

Passivo e patrimônio líquido / Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Financiamentos (**Nota 13**)	283.413	42.500
Fornecedores (**Nota 14**)	202.624	36.816
Obrigações sociais e trabalhistas (**Nota 15**)	75.498	18.027
Tributos a recolher (**Nota 16**)	56.563	11.724
Adiantamento de clientes (**Nota 17**)	278.240	160.673
Partes relacionadas (**Nota 7**)	3.007	1.791
Arrendamentos (**Nota 18**)	1.106	861
Outras provisões (**Nota 19**)	151.595	26.417
	1.052.046	**298.809**
Não circulante		
Financiamentos (**Nota 13**)	232.217	4.563
Adiantamento de clientes (**Nota 17**)	16.147	16.147
Tributos a recolher (**Nota 16**)	3.331	902
Arrendamentos (**Nota 18**)	2.931	–
Operações consórcios (**Nota 10**)	308.273	76.091
Outras provisões (**Nota 19**)	2.831	10.414
	565.730	**108.117**
Patrimônio líquido		
Capital social (**Nota 20**)	38.905	38.905
Reserva de lucros	94.720	93.304
Total do patrimônio líquido	**133.625**	**132.209**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.751.401**	**539.135**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social as seguintes e principais atividades: a) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; b) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; c) Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e Indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; e d) Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligência da execução de obras de engenharia. A TSE é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão). **1.1. Projetos - Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. Em 31/12/2023 ainda restam discussões junto ao cliente a respeito de TEPs (Termo de Encerramento de Projetos) e custos remanescentes de afastados e pequenas questões administrativas. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em dezembro de 2016, a data de finalização foi postergada para abril de 2020. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. O cronograma do referido contrato previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores contratualmente previstos ou não podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2021, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **COMPERJ:** Em 9/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí, RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2021, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade turn-key, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes, MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 8/11/2021, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2021, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Barcarena:** Em 22/09/2022, com efeitos retroativos a 12/04/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. e Mitsubishi Power Américas, Inc., assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio vertical. Em 22/07/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados e escopos de execução distintos e individuais, com a Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. para desenvolvimento de uma usina de ciclo combinado compostas por geradores, associados de sistema de plantas incluindo captação de água e descarga de efluentes, gasodutos, equipamentos auxiliares e de controle, bem como subestação de alta tensão, sistemas auxiliares e sistemas de proteção e controle e todos os seus acessórios relacionados. **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia". Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Brasileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. **UPGN - GASLUB:** Em 24/03/2023, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o contrato 5900.0123618.23.2 para prestação de serviços de construção civil, montagem eletromecânica, interligações, comissionamento, pré-operação, partida e a operação assistida do remanescente de obras das unidades de processamento de gás natural do polo Gaslub Itaboraí, com o fornecimento de materiais e equipamentos. **BIOMAIS:** Em 9/08/2022 as empresas TSE, AF Fit Construções e Comércio Ltda., Solufarma do Brasil Engenharia Ltda. e Engeform Engenharia Ltda. assinaram contrato de constituição de consórcio denominado Consórcio Construtor Biomais, com o objetivo de desenvolver proposta comercial nos termos do Edital RDC Presencial n.º 01/2021-BM, e viabilizar a contratação de investidor para construção de imóvel, segundo o regime "Built to Suit", destinado à operação do "Novo Centro de Processamento Final - NCPF" da Fundação Nacional Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a ser localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Todas as ações de propostas não se converteram em assinatura de contrato com o cliente ao longo do exercício de 2023 de forma que a TSE já iniciou tratativas de distrato para retirar sua participação do consórcio em 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis da TSE referentes ao exercício findo em 31/12/2023, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 25/03/2024. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de Estimativas e Julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional da TSE é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1. Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A TSE considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da Receita e dos Custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de Arrendamentos:** A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos Financeiros e Derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a TSE se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da TSE é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Tributação:** Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **g) Impostos sobre Vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

Descrição	Alíquotas
Contribuição P/ Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3,00% A 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% A 1,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	De acordo com cada Município
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50% (Exercício 2022)

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **h) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2023, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **i) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Provisões:** A TSE é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e não Circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l) Operações em Conjunto (Consórcios):** A TSE possui participação em consórcios (Tecab-SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde, Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia e Consórcio Construtor BIOMAIS), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **m) Adoção de Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Emitidos pelo IASB e CPC: i. Normas e Interpretações Revisadas a Partir de 01/01/2023:** As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a ser efetivas para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023: **• CPC 26 (R1)** -Apresentação das demonstrações contábeis / IAS 1 - Presentation of Financial Statements / IFRS 2 - Practice Statements (Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las); **• CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro / IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros); **• CPC 50 Contratos de seguro / IFRS 17** - Insurance Contracts (todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro); **• CPC 312 / IAS 12** - Tributos sobre o Lucro (Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE - Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Na avaliação da Administração, as referidas alterações não resultaram em impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia. **ii. Normas e Interpretações Emitidas que não estão em Vigor no Exercício de 2023: • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou não Circulante** - Implementação 2024; **• Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores** - Implementação 2024; **• Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento** - Mercantil Sales and Leaseback - Implementação 2024; **• Alterações IAS 21 CPC 02 (R3)** - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Implementação em 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	94	70
Bancos	194	667
Aplicações Financeiras	142.378	16.668
	142.666	**17.405**
Toyo Setal Empreendimentos	79.717	13.610
Consórcio SPS	–	38
Consórcio Montador Belo Monte	1	14
Consórcio Construtor Linha Verde	297	2.599
Consórcio Toyo Setal Hdt Paulínia	62.609	1.144
Biomais	42	–
	142.666	**17.405**

Em 2023 e 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a Receber:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Valores Faturados		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (I)	287	287
Nesa - Consórcio Montador B. Monte - UHE B. Monte	1.540	1.685
PCPL Deepak	42	42
Petrobrás - Utilidades do Comperj	4.187	458
Eneva - Parnaíba VI	2.777	5.211
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	451	1.394
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	66.881	1.882
Celba 2 - Barcarena	21.173	–
Petrobrás - UPGN	4.170	–
	101.508	**10.959**
Valores a Faturar		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i)	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do Comperj	2.242	6.137
Eneva - Parnaíba VI	122.785	30.152
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	–	5.813
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	214.434	50.048
Barcarena	106.370	–
Upgn	231.622	–
	681.941	**96.671**
Total Circulante	**783.482**	**107.630**
Não Circulante		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE B. Monte (ii)	16.142	16.142
	16.142	**16.142**
	799.624	**123.772**

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº. 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. **(ii)** Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

5. Estoques: Em 31/12/2023 a TSE não possuía saldo em estoque (R$ 12.453 - 2022).

6. Adiantamentos a Fornecedores:	31/12/2023	31/12/2022
Toyo Setal Empreendimentos	59.828	26.977
Consórcio SPS	27	27
Consórcio Construtor Linha Verde	1.066	466
Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia	36.487	3.156
Total	**97.408**	**30.625**

7. Partes Relacionadas:

Ativo Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Estaleiros do Brasil Ltda.	285.207	191.116
	285.207	**191.116**
Passivo Circulante		
Sog Óleo e Gás S.A.	67	67
Toyo Engineering Corporation	2.940	1.724
Total	**3.007**	**1.791**

A TSE possui duas linhas distintas de mútuo com a coligada Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR"), que compreendem: a) contrato de mútuo celebrado com o TSE em março de 2014 para atender diversas operações ligadas ao objeto social do EBR. O saldo em 31/12/2023 montou a R$ 235.479 (2022 - R$ 183.713). b) despesas operacionais compartilhadas entre o EBR e a TSE. Em saldo em 31/12/2023 era de R$49.728 (2022 - R$ 7.403).

Receitas de Serviços	31/12/2023	31/12/2022
Toyo Engineering Corporation	9.972	34.563
Total	**9.972**	**34.563**
Outras (Despesas) / Receitas		
Outras Despesas - Toyo Engineering Corporation	(2.855)	(441)
Ajuste de Juros Mútuo TSE e EBR	33.513	248
Despesas Operacionais Compartilhadas EBR - Adm	24.875	13.945
Custos Compartilhados EBR - P74	14	–
Custos Compartilhados EBR - MV31	7	8
Custos Compartilhados EBR - MERO 2	11	203
Custos Compartilhados EBR- MV32	412	87
Custos Compartilhados EBR - NOV AT WT	315	609
Custos Compartilhados EBR - NOV AT TEG	4	108
Custos Compartilhados EBR - SBM MERO 4	711	145
Custos Compartilhados EBR - P79	2.943	800
Custos Compartilhados EBR - NOV AG SW	17	11
Custos Compartilhados EBR - NOV AG TEG	36	4
Custos Compartilhados EBR - MODEC BMC 33 EMT	27	191
Custos Compartilhados EBR - MODEC BMC33	2.125	–
Custos Compartilhados EBR - MODEC BMC33 DETAIL ENG	1.365	–
Total	**63.520**	**15.918**

Demonstração do resultado do exercício e do resultado abrangente (Em milhares de reais)

Operações continuadas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida (**Nota 21**)	**1.542.611**	**357.779**
Custos dos serviços prestados (**Nota 22**)	(1.472.974)	(301.534)
Lucro bruto	**69.637**	**56.245**
Despesas gerais e administrativas (**Nota 23**)	(44.817)	(40.586)
Lucro operacional	**24.820**	**15.659**
Despesas financeiras (**Nota 24**)	(63.520)	(7.735)
Receitas financeiras (**Nota 24**)	40.890	6.260
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	**(22.630)**	**(1.475)**
Outras receitas (despesas) operacionais	(97)	60
Lucro antes do IR e da CS	**2.093**	**14.244**
IR e CS corrente (**Nota 25**)	(75)	(4.572)
IR e CS diferido (**Nota 25**)	(602)	1.066
Lucro líquido do período	**1.416**	**10.738**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucro	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 01/01/2022	**38.905**	**82.566**	**–**	**121.471**
Lucro do Exercício	–	–	10.738	10.738
Constituição de Reserva	–	10.738	(10.738)	–
Em 31/12/2022	**38.905**	**93.304**	**–**	**132.209**
Lucro do Exercício	–	–	1.416	1.416
Constituição de Reserva	–	1.416	(1.416)	–
Em 31/12/2023	**38.905**	**94.720**	**–**	**133.625**

8. Tributos a Recuperar:	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	6.239	3.847
IR e CSLL	14.558	1.654
Impostos S/ Circulação de Merc. e Serviços (ICMS)	7.537	1.519
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.326	225
INSS a Recuperar	3.800	9
Outros Impostos	29	22
Total	**33.489**	**7.277**

9. Bloqueios Judiciais e Contingências: 9.2. Banco Santos: Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSE. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos (dentre eles a TSE, sua coligada EBR e controladora TSPI) pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles a TSE, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$ 10.815. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados de forma que no exercício findo de 31/12/2023 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo constante nos autos é de R$ 321.435 (trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e cinco reais mil), valor pleiteado pela Massa Falida do Banco Santos e atualizado até fevereiro de 2022 (última atualização constante nos autos). Entretanto, há cálculo realizado por perito judicial e homologado pelo juízo em ação monitória precedente ao IDPJ, entre a credora original e o Banco Santos, no valor atualizado de R$ 41.447 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil), levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **9.3. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da TSE, e de sua coligada EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2023 o valor de R$ 50.003 (R$ 50.003 - 2022). Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 6/12/2023 é de R$ 301.718 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

10. Operações com Consórcios:

Créditos a Receber	31/12/2023	31/12/2022
Consórcio SPS	44.720	44.653
Consórcio Montador Belo Monte	(2.690)	(2.465)
Consórcio Linha Verde	92.272	1.962
Consórcio Biomais	775	-
Consórcio HDT	175.491	36.452
	310.568	**80.602**
Débitos a Pagar		
Consórcio SPS	(38.926)	(38.860)
Consórcio Montador Belo Monte	1.665	1.212
Consórcio Linha Verde	(49.792)	(1.954)
Consórcio Biomais	(774)	-
Consórcio HDT	(220.446)	(36.489)
	(308.273)	**(76.091)**
Resultado das Operações		
Receita Operacional Líquida	468.853	91.974
Custo dos Serviços Prestados e Revenda	(494.660)	(97.896)
Prejuízo Bruto	(25.807)	(5.922)
Despesas Financeiras	(1.055)	(2.337)
Receitas Financeiras	2.848	152
Prejuízo Operacional	(24.014)	(8.107)

Ao longo do exercício de 2023 o Consórcio apresentou dificuldades de performance que resultaram em problemas de fluxo de caixa e necessidades de suporte para fazer frente aos seus compromissos operacionais. Tais demandas foram supridas em uma maior porção pela consorciada Toyo Setal Empreendimentos gerando um desbalanceamento de crédito na participação originalmente acordada entre partes (Nota 1). Em 03/08/2023 foi assinado um instrumento particular, aditivo ao contrato de formação de consórcio, que regimenta as formas de regularização e compensação do referido desequilíbrio (R$ 42.735 em 2023) pela parte inadimplente com base em recebíveis futuros acordados entre as consorciadas.

11. Imobilizado:

Custo	2022	Adições	Baixas	2023
Veículos	1.248	286	–	1.534
Máquinas e Equipamentos	3.874	3.844	(28)	7.690
Móveis e Utensílios	1.228	222	(6)	1.444
Equipamentos de Informática	7.277	4.396	–	11.673
Outras Instalações de Campo	2.071	96	–	2.167
Benfeitorias em Prédios de Terceiros	1.600	–	–	1.600
Direito de Uso (Nota 19)	861	3.176	–	4.037
Total do Custo	**18.159**	**12.020**	**(34)**	**30.145**
Depreciação	**2022**	**Depreciação**	**Baixas**	**2023**
Veículos	(166)	(326)	–	(492)
Máquinas e Equipamentos	(2.248)	(509)	–	(2.757)
Móveis e Utensílios	(720)	(183)	–	(903)
Equipamentos de Informática	(3.533)	(1.593)	–	(5.126)
Outras Instalações de Campo	(245)	(198)	–	(443)
Benfeitorias em Prédios de Terceiros	(89)	(356)	–	(445)
Total da Depreciação	**(7.001)**	**(3.165)**	**–**	**(10.166)**
Saldo Líquido	**11.158**	**–**	**(34)**	**19.979**

As taxas médias anuais de depreciação para os ativos imobilizados são as mesmas para 2023 e 2022, como seguem: veículos: 20%; móveis e utensílios: 10%; equipamentos de informática: 20%; máquinas e ferramentas: 10%; outras instalações de campo: 10%. Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios.

12. Intangível:

Custo	2022	Adições	2023
Software e Licença de Uso	7.013	–	7.013
Software e Licença de Uso - Em Andamento	669	1	670
Total do Custo	**7.682**	**1**	**7.683**
Amortização	**2022**	**Amortização**	**2023**
Software e Licença de Uso	(6.576)	(113)	(6.689)
Total da Amortização	**(6.576)**	**(113)**	**(6.689)**
Saldo Líquido	**1.106**	**(112)**	**994**

A taxa média anual de amortização para softwares e licença de uso de software é a mesma para 2023 e 2022: 20%.

13. Financiamentos: Os saldos em aberto de principal e juros provisionados por contrato de financiamento em 31 de dezembro são:

Banco	Modalidade	Prazo	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	ACC	16/06/2023	–	32.399
Banco ABC S.A.	Capital de Giro	03/11/2023	–	10.101
Projeto HDT		25/07/2025	4.282	4.563
Banco do Brasil S.A.	CCB	25/09/2025	20.039	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	30.025	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	60.050	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	75.060	–
Banco do Brasil S.A.	ACC	12/07/2024	25.155	–
Banco do Brasil S.A.	4131	05/08/2025	75.121	–
Banco do Brasil S.A.	CCB	28/10/2025	75.059	–
Banco Industrial do Brasil	CCB	02/01/2025	30.765	–
Banco Daycoval	CCB	06/11/2025	10.774	–
Banco Daycoval	CCB	10/11/2025	22.898	–
Banco Daycoval	CCB	01/12/2025	10.854	–
Deutsche Bank	CCB	03/10/2024	41.360	–
Deutsche Bank	CCB	06/11/2024	20.424	–
C6 Bank	Antecip. Recebíveis		13.764	–
Total			**515.630**	**47.063**
Circulante			**283.413**	**42.500**
Não Circulante			**232.217**	**4.563**
			515.630	**47.063**

14. Fornecedores:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Toyo Setal Empreendimentos	135.168	27.084
Consórcio SPS	569	562
Consórcio Construtor Linha Verde	7.317	4.807
Consórcio Montador Belo Monte	241	294
Consórcio HDT	59.321	4.070
Biomais	8	–
Total	**202.624**	**36.816**

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício antes do IR e contribuição	**2.093**	**14.244**
Depreciação	3.165	1.126
Amortização	113	68
Juros s/ mútuos partes relacionadas	(33.513)	-
Juros s/ empréstimos bancários	48.345	1.734
Variação cambial sobre empréstimos	(3.640)	-
Provisões para demandas judiciais	117.602	30.319
	132.072	**33.247**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(675.852)	(91.184)
Adiantamentos a fornecedores	(66.783)	(30.357)
Estoque	12.453	(12.453)
Tributos a recuperar	(26.212)	16.151
Outros créditos	1.553	5.830
Bloqueio judicial	–	(48.911)
Fornecedores	165.808	33.494
Adiantamentos a clientes	117.567	144.543
Obrigações trabalhistas	57.471	4.074
Tributos e contribuições	47.193	(5.712)
Partes relacionadas	(59.362)	(90.487)
Créditos a receber - Operações com consórcios	(229.966)	(44.606)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	232.182	42.823
	(423.498)	**(76.795)**
Caixa aplicado nas operações	**(289.783)**	**(29.304)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	(8.845)	(9.601)
Venda de imobilizado	34	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(8.811)**	**(9.601)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	537.960	45.550
Amortização de principal	(72.885)	-
Pagamentos de juros	(41.220)	(221)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**423.855**	**45.329**
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	125.261	6.424
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.405	10.981
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	142.666	17.405

15. Obrigações Trabalhistas:	31/12/2023	31/12/2022
Salários e Pró-Labore a Pagar	15.716	4.208
FGTS	3.463	912
INSS	11.436	1.517
Provisão de Férias e Encargos Sociais	33.930	8.571
Provisão para Rescisões	–	242
Retenções Empregado	7.636	2.531
Outros	3.316	46
	75.498	**18.027**
Toyo Setal Empreendimentos	63.700	13.959
Consórcio SPS	2	2
Consórcio Construtor Linha Verde	619	2.202
Consórcio Montador Belo Monte	24	287
Consórcio HDT	11.153	1.577
	75.468	**18.027**

16. Tributos a Recolher:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	27.133	2.292
Impostos S/ Circulação de Merc. e Serviços (ICMS)	2.454	220
Retenções na Fonte	1.069	799
Imposto S/ Operações Financeiras (IOF)	323	277
Imposto Sobre Serviços (ISS)	23.447	659
IRPJ e CSLL	75	4.554
Prov. ICMS Trans. Crédito Decreto 42543/2010	617	617
CPRB	–	2.072
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	445	–
Parcelamento de Impostos (CCLV) (a)	1.000	236
	56.563	**11.724**
Não Circulante		
Parcelamento de Impostos (CCLV) (a)	**3.331**	**902**
Total	**59.894**	**12.626**
Toyo Setal Empreendimentos	39.201	3.237
Consórcio SPS	32	32
Consórcio Montador Belo Monte	13	9
Consórcio Construtor Linha Verde	4.336	4.668
Consórcio Toyo Setal HDT	16.312	4.680
	59.894	**12.626**

(a) A CPRB e demais impostos incidentes sobre a folha de pagamento do consórcio apurados nas competências de 2023 e 2022 foram parcelados na modalidade de parcelamento simplificado em 60 parcelas.

17. Adiantamento de Clientes:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Clientes Toyo Setal Empreendimentos	259.018	150.017
Cliente Consórcio Construtor Linha Verde	230	3.827
Cliente Consórcio HDT	18.992	6.829
	278.240	**160.673**
Não Circulante		
Clientes Consórcio Montador Belo Monte	**16.147**	**16.147**

18. Arrendamentos: A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2023 o saldo reconhecido no passivo é de R$ 4.037 (2022- R$ 861).

19. Provisões:

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Custos Incorridos	90.344	23.863
Provisão para Desmobilizações	61.252	2.553
	151.595	**26.417**
Não Circulante		
Provisões para Desmobilizações	–	7.745
Provisões para Contingências Tributárias	1.300	1.300
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.531	1.370
	2.831	**10.414**
Toyo Setal Empreendimentos	110.733	26.759
Consórcio SPS	390	413
Consórcio Belo Monte	796	556
Consórcio HDT	40642	1.883
Consórcio Construtor Linha Verde	1.865	7.221
	154.426	**36.831**

20. Capital Social: O capital social em 31/12/2023 é de R$ 38.904.966,00 (R$ 38.904.966,00 em 2022), representado por 38.904.966,00 quotas no valor nominal unitário de R$1 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

	Quotas	%
TS Participações e Investimentos S.A.	38.904.965	99,99
Estaleiros do Brasil Ltda.	1	0,01
	38.904.966	**100,00**

21. Receita Operacional Líquida:

Receita Bruta	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Prestação de Serviços	1.430.097	336.355
Receita de Revenda	188.441	5.909
Receita de Exportação de Serviços	9.972	36.379
Receita de Exportação de Materiais	6.623	9.508
Subtotal	**1.635.133**	**388.151**
Deduções de Receita - Impostos		
ISS	(48.114)	(12.772)
ICMS	(4.491)	–
PIS	(6.789)	(828)
COFINS	(31.309)	(3.817)
CPRB	(1.819)	(12.955)
Subtotal	**(92.522)**	**(30.371)**
Receita Líquida	**1.542.611**	**357.779**
PCPL Deepak	16.096	44.007
Utilidades do Comperj	10.248	41.423
Parnaíba VI	334.106	107.325
Consorcio HDT Paulínia	431.704	49.524
Barcarena	368.089	72.987
Consorcio CCLV Linha	37.149	42.450
UPGN	345.219	–
Outros Projetos	–	63
Total	**1.542.611**	**357.779**

22. Custos:	31/12/2023	31/12/2022
Custos com Material de Consumo	(377.444)	(39.986)
Custo dos Produtos Revendidos	(297.822)	(23.128)
Custos com Pessoal, Encargos e Benefícios	(460.760)	(94.348)
Custos com Serviços de Terceiros	(275.258)	(119.438)
Custos com Aluguéis	(46.054)	(10.631)
Depreciação e Amortização	(2.068)	(375)
Custos Recuperados - EBR	7.987	2.166
Outros Custos	(21.555)	(15.794)
	(1.472.974)	**(301.534)**
PCPL Deepak	(2.286)	(562)
Utilidades do Comperj	(10.637)	(39.362)
Parnaíba VI	(312.774)	(95.255)
CCLV	(89.244)	(50.495)
Consórcio HDT Paulínia	(404.676)	(44.618)
Barcarena	(336.210)	(66.701)
Obra UPGN	(316.757)	–
Outros Projetos	(390)	(4.541)
	(1.472.974)	**(301.534)**

23. Despesas Administrativas:	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com Pessoal, Encargos e Benefícios	(44.513)	(33.098)
Despesas com Serviços de Terceiros	(15.447)	(16.720)
Despesas com Aluguéis e Utilidades	(475)	(52)
Despesas com Viagem e Locomoção	(2.151)	(1.426)
Despesas de Depreciação e Amortização	(1.197)	(733)
Recuperação de Despesas - EBR	24.875	13.945
Outras Despesas e Receitas Com. e Administrativas	(5.909)	(2.502)
Total	**(44.817)**	**(40.586)**

24. Resultado Financeiro:

Receitas Financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Juros S/ Empréstimos Mútuos	33.513	(248)
Descontos Obtidos	269	30
Rendas Pré-Fixadas S/ Aplicações	1.890	3.016
Rendimentos Financeiros	150	3.120
Receitas Financeiras - Consórcio SPS	3	6
Receitas Financeiras - Consórcio Belo Monte	8	8
Receitas Financeiras - Consórcio Linha Verde	24	50
Receitas Financeiras - Consórcio HDT	2.813	104
PIS e COFINS S/ Receitas Financeiras	(1.661)	(151)
	37.009	**5.933**
Variação Cambial Ativa	3.881	327
Total	**40.890**	**6.260**
Despesas Financeiras		
Juros S/ Empréstimos Obtidos	(46.442)	(1.385)
Juros com Antecipação de Recebíveis	(1.333)	–
Multa S/ Atraso Pagamento	(4.232)	(1.361)
Tarifas Bancárias - IOF	(12.936)	(237)
Instrumentos Derivativos - HEDGE	(889)	563
Comissões e Fianças Bancárias	(5.333)	(4.067)
Recuperação de Despesas Financeiras - EBR	10.305	–
Despesas Financeiras - CCLV	(1.044)	(369)
Despesas Financeiras - Consórcio Belo Monte	(2)	(248)
Despesas Financeiras - Consórcio HDT Paulínia	(9)	(24)
	(61.915)	**(7.128)**
Variação Cambial Passiva	(1.605)	(607)
Total	**(63.520)**	**(7.735)**
Resultado Financeiro, Líquido	**(22.630)**	**(1.475)**

25. Imposto de Renda e Contribuição Social: A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31/12/2023 é conforme segue:

Descrição	2023
Lucro Contábil antes do IRPJ e CSLL	2.093
(+) Adições Definitivas	8
(+) Adições Temporárias	(56.487)
(-) Exclusões Definitivas	(2)
(-) Exclusões Temporárias	54.684
Lucro ajustado pela legislação fiscal	**296**
Compensação Prejuízo Fiscal	–
Lucro base para tributação	**296**
Tributação Corrente	
IRPJ - 15%	44
IRPJ - 10%	6
CSLL - 9%	27
Subtotal	**77**
(B) Pat - Programa Alimentação Trabalhador	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**75**
Impostos Diferidos (sob adições e exclusões temporárias)	
IRPJ	440
CSLL	162
Total	**602**

26. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela TSE restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e operações de hedge, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2023 e 2022 são Caixa, bancos, aplicações financeiras e operações de hedge (NDFs - Non Deliverable Forward ou contratos a termo de moedas). **Risco de Crédito:** A TSE somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a TSE possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de Risco de Capital:** Os objetivos da TSE ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Operações com Instrumentos Derivativos:** As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2023 são exclusivas de NDFs Non Deliverable Forward - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia em 2023. Em 31/12/2023 a TSE não possui qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **27. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2023 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montar R$ 5.276 (R$ 4.682 - 2022) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Seguros (Não Auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2023, a TSE apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante da Cobertura
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	R$ 300
Responsabilidade Civil Profissional (TSE)	Bloqueio e Indisponibilidade de Bens/ Danos Morais e Outros	R$ 200
Responsabilidade Civil Geral	Resp. Civil - Obras Civis e/ou Serviços de Montagem e Instalação de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 18.000
Seguro de Frota / Automóvel	Casco, RC Veículos Danos Materiais, Morais e Corporais	R$ 2.030

29. Eventos Subsequentes: Em 20/03/2024 foi homologado registro na Junta Comercial de São Paulo da 26ª alteração do contrato social para transformação do tipo societário da Toyo Setal Empreendimentos Ltda. de "sociedade empresária de responsabilidade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado", passando a ser regida, portanto, pela Lei das Sociedades por Ações, segundo o disposto nos artigos 220 a 222 da referida lei e nos artigos 1114 a 1115 do Código Civil. Com a alteração, a Companhia passa a adotar a denominação social de TSE S.A. Como consequência da transformação, o capital social atual de R$ 38.904.966,00, representado por 38.904.966,00 quotas no valor nominal unitário de R$1 (um real) cada uma, passa a ser dividido em 38.904.966 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, recebendo cada acionista um número de ações exatamente proporcional à sua participação societária anterior descrita na Nota 20.

Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha Contador - CRC/RJ 092631/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em **31/12/2023** e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, em **31/12/2023**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis. **Parágrafos de Ênfase: Adiantamento de Clientes - Consórcio Montador Belo Monte:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$ 40.355. Desse montante R$ 14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$ 25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$ 40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber" nas demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte. A Toyo Setal tem registrado sua participação nas mesmas contas com saldos de R$ 16.147 e R$ 16.142 em 31/12/2023. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Distrato Contratual - Continuidade Operacional Consórcio Montador Belo Monte:** Foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2023. Uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (going concern assumption) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos: Auditoria do Período Atual: Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 14/03/2024 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. **Auditoria do Período Atual: Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 15/03/2024. Auditoria do período atual: Consórcio Construtor Linha Verde: As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 01/03/2024. **Auditoria do Período Anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 05/04/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08/04/2024.

MOORE KSM AUDITORES INDEPENDENTES - CRC 2 SP 018.460/O-1
TETHUO OGASSAWARA - CONTADOR - CRC 1 SP 172.692/O-6

DISTRITO ANHEMBI

SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.

CNPJ nº 41.542.832/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.Sas. As Demonstrações Financeiras referente ao Exercícios Sociais findos em 31.12.2023 e 31.12.2022. Estamos a inteira disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário. São Paulo 25.04.2024.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 E 2022 - Em milhares de reais

Ativo	2023	2022
Circulante	**56.309**	**171.861**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	33.479	150.185
Contas a receber de clientes (Nota 5)	14.482	14.861
Despesa antecipada (Nota 6)	2.829	2.975
Clientes a faturar	295	1.581
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	3.551	1.492
Partes relacionadas (Nota 12)	229	193
Outros	1.444	574
Não Circulante	**262.819**	**60.416**
Imobilizado (Nota 08)	212.933	8.732
Intangível (Nota 09)	49.886	51.684
Total do ativo	**319.128**	**232.277**

Passivo	2023	2022
Circulante	**56.363**	**28.617**
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 10)	42.118	18.112
Adiantamento de clientes (Nota 11)	6.282	3.693
Partes relacionadas (Nota 12)	3.110	4.564
Obrigações trabalhistas a pagar	2.794	1.386
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	667	482
Outros passivos	1.392	380
Não circulante	**679**	**643**
Adiantamento de clientes (Nota 11)	679	643
Patrimônio líquido (nota 14)	**262.086**	**203.017**
Capital social	280.392	200.392
Prejuízo acumulado	(18.306)	2.625
Total do passivo e patrimônio líquido	**319.128**	**232.277**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Receita líquidas (Nota 18)	29.327	40.916
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	(34.315)	(29.615)
Lucro bruto	**(4.988)**	**11.301**
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(24.850)	(17.172)
Outras receitas e (despesas) operacionais (Nota 19)	3.884	3.395
Resultado antes das receitas financeiras	**(25.954)**	**(2.476)**
Resultado financeiro líquido (Nota 20)	7.813	5.101
Lucro ou Prejuízo antes do IR e CS	**(18.141)**	**2.625**
IR e CS - corrente e diferido (Nota 16)	(2.790)	-
Lucro do exercício	**(20.931)**	**2.625**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	**280.392.346**	200.392.346
Lucro por ação: Lucro por ação social em reais	**(0,74)**	0,01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 - Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro do exercício	(20.931)	2.625
Total do resultado abrangente do exercício	**(20.931)**	**2.625**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022 - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos	Prejuízo Acumulado	Total
Em 31/12/2022	**200.392**	**131**	**2.494**	-	**203.017**
Integralização de capital	80.000	-	-	-	80.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(131)	(2.494)	(18.306)	(20.931)
Em 31/12/2023	**280.392**	-	-	**(18.306)**	**262.086**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 - Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro ou Prejuízo antes do IR e CS	**(18.141)**	2.625
Depreciação e amortização	1.799	2.093
Variações nos ativos e passivos: Contas a receber	1.665	(16.442)
Impostos e contribuições a recuperar	(2.059)	(1.492)
Outros ativos	(870)	(574)
Partes relacionadas	(1.490)	4.371
Despesas antecipadas	146	(2.975)
Fornecedores	24.006	(17.715)
Adiantamento de clientes	2.625	4.336
Obrigações trabalhistas a pagar	1.408	1.386
IR e CS pagos	(2.790)	-
Impostos e contribuições a recolher	185	482
Outros passivos	1.012	357
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**7.496**	(23.548)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Integralização de capital	-	-
Aquisição de intangível	-	(36)
Aquisição de imobilizado	(204.202)	(8.733)
Caixa líquido aplicado no das atividades de investimentos	**(204.202)**	(8.769)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	80.000	172.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**80.000**	172.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(116.706)**	139.683
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	150.185	10.502
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	33.479	150.185
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(116.706)**	139.683

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia") foi constituída em 12/04/2021, com o propósito específico de realizar a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do Distrito Anhembi por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito e Uso e Exploração de Bem Público no. GCO/CCN 014/2021. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo - SP. Em 26/05/2021 foi assinado o contrato de concessão SAo Paulo Turismo S.A. e SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. Em 10/11/2021 foi emitido a Ordem de Início sendo a mesma publicada no dia 12/11/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Entretanto a transferência da gestão operacional do Distrito Anhembi ocorreu apenas em 05/01/2022 e data essa que se iniciou efetivamente a administração do Anhembi pela empresa do grupo GL events. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 07/03/2024. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado ou de realização. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". **Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros em vigor. **Avaliação da recuperabilidade dos ativos: Ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2023, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.6 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumuladas *(impairment)*. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.7 Intangível:** O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Anhembi e das áreas adjacentes (Distrito Anhembi) por trinta anos, período de concessão de uso. O ativo intangível será amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão. Cabe ressaltar que o contrato de concessão em vigor na Companhia não se enquadra na interpretação da norma IFRIC 12, pois as condições relativas à definição dos serviços prestados e determinação dos preços não são controlados. Neste caso, o contrato de concessão corresponde a um contrato de locação operacional registrado apenas os pagamentos de aluguel. **2.8 Contas a pagar a fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.11 IR e CS:** A Companhia adota o regime de Lucro Real para a apuração e registro do IR e CS. Cabe ressaltar que a provisão para o IR é calculada quando se apura base tributável, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a CS à alíquota de 9% sobre o lucro tributável antes do cálculo do IR, nos termos da legislação vigente. O IR e a CS diferido (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando, simultaneamente: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Receita com locação de centro de convenções:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando do primeiro dia de realização da feira e evento. **(b) Receita com locação de área para exploração de estacionamento:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando da utilização da área de estacionamento dos veículos destinados às feiras e eventos. **(c) Receita com serviços:** As receitas pela prestação de serviços de apoio aos eventos, como equipamentos elétricos, telefonia e internet, estruturas suspensas, serviços gráficos e comissionamento de receita com alimentos e bebidas, são reconhecidas pelo regime de competência, quando da prestação dos serviços. **3. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** **Normas novas e alteradas no exercício corrente:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/2023: **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Recursos em caixa e depósitos bancários a vista	330	-
Aplicações financeiras	33.149	150.185
	33.479	150.185

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade média de 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. Contas a receber de clientes:	2023	2022
Recebíveis - Receita de locação	13.627	13.529
Recebíveis - Estacionamento	15	1.257
Recebíveis - Outros serviços	840	75
Total	**14.482**	14.861

Em 31/12/2023, o montante de contas a receber de clientes com terceiros no total de R$14.482 estava composto conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Contas a receber de clientes a vencer	**2.302**	699
Contas a receber de clientes vencidos		
De um a três meses	426	269
De três a seis meses	863	6.605
De seis a doze meses	867	7.288
Acima de doze meses	10.114	-
Contas a receber de clientes, líquidas	**14.482**	14.861

Os recebíveis vencidos referem-se a parcelas recebidas pelo poder concedente no período de transição da concessão, porém referente a serviços prestados pela SPE Anhembi. Não foi efetuada provisão para perda em relação a esses montantes, tendo em vista que a Companhia possui saldos a pagar junto ao poder concedente e ambos efetuarão um encontro de contas no decorrer de 2024.

6. Despesas antecipadas:	2023	2022
Despesas antecipadas (fora grupo)	2.829	2.975
	2.829	2.975

As despesas antecipadas referem-se a gastos incorridos em período anterior à realização dos eventos. Como exemplo: a) seguro patrimonial e b) gastos com customização dos espaços locados para os eventos.

7. Impostos e contribuições a recuperar:	2023	2022
Crédito de COFINS	284	942
Crédito de PIS	95	215
IR s/ aplicação financeira	3.042	312
IR s/ faturamento	4	-
COFINS a recuperar	103	18
PIS a recuperar	22	5
ISSQN a recuperar	1	-
	3.551	1.492

A expectativa da Administração é de que esses valores sejam realizados no curto prazo, ou seja, no curso normal das operações da Companhia, sendo parcialmente compensados com créditos fiscais, podendo utilizar o saldo negativo da base de IRPJ ou até mesmo com procedimento administrativo perante a Receita Federal utilizando o ressarcimento ao contribuinte através da PERDCOMP. **8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, contudo o saldo R$8.724 apresentado em 31/12/2022 de "Construção em Andamento", não foi objeto do cálculo de depreciação em razão das benfeitorias que serão realizadas no Distrito Anhembi, como previsto no contrato de concessão onerosa.

	2022	Aquisições	Depreciação	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Em andamento	8.724	204.202	-	212.926
Móveis e utensílios	7	1	1	7
	8.731	204.203	1	212.933

Ao longo do exercício de 2023 a construção e reforma do Distrito Anhembi avançaram, como apresentado acima com investimentos da ordem de R$204.203 milhões, contudo esse investimento contempla uma área de exposição com três pavilhões em uma área total de 76.223m², assim integrando o futuro centro de congresso em aproximadamente 37.000m² de espaço voltado para eventos, voltado para um local de grande porte as atividades de esporte e cultura. O grupo GL events, tem como objetivo no próximo exercício a inauguração do complexo de 400m² mil, integrando uma arena multiuso, um teatro, além da passarela cultural do Sambódromo, um centro de exposição totalmente modernizado e reformado, assim estabelecendo com o primeiro grande centro internacional de congressos para atender a grandiosa cidade de São Paulo.

	2021	Aquisições	Amortização	2022
Edificações em andamento	-	8.724	-	8.724
Móveis e utensílios	-	8	1	7
	-	8.732	1	8.731

9. Intangível:	2022	Aquisições	Amortização	2023
Software	34	-	7	27
Concessão do Distrito Anhembi	51.650	-	1.791	49.859
	51.684	-	1.798	49.886

	2021	Aquisições	Amortização	2022
Software	-	36	2	34
Concessão do complexo Anhembi	53.740	-	2.090	51.650
	53.740	36	2.092	51.684

O saldo correspondente ao software registrado no ativo da Empresa, basicamente refere-se ao sistema de comunicação VPN, que permite controle de acesso ao banco de dados para seus colaboradores em suas atividades operacionais. A amortização do software é determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada em cinco anos. A amortização do contrato de concessão de uso é calculada pelo método linear em 360 meses, tendo sido determinada de acordo com o contrato de concessão, onde prevê a exploração do distrito pelo período de 30 anos. O início da amortização foi programado com base no edital de publicação da "Ordem de Início", através do Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 12,/11/2021, contudo em razão dos impactos econômicos ocasionado pela crise sanitária da Covid-19 a Administração optou em realizar a exploração da concessão em janeiro 2022, com base na declaração de fim da pandemia pelos órgãos públicos responsáveis em avaliar a crise pandêmica.

10. Fornecedores:	2023	2022
Contrato de concessão SP TURIS - São Paulo Turismo S.A.(a)	22.896	10.578
Provisões a pagar fora grupo	9.132	6.492
Fornecedores fora grupo	10.090	1.042
	42.118	18.112

(a) Com o início das atividades no Distrito Anhembi, a Administração realizou o cálculo da outorga variável referente ao exercício de 2023 com base no contrato de concessão "Processo 7210.2020/0000956-3 Concorrência Internacional nº 001/2020", em suas cláusulas 21 e anexo IV, ressalta-se que a outorga variável mínima é de R$10.000 milhões, caso o percentual de 12,5% da "Receita Operacional Bruta" seja inferior ao mínimo estipulado, este valor será atualizado pelo índice de reajuste IPCA, anualmente, portanto a outorga será auferida considerando a proporcionalidade do valor mínimo, previsto no anexo IV item 3.6 a 3.8 e deverá ser apurada até o dia 20 (vinte) do mês de maio de cada ano, compreendendo o período fiscal de janeiro a dezembro. Portanto, com base nas cláusulas de regra da outorga variável mínima e devidamente atualizada, a Administração registrou em seus livros o montante de R$11.682 milhões, que deverá desembolsada em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo seu primeiro desembolso em 10 (dez) dias da sua apuração que será em 20.05.2024. As demais composições que fazem parte do saldo da rubrica de fornecedores fora grupo, representa atividades que estão sendo desenvolvidas no decorrer do exercício, assim como a programação dos seus eventos com data programada para o período subsequente. Primeira parcela da outorga variável: De acordo com o item 3.7 do contrato de concessão, excepcionalmente, a primeira parcela da outorga variável será auferida considerando a proporcionalidade de entre a outorga variável mínima referente a 365 dias; e os dias corridos entre a ordem de início e o término do ano calendário. Apesar de a ordem de início ser datada de 12/11/2021, a Administração da Companhia entende que esta data não reflete a data de início das operações, uma vez que a concessão só ficou disponível para operação em janeiro de 2022.

11. Adiantamento de clientes:	2023	2022
Serviço de locação	6.945	3.079
Estacionamento	16	1.257
	6.961	4.336
Circulante	**6.282**	3.693
Não circulante	**679**	643

Os adiantamentos de clientes referem-se ao fluxo de pagamentos contratuais que antecedem a realização dos eventos e feiras a serem realizados no exercício de 2024 a 2025.

12. Partes relacionadas:	Contas a receber 2023	Contas a receber 2022	Fornecedores 2023	Fornecedores 2022	Custos e despesas 2023	Custos e despesas 2022
GL events Exhibitions S.A.	-	134	7	31	19	49
GL events S.A. (Lion)	-	-	794	-	-	-
GL events Live S.A.	15	9	445	179	279	323
GL events Brasil Participações	97	-	793	3.055	3.761	3.206
GL events Centro de Convenções	33	8	44	269	10	410
GL events imobiliária	-	-	1	1	1	2
SPE GL events C.C. Imigrantes	16	5	1.015	1.018	1.000	1.334
SPE GL events C.C. Salvador	33	2	-	-	-	-
SPE GL events C.C. Santos	35	35	11	11	-	13
	229	193	3.110	4.564	5.070	5.337

Trata-se de repasse de gastos compartilhados. Os reembolsos não são tratados como receitas operacionais, mas sim redutoras de custos ou despesas.

13. Impostos e contribuições a recolher:	2023	2022
COFINS sobre faturamento	-	239
PIS sobre faturamento	-	52
IRRF a recolher	69	51
INSS retido de terceiros	417	33
ISS retido de terceiros	81	19
IRRF retido de terceiros	12	15
ISS sobre faturamento	2	13
Outros	86	60
	667	482

14. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social é de R$280.392.346,00 (vinte oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais), subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 280.392.346 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real).

Acionista	Quantidade de ações	Valor das ações	Valor total das ações	Participação no capital social
GL events Brasil Participações Ltda.	280.392.346	R$1,00	R$280.392.346,00	100%

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital: O aumento de capital corresponde ao montante de R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), dividido em 80.000.000 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real) foi constituído para atendimento das necessidades de investimento da concessão. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente, quando ocorre Lucro no exercício, com destinação de 5% do lucro líquido ajustado e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(d) Distribuição dos lucros:** A Companhia apurou prejuízo no exercício em 31/12/2023, porém absorveu parte do lucro da atividade não operacional referente ao exercício de 2022, assim a Administração aproveitou a não recomendação de distribuição de lucros, para reduzir o impacto do prejuízo acumulado. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, representados por aplicações financeiras, utilizam taxas compatíveis com as de mercado. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam dados sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento do patrimônio social. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas. As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente provenientes dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de crédito. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado e o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Até o encerramento do exercício de 2022, a Administração da Companhia manteve posições somente em contas correntes bancárias e financiamentos, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. A exposição ao risco cambial é representada pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$7.001 (Euro 1.108 mil).

16. IR e CS:	2023	2022
IR e CS - Corrente	-	(3.102)
IR e CS - Resultado financeiro	(2.790)	-
Benefício fiscal - PERSE	-	3.102
	(2.790)	-

Em 31/12/2023, a Empresa através da sua escrituração fiscal LALUR realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contudo como suas atividades estão enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não houve impacto no resultado do exercício em razão deste benefício fiscal que concede alíquota zero durante os próximos cinco anos, a findar em fevereiro de 2027. O saldo apresentado é reflexo da alteração da MP 1.147/2022, o novo texto alterou o artigo 4º da mencionada lei, tornando-a mais restritiva para aproveitamento do benefício de alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O caput do artigo 4º da Lei nº 14.148/2021, na alteração trazida pela MP, agora prevê que o benefício é aplicado "sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia", e o parágrafo primeiro dispõe que a alíquota zero é aplicada "sobre as receitas e os resultados das atividades do setor de eventos de que trata este artigo", em consonância com o quanto prevê a recém editada Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022. Com isso, tem-se que o Governo Federal restringe a abrangência da alíquota zero do PERSE, uma vez que, na redação anterior do caput do artigo 4º da Lei nº 14.148/2021 estabelecia que a alíquota zero era aplicável sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos, assim enquadradas aquelas que possuem um dos CNAEs listados na Portaria ME nº 7.163/2021. Em outras palavras, era possível, na redação anterior, compreender o benefício como uma desoneração total das alíquotas de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para empresas enquadradas como pertencentes ao setor de eventos, independentemente da classificação de suas receitas. **17. Benefício fiscal PERSE:** A Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil publicou duas soluções de consulta, em 6/03/2022, explicitando o entendimento do órgão sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos "PERSE", especialmente no que se refere ao benefício de alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021. A RFB apreciou a questão temporal quanto à vigência da alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dispondo que a redução deve ser aplicada às receitas e resultados referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027, justamente o quanto já previsto no artigo 7º da IN RFB nº 2.114/2022. Tratou, ainda, de procedimentos relacionados com a indicação do benefício nas respectivas obrigações fiscais acessórias. Em síntese, a RFB consigna que: (i) A alíquota zero é aplicada tão somente sobre as receitas e os resultados auferidos pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia, devendo o contribuinte, portanto, realizar a segregação das receitas sobre atividades que contemplam o benefício fiscal; (ii) O benefício de alíquota zero não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional; entretanto, estas empresas podem fruir da alíquota zero caso sejam desenquadradas (a requerimento ou de ofício) do regime simplificado; (iii) Não é necessário que o contribuinte realize a renegociação de dívidas (transação tributária) para fazer jus à alíquota zero; (iv) Tomas atenção em informar aos nossos clientes através dos respectivos documentos fiscais, que nossa prestação de serviços obteve o benefício da redução de alíquotas a zero, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal; há previsão específica de dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, quando o pagamento se referir a receitas desoneradas. Em 31/12/2023, a Empresa obteve o benefício fiscal da Lei 14.148/2022, assim passou a aplicar a redução de alíquotas a zero; com o advento da aplicação deste benefício, obteve um aumento em sua geração de caixa, além de um ganho em seu resultado operacional de 10%, desta forma o montante R$3.113 (três milhões cento e treze mil reais) gerou o benefício econômico-financeiro nas demonstrações financeira do Distrito Anhembi. A reconciliação do resultado bruto é como segue:

	2023	2022
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	32.512	44.404
Imposto sobre serviços c/ benefício PERSE	(150)	(74)
Impostos sobre serviços (ISS, PIS e COFINS)	(3.184)	(3.488)
Benefício Perse alíquota zero (PIS e COFINS)	3.113	3.130
	32.362	44.330

18. Receita líquida: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	32.512	44.404
Impostos sobre serviços	(3.185)	(3.488)
	29.327	40.916

19. Custos e despesas por natureza e outras receitas:	2023	2022
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	(20.619)	(12.469)
Contrato de concessão - Ônus variável	(12.317)	(10.578)
Salários e encargos sociais	(5.494)	(4.952)
Serviços de terceiros	(1.303)	(2.739)
Energia elétrica, água e gás natural	(3.978)	(3.990)
Adequação de espaços para atender aos eventos	(1.682)	(1.702)
Contratos fixos de manutenção	(1.103)	(1.783)
Depreciação e amortização	(1.800)	(2.093)
Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos	(7.389)	(3.381)
Créditos de PIS e COFINS	4.012	3.586
Outros	(3.608)	(3.291)
Custo total das vendas e despesas operacionais	**(55.281)**	(43.392)
Custo	(34.315)	(29.615)
Despesas gerais e administrativas	(24.850)	(17.172)
Outras receitas e despesas operacionais	3.884	3.395

20. Resultado financeiro líquido:	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	9.971	7.692
Juros e multas	13	3
Total de receitas financeiras	**9.984**	7.695
Juros e multas	(115)	(63)
Despesas bancárias	(1.535)	(2.135)
IOF, PIS e COFINS sobre receita financeira	(521)	(396)
Total de despesas financeiras	**(2.171)**	(2.594)
Resultado financeiro líquido	**7.813**	5.101

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Milena Hoette Palumbo - Diretora Presidente

Ede Carlos Alves - Gerente de Contabilidade - CRC 1SP - 203.674/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota 10 às demonstrações financeiras, a Companhia está negociando junto à SPTURIS (São Paulo Turismo S.A.) o não pagamento da outorga variável do ano de 2021, estabelecida no item 3.7 do contrato de concessão, que prevê o pagamento de R$1.342 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil reais) correspondentes ao valor pro-rata dia da outorga mínima de R$10.000 (dez milhões de reais), que seria devida entre 12/11/2021 (data de "ordem de início") e o término do exercício em 31/12/2021. A Administração da Companhia entende que o direito de operar a concessão só foi transferido, de fato, em janeiro de 2022, razão pela qual nenhuma obrigação deveria ser reconhecida no exercício findo em 31/12/2021. Até a data do nosso relatório, a Companhia ainda não havia celebrado um acordo com a SPTURIS que a desobrigue do pagamento da outorga variável correspondente ao período findo em 31/12/2021. Como consequência, não foi possível determinarmos se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos de contas a pagar, assim como nos correspondentes componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativa de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28/03/2024.

Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8

Gustavo Adolfo G. Rosseto da Silva - Contador CRC RJ-117828/O-5

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1068732-78.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Beatriz Moreira da Silva Martins. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1068732-78.2021.8.26.0002. A Dra. Márcia Blanes, Juíza de Direito da 15ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Beatriz Moreira da Silva Martins (CPF. 477.152.858-62), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.477,70 (novembro de 2021), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços, conforme Matrícula nº 16020168. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2024. 19 e 20 / 04 / 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019476-09.2020.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Janaina Capraro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019476-09.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) JANAINA CAPRARO, (CPF. 293.843.528- 29), que Hospital São Camilo – Santana lhe ajuizou ação de Cobrança pelo Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 7.786,92 (outubro de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 233239; 234595, 234595, 189235 e 193058 acerca de serviços médicos prestados que restaram inadimplidos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de Abril de 2024.

Edital de Citação.Prazo 20dias.Processo nº**1039904-69.2021.8.26.0100**.O MM.Dr.Guilherme Santini Teodoro,MM.Juiz de Direito da 30ªVara Cível - Foro Central Cível/SP.,na forma da lei,Faz Saber a Consórcio Mobilidade SBC CNPJ 20.663.501/0001-65, que T. L. Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda. ajuizou ação comum para cobrança de R$ 37.407,17, (abril/2021), referente às NFs 216 e 217. Estando a ré em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei.|**18,19**|

EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF: 56.883.820/0001-23 - NIRE: 35.300.550.935

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 29 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.**, na Avenida Conde Guilherme Prates, n° 382, sala 03, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (18-19-20)

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.139.408/0001-25 - NIRE 35.300.314.051

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Arainvest Participações S.A.** para comparecer à sede social da Companhia, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Manoel da Nóbrega, 1280, 10º andar, Ed. Kyoei, Paraíso, CEP 04001-004, a fim de se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, de modo presencial, **a realizar-se em 26 de abril de 2024**, em primeira convocação, às 10h30; e, em segunda convocação, às 11h, a fim de **1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; e **2)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade. São Paulo, 17 de abril de 2023. Edson Maioli - *Diretor,* Dionysios Emmanuil Inglesis - *Diretor*

5ª Vara Cível - Foro Regional XI - Pinheiros/SP. Proc.1011698-50.2023.8.26.0011.Citação.Prazo 20dias.A Dra. Larissa Gaspar Tunala,Juíza de Direito da 5ª Vara Cível - Foro Regional XI-Pinheiros/SP.Faz saber aos ocupantes dos incertos e desconhecidos,que Roni Comercio Administracao e Participacoes Ltda. ajuizou ação de reintegração de posse, objetivando seja julgada procedente,com a reintegração de posse do imóvel prédio comercial localizado na Rua Deputado Lacerda Franco 120,Pinheiros,São Paulo/SP,condenandoos nas custas e despesas processuais,e honorários advocatícios. Sendo desconhecidos os ocupantes e estando em lugar ignorado,expede-se edital de citação, para que no prazo de 15dias, a fluir do prazo supra,contestem o feito,sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia.Será o edital,afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

VI Leilão Arte & Antiguidades, Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 6º Leilão de Arte & Antiguidades, catálogo 42353 nos dias 23, 27 e 30 de abril. no site www.gmleiloes.com.br. Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com

---

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – NIRE: 35.300.057.007

Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para A.G.O. em 30/04/2024, 8:00 hs, na sede social, para deliberarem: **a)** Demonstrações Financeiras de 2023; **b)** Destinação do Lucro do exercício. São Paulo, 18 de abril de 2024. **A Diretoria. (19, 20 e 23/04/2024)**

BC comunica o vazamento de dados de 3 mil chaves Pix

Um total de 3.020 chaves Pix de clientes do Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) tiveram dados vazados, informou na quinta-feira (18) o Banco Central (BC). Esse foi o oitavo vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu entre 20 de março e 13 de abril de 2024 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, Cadastro de Pessoa Física (CPF) com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta.

O vazamento, apontou o BC, ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência".

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que esses serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu para os clientes desconsiderarem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Esse foi o oitavo incidente de vazamentos de dados do Pix desde a criação do sistema, em novembro de 2020. Em agosto de 2021, ocorreu o vazamento de dados 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese). Inicialmente, o BC tinha divulgado que o vazamento no Banese tinha atingido 395 mil chaves, mas o número foi revisado mais tarde.

Em janeiro de 2022, foi a vez de 160,1 mil clientes da Acesso Soluções de Pagamento terem informações vazadas. No mês seguinte, 2,1 mil clientes da Logbank pagamentos também tiveram dados expostos.

Em setembro de 2022, dados de 137,3 mil chaves Pix da Abastece Aí Clube Automobilista Payment Ltdt. (Abastece Aí) foram vazados. Em setembro do ano passado, 238 chaves Pix da Phi Pagamentos tiveram informações expostas.

Em março deste ano, ocorreram dois incidentes. Cerca de 46 mil clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada (Fidúcia) tiveram informações vazadas. Dias depois, o BC informou o vazamento de 87 mil chaves da Sumup Sociedade de Crédito.

Em todos os casos, foram vazadas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CEM Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF: 01.828.436/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras em milhares de reais, referentes ao período de 2022 a 2023, ficando esta Diretoria à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes	4	135.335	145.890
Aplicações financeiras	5	573.213	353.834
Contas a receber	6	22.744	21.414
Estoques	7	864	864
Impostos a recuperar		558	1
Outros créditos		99	577
Total ativo circulante		732.813	522.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	340	5.100
Depósitos judiciais	11	12	12
Propriedades para investimento	9	1.057.765	1.047.629
Total ativo não circulante		1.058.117	1.052.741
Total Ativo		1.790.930	1.575.321

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores		70	494
Tributos e contribuições a recolher	10	41.161	36.227
Juros sobre capital próprio a pagar	8	88.400	75.650
Outras contas a pagar		4.912	7.229
Total passivo circulante		134.543	119.600
Provisão para riscos	11	1.000	15.000
Total passivo não circulante		1.000	15.000
Total passivo		135.543	134.600
Capital Social	12	1.080.000	900.000
Reserva legal	12	42.340	30.010
Reserva de lucros	12	533.047	510.711
Total patrimônio líquido		1.655.387	1.440.721
Total Passivo e Patrimônio Líquido		1.790.930	1.575.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		850.000	19.940	420.914	–	1.290.854
Aumento de capital por subscrição	12	37.450	–	–	–	37.450
Aumento de capital por bonificação	12	12.550	–	(12.550)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	201.417	201.417
Juros sobre capital próprio creditados	12	–	–	–	(89.000)	(89.000)
Constituição de reserva legal	12	–	10.070	–	(10.070)	–
Constituição de reserva de lucros	12	–	–	102.347	(102.347)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		900.000	30.010	510.711	–	1.440.721
Aumento de capital por subscrição	12	72.000	–	–	–	72.000
Aumento de capital por bonificação	12	108.000	–	(108.000)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	246.666	246.666
Juros sobre capital próprio creditados	12	–	–	–	(104.000)	(104.000)
Constituição de reserva legal	12	–	12.330	–	(12.330)	–
Constituição de reserva de lucros	12	–	–	130.336	(130.336)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		1.080.000	42.340	533.047	–	1.655.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	13	249.694	220.531
Custo operacional	14	(17.160)	(15.559)
Lucro Bruto		232.534	204.972
Despesas Gerais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.292)	(1.134)
Provisões para riscos	14	14.000	(3.000)
Outras receitas, líquidas	14	530	–
Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos		245.772	200.838
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	15	74.120	52.079
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		319.892	252.917
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(68.466)	(56.600)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(4.760)	5.100
		(73.226)	(51.500)
Lucro Líquido do Exercício		246.666	201.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	246.666	201.417
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente	246.666	201.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		246.666	201.417
Ajustes para conciliar o lucro após imposto de renda e da contribuição social ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	4.760	(5.100)
Depreciação	9	17.029	15.559
Provisão para riscos	11	(14.000)	3.000
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.330)	(2.912)
Impostos a recuperar		(557)	18
Outros créditos		478	64
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(424)	114
Tributos e contribuições a recolher		58.519	54.069
Outras contas a pagar		(2.317)	1.827
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(53.585)	(45.680)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		255.239	222.376
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicação financeira		(219.379)	(182.609)
Adições em propriedades para investimento	9	(31.841)	(54.293)
Venda de ativo imobilizado	9	4.676	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(246.544)	(236.902)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	12	(19.250)	(24.350)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(19.250)	(24.350)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(10.555)	(38.876)
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do exercício		145.890	184.766
Saldo no final do exercício		135.335	145.890
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(10.555)	(38.876)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A CEM Administração e Participações S.A. ("CAP" ou "Sociedade") tem por objeto a administração de bens próprios, compra e venda de imóveis próprios e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista e existirá por prazo indeterminado. A sua principal operação está relacionada ao aluguel de imóveis, lojas e centro de distribuição, para sua parte relacionada Lojas Cem S.A. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC" e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional da Sociedade. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Vida útil das propriedades para investimento: A Sociedade reconhece a depreciação de suas propriedades para investimento com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. b) Provisão para riscos: Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e envolvem grau de subjetividade com relação ao nível de risco e valores envolvidos. **3. Principais Políticas Contábeis:** O sumário das principais políticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais foram aplicadas de forma consistente neste exercício, estão apresentadas a seguir: a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. b) Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são compostas substancialmente por fundos de investimentos, os quais são demonstrados ao valor inicial de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. c) Contas a receber: As contas a receber de aluguéis são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazo de acordo com seu vencimento, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. d) Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edificações mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou para valorização do capital. São mensuradas pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil remanescente estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item de propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Redução ao valor recuperável - "impairment": No fim de cada exercício, a Administração da Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. f) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto quando reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da sua classificação. Os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Sociedade, quando aplicável, reconhece provisão para perdas de crédito esperadas mensurando ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como, contratos de garantia financeira. O valor das perdas de créditos esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. As perdas de créditos esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Sociedade, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos do contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Sociedade não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Sociedade reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Sociedade pode ter que pagar. Se a Sociedade retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Sociedade baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando as suas obrigações vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado, quando aplicável. g) Imposto de renda e contribuição social: As despesas com imposto de renda e contribuição social representam a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: São constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, sendo registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado. Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas para o cálculo envolvido. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data-base das demonstrações financeiras. i) Demais ativos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até as datas-base das demonstrações financeiras. j) Receita de contratos de aluguéis: A receita de aluguéis é reconhecida conforme o uso do imóvel pelo locatário nos termos dos contratos firmados. k) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. l) Pronunciamentos contábeis e interpretações: Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios subsequentes. a) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 50 - Contratos de Seguro	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 32 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis	Alterações ao IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2 - As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.	A Sociedade não identificou impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

A alteração do pronunciamento contábil CPC 50, não é aplicável à Entidade. b) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos pelo CPC e normas publicadas e ainda não vigentes: A Administração também considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes. Exceto quando informado, elas não são consideradas relevantes para a Sociedade e entrarão em vigor em ou após 31 de dezembro de 2023.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com cláusulas financeiras restritivas ("covenants")	As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).	A Sociedade não espera impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

• As alterações dos pronunciamentos contábeis IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback", CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto e IAS 7 e a IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores não são aplicáveis à Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	66	28
Aplicações Financeiras	135.269	145.862
Total	135.335	145.890

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos em instituições financeiras com baixo risco e rentabilidade média no ano de 12,32% (2022 - 13,4%), demonstradas ao valor de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

5. Aplicações Financeiras:	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de Investimentos	573.213	353.834
Total	573.213	353.834

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos em instituições financeiras com baixo risco e rentabilidade média no ano de 12,32% (2022 - 13,4%), demonstradas ao valor de aplicação acrescidos dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

6. Contas a Receber: Os créditos estão apresentados da seguinte forma:	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	22.744	21.414
Total	22.744	21.414

Os créditos referem-se aos aluguéis a receber das Lojas Cem S.A. (parte relacionada), com vencimento em 30 dias. Os valores foram integralmente recebidos em janeiro de 2024 e não há provisão para perdas de crédito esperadas pelo fato de não existir títulos vencidos e não liquidados.

Não existem contas a receber dadas em garantias.

7. Estoques:	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis para revenda	864	864
Total	864	864

O estoque é composto por dois imóveis destinados a venda, a administração estima que o valor de realização desses imóveis é superior ao valor registrados nos estoques. Não existem estoques dados em garantias. **8. Partes Relacionadas:** Os saldos e transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Contas a receber	22.744	21.414
Total	22.744	21.414
Passivo circulante		
Juros sobre o capital próprio a pagar	(88.400)	(75.650)
Total	(88.400)	(75.650)

As transações estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aluguéis	265.388	239.367
Juros sobre o capital próprio creditados	(88.400)	(75.650)
Remuneração da administração	(192)	(192)

As receitas com aluguéis com partes relacionadas referem-se integralmente as Lojas Cem S.A. Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados pelo valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

9. Propriedade para Investimento:

	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor líquido	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Valor líquido
Edifícios	881.254	(175.294)	705.960	841.235	(158.266)	682.969
Obras em andamento	9.558	–	9.558	26.112	–	26.112
Terrenos	342.247	–	342.247	338.548	–	338.548
Total	1.233.059	(175.294)	1.057.765	1.205.895	(158.266)	1.047.629

A movimentação das propriedades para investimentos nos exercícios de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2023
Terrenos	338.548	6.879	(3.180)	–	–	342.247
Edifícios	682.969	6.814	(1.496)	(17.029)	34.702	705.960
Obras em andamento	26.112	18.148	(3.180)	–	(34.702)	9.558
Total	1.047.629	31.841	(4.676)	(17.029)	–	1.057.765

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	31/12/2022
Terrenos	325.319	13.229	–	–	–	338.548
Edifícios	494.747	3.300	–	(15.559)	200.481	682.969
Obras em andamento	188.830	37.763	–	–	(200.481)	26.112
Total	1.008.896	54.292	–	(15.559)	–	1.047.629

A Sociedade revisa anualmente a vida útil dos bens das propriedades para investimentos - edifícios e, para 31 de dezembro de 2023, concluiu que as vidas úteis remanescentes estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas no exercício anterior. A taxa anual praticada pela Sociedade é 2% ao ano. A Sociedade mantém contratos de aluguéis com partes relacionadas em montantes anuais de aproximadamente R$267.000; substancialmente, esses contratos têm prazos de 5 anos. Nos próximos anos, esses contratos estabelecem aluguéis nos montantes de 2024: R$267.606; 2025: R$237.796; 2026: R$185.044; 2027: R$83.395; e 2028: R$11.602. Não existem propriedades para investimento dados em garantias.

10. Tributos e Contribuições a Recolher:	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a recolher	18.826	16.183
Contribuição social a recolher	5.076	4.487
Imposto de renda retido na fonte a recolher	15.601	13.350
PIS e COFINS a recolher	1.560	2.086
Outros	98	121
Total	41.161	36.227

11. Provisões para Riscos: A Sociedade é parte em processos administrativos de natureza tributária e cível. A Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos, constituiu provisão para a causa cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A composição da provisão e a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

	31/12/2022	Constituição/ (Reversões)	Pagamentos	31/12/2023
Tributário	14.000	(14.000)	–	–
Cível	1.000	–	–	1.000
Total	15.000	(14.000)	–	1.000

	31/12/2021	Constituição/ (Reversões)	Pagamentos	31/12/2022
Tributário	12.000	2.000	–	14.000
Cível	–	1.000	–	1.000
Total	12.000	3.000	–	15.000

A provisão para riscos é constituída para todas as causas com risco de perda provável, com base na avaliação dos assessores jurídicos e na avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data-base das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e as causas em andamentos e concluíram que as causas tributárias com risco de perda classificadas como prováveis montam R$0 (2022 - R$13.757) e as causas cíveis com risco de perda classificadas como prováveis montam R$930 (2022 - R$930). Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantém depósitos judiciais no montante de R$12 (2022 - R$12) para determinadas causas judiciais; esses depósitos judiciais estão sendo apresentados no ativo não circulante. **12. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: Em 28 de abril de 2022, por meio de assembleia dos acionistas foi aprovado aumento de capital por bonificação de 5.020.000 ações, no valor de R$12.550, e aumento de capital por meio de subscrição de 14.980.000 ações, no valor de R$37.450, totalizando R$50.000 de aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado está composto por 360.000.000 de ações, no valor nominal de R$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma. Em 15 de maio de 2023, por meio de assembleia de acionistas foi aprovado o aumento de capital por bonificação de 43.200.000 ações, no valor de R$108.000, e aumento de capital por meio de subscrição de 28.800.000 ações, no valor de R$72.000, totalizando R$180.000 de aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado está composto por 432.000.000 de ações, no valor nominal de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalizando o valor de R$1.080.000. b) Distribuição de lucros: A distribuição de lucros pode ser deliberada a qualquer momento, por decisão dos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade não realizou distribuição de lucros acumulados. c) Juros sobre o capital próprio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi creditado como juros sobre capital próprio o montante de R$104.000 (equivalente a R$88.400, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no montante de R$ 15.600), a serem liquidados em anos subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi creditado como juros sobre capital próprio o montante de R$89.000 (equivalente a R$75.650, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no montante de R$13.350); esse montante foi liquidado em 2023, sendo R$72.000 como aumento de capital e R$3.650 pagos aos acionistas. d) Reserva legal: A reserva legal tem por fim, assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A sua constituição se dá em 5 % sobre o lucro líquido do exercício. e) Reserva de lucros: Conforme o artigo 29, item c), do estatuto social da Sociedade, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e possível distribuição de dividendos obrigatórios e/ou juros sobre capital próprio ficará à disposição da assembleia geral que decidirá sua destinação, podendo mantê-lo em contas de reservas.

13. Receita Líquida:	2023	2022
Receita de locação bruta	267.295	242.940
Tributos sobre faturamento	(17.601)	(22.409)
Total	249.694	220.531

14. Custos e Despesas por Natureza:	2023	2022
Custo operacional	(17.160)	(15.559)
Impostos e taxas	(389)	(149)
Provisão para riscos	14.000	(3.000)
Despesas administrativas	(903)	(985)
Total	(4.452)	(19.693)

15. Outras Receitas, Líquidas:	2023	2022
Receita de recuperação de tributos	398	–
Resultado da venda de imobilizado	132	–
Total	530	–

16. Resultado Financeiro:	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	73.088	52.079
Outras receitas financeiras	1.032	–
Total das receitas financeiras	74.120	52.079
Resultado financeiro	74.120	52.079

17. Imposto de Renda e Contribuição Social: • Imposto de renda e contribuição social diferidos. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

Diferenças temporárias	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos	1.000	15.000
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	340	5.100

• Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal. A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal está apresentada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.892	252.917
Taxa de impostos combinada	34%	34%
Resultado da aplicação direta da alíquota combinada	(108.763)	(85.991)
Efeito tributário sobre as movimentações:		
Juros sobre capital próprio	35.360	30.260
Reconhecimento inicial das diferenças temporárias	–	5.100
Outras diferenças permanentes, liquidas	177	(869)
Imposto de renda e contribuição social	(73.226)	(51.500)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(68.466)	(56.600)
Diferido	(4.760)	5.100
	(73.226)	(51.500)

18. Instrumentos Financeiros: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos	Nota	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	135.335	135.335	145.890	145.890
Aplicações financeiras	5	573.213	573.213	353.834	353.834
Pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Partes Relacionadas)	6	22.744	22.744	21.414	21.414
		731.292	731.292	521.138	521.138

Passivos	Nota	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Pelo custo amortizado					
Fornecedores		70	70	494	494
Juros sobre capital próprio	12	88.400	88.400	75.650	75.650
Outras contas a pagar		4.912	4.912	7.229	7.229
		93.382	93.382	83.373	83.373

Mensuração do Valor Justo: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Hierarquia do valor justo	Nota	Valor justo em 2023	Nível 1	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	135.335	66	135.269
Aplicações financeiras	5	573.213	–	573.213
		708.548	66	708.482

Ativo	Nota	Valor justo em 2022	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.890	28	145.862
Aplicações financeiras	5	353.834	–	353.834
		499.724	28	499.696

• Nível 1: são classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. • Nível 2: são classificados nesse nível aplicações financeiras em fundos de renda fixa, emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado "pró rata dia". • Nível 3: não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível. **19. Gestão de Risco:** a) Gerenciamento de riscos: A Administração procede à avaliação tempestiva da posição da Sociedade, acompanhando os resultados financeiros obtidos e avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta. b) Risco de crédito: É o risco de a Sociedade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Os principais ativos financeiros da Sociedade estão mantidos em aplicações financeiras em instituições financeiras sólidas de acordo com a avaliação da Administração e em contas a receber com parte relacionada, sem qualquer tipo de atraso e totalmente recebida em janeiro de 2024. c) Risco de liquidez: Na gestão do risco de liquidez a Sociedade monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Sociedade e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade tem apresentado resultados robustos e capital circulante líquido significativamente positivo e sem endividamento com terceiros. d) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros; com o objetivo de mitigar esse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de pós-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixadas era:

Instrumentos de taxa variável	Taxa	Nota	2023	2022
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	4	708.482	499.696

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: Todas as aplicações financeiras da Sociedade estão atreladas ao CDI. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Sociedade e o efeito das operações em 31 de dezembro de 2023:

Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Elevação do índice em 25% - %	Cenário 1 - Elevação do índice em 25% - Valor	Cenário 1 - Elevação do índice em 50% - %	Cenário 1 - Elevação do índice em 50% - Valor
				25%		50%	
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	708.482	CDI	12,32	15,4	21.821	18,48	43.642
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					21.821		43.642

Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Redução do índice em 25% - %	Cenário 2 - Redução do índice em 25% - Valor	Cenário 2 - Redução do índice em 50% - %	Cenário 2 - Redução do índice em 50% - Valor
				25%		50%	
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	(708.482)	CDI	12,32	9,24	(21.821)	6,16	(43.642)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					(21.821)		(43.642)

e) Gestão de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui saldo de empréstimos e financiamentos, patrimônio líquido robusto e índice de alavancagem baixo para as suas operações. **20. Itens que não Afetam Caixa:** As transações ocorridas no período que não afetaram os fluxos de caixa de Companhia estão abaixo apresentadas:

	2023	2022
Aumento de capital por subscrição	72.000	37.450
Juros sobre o capital próprio utilizados para aumento de capital	(72.000)	(37.450)
Total	–	–

21. Aprovação das Demonstrações Financeiras; As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e acionistas da Sociedade e foram autorizadas para emissão em 09 de abril de 2024.

Diretoria

Giácomo Dalla Vecchia | **Natale Dalla Vecchia** | **Cícero Dalla Vecchia** | **Roberto Benito**

Contadora

Ana Cristina da Costa Gimenes Orlandini
TC CRC: 1SP292562/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **CEM Administração e Participações S.A.** **- Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cem Administração e Participações S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cem Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Saldos e transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativas nº 8 às demonstrações financeiras, a qual apresenta que a Sociedade mantém saldos e transações significativas com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições negociadas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 9 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Fabiano Ricardo Tessitore
Contador - CRC nº 1 SP 216451/O-1

Deloitte.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF 60.882.289/0001-41 - NIRE 35300059361

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R$)

Relatório da Administração 2023 - Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração da Companhia com as principais atividades no exercício de 2023 ("Relatório"). **1. Mensagem aos Acionistas:** A Administração esclarece que, durante o exercício de 2023, foram mantidas as providências necessárias no contexto do plano de *turn-around* da Companhia, que seguirá em andamento no exercício de 2024. **1.1. Plano de Outorga de Ações Virtuais:** Com vistas a atrair e manter bons profissionais na liderança dos negócios sociais e atividades - fim, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2023, aprovaram o Plano de Outorga de Ações Virtuais da Sociedade (*Phantom Shares*) ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados ou outros prestadores de serviço da Companhia. O Plano é regulado pela Assembleia Geral e tem como função: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia, incentivando seu comprometimento, engajamento e senso de participação no negócio explorado pela Companhia; (iii) possibilitar à Companhia a motivar e reter os beneficiários e (iv) oferecer aos beneficiários uma possibilidade adicional de compartilhar a performance e o sucesso da Companhia. O Plano aprovado está arquivado e disponível para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia. **1.2. Aumento de Capital Social:** No contexto do plano de *turn-around* da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2023, os acionistas aprovaram a proposta apresentada pela diretoria para o aumento do capital social da Companhia no valor de até R$ 17.624.183,05 (dezessete milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e oitenta e três reais e cinco centavos), mediante a emissão de 1.762.418.305 (um bilhão, setecentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e dezoito mil e trezentas e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R$ 0,01 (um centavo), fixado conforme critérios constantes do artigo 170, incisos I e II, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e conforme laudo de avaliação elaborado especificamente para este fim. Observadas as subscrições e integralizações realizadas pelos acionistas, bem como o prazo do exercício do direito de preferência disposto no artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, em Assembleia Geral Extraordinária realizada 4 de dezembro de 2023, foi homologado o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), mediante a emissão de 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,01 (um centavo) por ação, fixado sem diluição injustificada dos acionistas, de acordo com os parâmetros previstos no artigo 170, parágrafo 1º, incisos I e II da Lei das Sociedades por Ações. Com o aumento social da Companhia, o capital social, anteriormente no valor de R$ 25.970.800,00 (vinte e cinco milhões, novecentos setenta mil e oitocentos reais), dividido em 2.080.020.000 (dois bilhões, oitenta milhões e vinte mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizadas, passou a ser de R$42.970.800,00 (quarenta e dois milhões, novecentos e setenta mil e oitocentos reais), dividido em 3.780.020.000 (três bilhões, setecentos e oitenta milhões e vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. O aumento de capital social reflete as providências tomadas em relação à saúde financeira da Companhia, com vistas a promover o seu crescimento operacional e sucesso no plano de *turn-around*. Como parte deste processo, ao longo de 2023 a Companhia investiu em: reforma e reabertura de leitos, melhoria de infraestrutura de hotelaria, implantação de sistemas de gestão, regularização de passivo tributário, regularização da situação imobiliária, renegociação de dívidas com fornecedores e quitação de dívidas financeiras caras. Além do mais, melhorou processos organizacionais e de qualidade, cancelou contratos comerciais deficitários, abriu relacionamentos com novas fontes pagadoras e retomou o processo de atração de médicos. **1.3. Captação de Investimentos:** Outra medida adotada pela Administração, durante o exercício de 2023, com intuito de fomentar o investimento saudável na Companhia, foi apresentar a proposta de aditamento/emissão das debêntures, nos termos dos documentos legais aplicáveis, com prazos e condições estabelecidas de forma transparente, no melhor interesse da Companhia, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. • Aditamento da 1ª Emissão de Debêntures: *A Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 1ª (Primeira) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A.*, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2022, foi editada, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de outubro de 2023. • 2ª Emissão de Debêntures: *A Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 2ª (Segunda) Emissão da Casa de Saúde Santa Rita S.A.*, foi e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2023, e seu aditamento aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de dezembro de 2023. O detalhamento das características das emissões e seus aditamentos está à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. **2. Considerações Finais:** Todas as informações e documentos mencionados neste Relatório estão disponíveis para a consulta dos acionistas na sede social da Companhia, e, para o público em geral, as informações legalmente exigidas estão disponíveis para consulta nas atas das Assembleias Gerais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo. A Administração da Companhia permanece à disposição para qualquer esclarecimento relacionado às atividades/operações informadas no presente Relatório.

São Paulo, 29 de março de 2024

Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente
Sergio Lopes Bento - Diretor Financeiro

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Ativo circulante		**6.044**	**12.944**
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.138	1.777
Contas a receber	4	3.100	9.661
Estoques	5	1.437	1.506
Impostos a recuperar		31	–
Outros créditos		338	–
Ativo não circulante		**15.260**	**5.164**
Depósitos judiciais		190	71
Imobilizado líquido	6	14.723	5.093
Intangível líquido	6	347	–
Total do ativo		**21.304**	**18.108**

Balanços Patrimoniais

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Passivo circulante		**26.037**	**85.056**
Fornecedores	7	6.833	14.446
Empréstimos e financiamentos	8	4.227	16.466
Debêntures	9	–	8.000
Obrigações trabalhistas	10	5.306	5.281
Parcelamentos	11	8.896	37.255
Obrigações tributárias	–	747	3.608
Outros passivos	–	28	–
Passivo não circulante		**64.092**	**32.235**
Fornecedores	7	2.690	–
Empréstimos e financiamentos	8	2.164	1.317
Debêntures	9	20.994	–
Parcelamentos	11	32.062	11.438
Provisão para contingências	12	6.182	19.480
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(74.825)**	**(99.183)**
Capital social	13	42.971	5.971
Prejuízos acumulados		(117.796)	(105.154)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		6.000	–
Total do passivo e patrimônio líquido e AFAC		**21.304**	**18.108**

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Receitas líquidas	14	72.728	73.641
Custo dos serviços prestados	15	(91.472)	(86.473)
		(18.744)	**(12.832)**
Despesas administrativas e gerais	16	(6.983)	(7.552)
Outras receitas e despesas operacionais	17	13.337	–
		6.354	**(7.552)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**(12.390)**	**(20.384)**
Receitas financeiras	18	9.080	513
Despesas financeiras	18	(9.332)	(10.640)
		(252)	**(10.127)**
Resultado antes do IR e CS		**(12.642)**	**(30.511)**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Prejuízo líquido do exercício		**(12.642)**	**(30.511)**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(12.642)	(30.511)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(12.642)**	**(30.511)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de Capital - AFAC	Total do patrimônio líquido e AFAC
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**5.971**	**(74.643)**	**(68.672)**	–	**(68.672)**
Prejuízo líquido do exercício	–	(30.511)	(30.511)	–	(30.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**5.971**	**(105.154)**	**(99.183)**	–	**(99.183)**
Aumento de capital	37.000	–	37.000	–	37.000
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	–	–	–	6.000	6.000
Prejuízo líquido do exercício	–	(12.642)	(12.642)	–	(12.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**42.971**	**(117.796)**	**(74.825)**	**6.000**	**(68.825)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Das atividades operacionais		
Resultado antes do IR e CS	**(12.642)**	**(30.511)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	992	957
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	818	–
Provisão (Reversão) para demandas judiciais	(13.298)	19.480
	(24.130)	**(10.074)**
Variação das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	5.143	17.964
Impostos a recuperar	(31)	–
Outros créditos	(338)	1.148
Estoques	69	(171)
Depósitos judiciais	(119)	11
Fornecedores	(4.923)	11.073
Obrigações trabalhistas	25	(5.236)
Parcelamentos tributários	(7.735)	35.747
Obrigações tributárias	(2.861)	(3.567)
Outros passivos	28	(263)
Provisão para demandas judiciais	–	–
Caixa líquido das atividades operacionais	**(34.272)**	**46.632**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo imobilizado e intangível	(10.969)	11.054
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(10.969)**	**11.054**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	37.000	–
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	6.000	–
Ajustes de exercícios anteriores	–	(68.624)
Empréstimos e financiamento	1.602	7.126
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**44.602**	**(61.498)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(639)**	**(3.812)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.777	5.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.138	1.777
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(639)**	**(3.812)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

1. Contexto operacional: A Casa de Saúde Santa Rita S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima Brasileira, de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social a exploração de serviços hospitalares destinados a tratamentos médicos e cirúrgicos em geral, bem como atividades afins, conexas e correlatas. **1.1. Continuidade operacional:** As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras a Administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação no futuro previsível. A Administração, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, conclui que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações contábeis. A Casa de Saúde Santa Rita é uma tradicional entidade privada paulistana, fundada em 1924, que presta serviços hospitalares. Atualmente, conta com capacidade para 144 leitos, emprega 324 pessoas e tem relacionamento com aproximadamente 500 médicos. Além do mais, é referência local em intervenções de média complexidade, como cirurgia bariátrica, laparoscopia e colecistectomia, e conta com um pronto socorro com foco em cirurgia geral e clínica médica. O cenário de crise do hospital iniciou-se nos anos de 2014/2015, quando foi surpreendida por uma inadimplência da Unimed Paulistana no valor de R$ 5 milhões. Em 2020, o hospital sofreu o mais duro golpe em suas finanças com a pandemia da Covid-19. Nesse período, hospitais tiveram procedimentos eletivos cirúrgicos (de maior rentabilidade) suspensos por quase 2 anos, e direcionaram grande parte do atendimento para lidar com a Covid-19. Receitas caíram e custos, pressionados pela inflação médica, subiram. Para que pudesse cumprir com suas obrigações financeiras, operacionais e sociais, o hospital assumiu, entre 2020 e 2021, dívidas com bancos - naquele momento, a taxa básica de juros (Selic) aproximava-se de sua mínima histórica, de 2,0% a.a. Sem esses empréstimos, não teria como manter suas portas abertas, deixando milhares de pessoas sem atendimento médico em um momento crítico. Após apenas 2 anos, a taxa básica de juros voltou a subir até atingir 13,75% a.a., onerando sobremaneira o custo da dívida, que passou a consumir ainda mais do apertado fluxo de caixa do hospital. Em 2022, foi necessário o hospital assumir mais dívida com os bancos. Não fosse isso suficiente, também no ano de 2022 o hospital foi surpreendido novamente com a inadimplência de um importante cliente - dessa vez a Medical Health - no importe de R$ 2 milhões. Também ao longo deste período, passou a acumular uma dívida tributária substancial, além de atrasar o pagamento a seus fornecedores. Todos estes eventos afetaram negativamente na operação da Casa de Saúde Santa Rita, que sofreu com a perda de clientes e de médicos parceiros. Em fevereiro de 2023, a Casa de Saúde Santa Rita passou por um processo de troca de controle, com o ingresso de um novo acionista por meio de um aumento de capital - o PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações (hoje detentor de 98,05% do capital). A partir de então, iniciou-se um processo de turn-around (reestruturação operacional e financeira), incluindo a mudança completa da administração em maio de 2023, quando ingressaram novos executivos de mercado. Como parte deste processo, ao longo de 2023 a Companhia investiu em: reforma e reabertura de leitos, melhoria de infraestrutura de hotelaria, implantação de sistemas de gestão, regularização de passivo tributário, regularização da situação imobiliária, renegociação de dívidas com fornecedores e quitação de dívidas financeiras caras. Além do mais, melhorou processos organizacionais e de qualidade, cancelou contratos comerciais deficitários, abriu relacionamentos com novas fontes pagadoras e retomou o processo de atração de médicos. Tudo isso com o objetivo de reconstruir a imagem do hospital que completa 100 anos de idade em 2024. O exercício de 2023 foi o primeiro ano do processo de auditoria das demonstrações contábeis da Casa de Saúde Santa Rita. A atual Administração trabalhou ao longo do ano para melhorar os processos contábeis e os controles internos da Companhia para que o trabalho atual da auditoria fosse possível. Por estar no início do processo de *turn-around*, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia incorreu em prejuízo no montante de R$ 12.642 (30.511 em 2022). Nessas datas, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 19.993 (R$ 72.112 em 2022), e, também, apresentou patrimônio líquido negativo de R$ 74.825 (R$ 99.183 em 2022). Consequentemente, a Companhia ainda não gera caixa suficiente para cumprir suas todas as suas obrigações financeiras, as quais estão sendo supridas substancialmente por meio de aportes de capital e subscrição de debêntures de emissão da Companhia a partir do PCS II Principal Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia. A Administração continua realizando ações para incrementar o fluxo de caixa, tais como: redução da dívida fiscal, redução de custos e despesas, reajustes de preços com as fontes pagadoras, ampliação da oferta de novos serviços assistenciais com a captação de médicos, credenciamento junto a novas operadoras, ampliação dos sistemas de gestão, investimentos em marketing, mais investimentos em infraestrutura e hotelaria, etc... Em paralelo, está aprimorando seu modelo de governança com a criação do código e comitê de *Compliance* e Ouvidoria e com a implantação da Governança Clínica. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos em cumprir com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis. **1.2. Aprovação das demonstrações contábeis:** A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024. **2. Base de elaboração e apresentação e resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis são preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis às pequenas e médias empresas. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação dessas políticas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **2.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e quando todos os riscos e benefícios são transferidos. As receitas não são reconhecidas se houver incerteza em sua realização. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores de recebíveis pelas prestações de serviços no decurso normal das atividades. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) calculado de acordo com a perda esperada. **2.7. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. **2.8. Imobilizado:** Os ativos classificados no imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.10. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os seus custos de venda e o seu valor em uso. **2.11. Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. **2.12. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *("pro rata temporis")*. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. **2.13. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. **2.14. Demais ativos e passivos:** Os passivos são registrados no balanço quando a Companhia possui a obrigação legal ou constituída de eventos passados que resultarão em uma saída de benefícios econômicos. Os ativos são reconhecidos quando provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo e valor podem ser mensurado de forma confiável. **2.15. Tributação:** As receitas de prestação de serviço estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, conforme alíquotas apresentadas a seguir:

Impostos	Taxa
Municipal (ISSQN)	2,00%
Contribuição para Financiamento Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%

Os impostos sobre as vendas são apresentados como redutora na demonstração do resultado. **2.15.1. Imposto de renda e contribuição social - corrente:** Ativos e passivos tributários correntes do exercício são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor no exercício de apuração do resultado tributável. **2.15.2. Imposto diferido:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é mensurado à taxa de impostos que é esperada no ano, com base na legislação tributária, sendo revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. **2.16. Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Diretoria
Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente
Sergio Lopes Bento - Diretor Financeiro

Contador
Omildo Pedrosa de Macedo Filho - CRC: 1SP 190221/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1068761-57.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: BANCO DAYCOVAL S.A. Executado: Comercial de Gas Zangalli Eireli e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1068761-57.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Comercial de Gás Zangalli Eireli (CNPJ. 05.810.615/0001-05), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 115.047,40 (setembro de 2023), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Fundo Garantidor para Investimentos nº 20220- 05625. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1129202-38.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Restauração de Autos Cível - Condomínio. Requerente: Associação Ecoville. Requerido: Leandra Aparecida Fernandes Chiu. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1129202-38.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Leandra Aparecida Fernandes Chiu, CPF: 09114234866, RG: 155905544, que lhe foi proposta Restauração de Autos Cível por parte de Associação Ecoville, CNPJ: 01794367000197, objetivando que a requerida conteste ou manifeste sua concordância para dar início à restauração dos autos, lavrando-se o respectivo termo nos autos que será assinado pelas partes e homologado pelo d. juízo, suprindo o processo desaparecido, concordando com a restauração, apresente a cópia e documentos que instruíram a peça de defesa, o que possibilitará seja de imediato julgado definitivamente a restauração prosseguindo-se os autos nos seus termos. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, cabendo-lhe exibir as cópias, contra-fé e mais reproduções dos atos e documentos que estiverem em seu poder, nos termos do artigo 714 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNP/MF sob o nº 01.788.147/0001-50 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 8.2.3, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, **em primeira convocação, em 07 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 16 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 17 de abril de 2024.
BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por RGP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 16.569.720/0001-02, com sede na Rua Theodorus Van Kolch nº 53, por seu sócio Rodrigo Grama Pereira, devidamente qualificado no título, foi apresentado nesta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 899.647 em 03 de outubro de 2023, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleiteia a retificação administrativa do terreno situado na Rua Bernardo da Afonseca, matriculado sob nº 78.014, nesta Serventia Predial, que passou a ter 349,18m2. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores: **a) proprietários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, com 24.200,00m**2, Sr. Manuel Pedroso, filho de Bento Júlio Pedroso e Presciliana Maria Pedroso, casado com Ana Romani Pedroso; **b) compromissários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, Srs. José Virgilio Nogueira Vessoni, advogado, casado com Rene Nogueira Vassoni; c) compromissários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, Srs. Carmela Messina Helene, do lar, casada com Gilberto Helene, industriário; Marina Messina Helene, do lar, e seu marido José Helene, contador; Irene Messina Failla, do lar, casada com Orestes Failla, funcionário público; Yvone Messina Helene, do lar, casada com Cássio Helene e Irma Messina Helene, do lar, casada com Dácio Helene, não sendo localizados pela requerente; deixando a mesma de informar endereço, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes; d) ocupantes dos imóveis nºs 45 e 47 da Rua Caloji; e) ocupante do imóvel nº 150 da Rua Pagano Sobrinho "Igreja Evangélica Estrada da Vida", estes últimos (d e e), notificados via correio, estando ausentes por três tentativas de notificação, conforme informações prestadas pelo carteiro nas notificações negativas, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 16 de abril de 2024.**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1052785-78.2021.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Suzana Gagliardo, Regina Gagliardo, Oreste Gagliardo, Mariza Gagliardo Puoço, Antonio Egydio Puoço, Rosana Gonçalves Cotarelli, Marcelo Cotarelli, Sergio Alberto de Moraes, Cícera da Silva, William Marques Felício, Willian Marques Felicio, Juliana Carvalho Pedro Felício, Gisele Marques Felicio, Vinicius José Sato da Silva, Manoel Simões, Abram Aizic e Izidoro Aizic, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Rafael Lima dos Santos ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Jenny Klabin Segall,n°424,Sítio do Mandaqui, São Paulo/SP, CEP: 02542-120, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15(quinze)dias úteis,a fluir após o prazo de 20(vinte)dias da publicação deste edital.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei. **|18,19|**

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **SUELI RODRIGUES GIACOMUCCI,** consultora, RG nº 8657111-SSP/SP, CPF nº 034.204.398-65, e seu marido **JOSÉ GIACOMUCCI NETTO,** administrador, RG nº 76754534-SSP/SP, CPF nº 873.911.398-15, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados em São Bernardo do Campo/SP, residentes na Rua Omar Daibert I nº casa 700M, Parque Terra Nova II, **ficam intimados a purgarem a mora referente a 71 (setenta e uma) prestações em atraso, vencidas de 24/04/2018 a 24/02/2024, no valor de R$332.396,04 (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$423.584,90 (quatrocentos e vinte três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), que atualizado até 29/04/2024, perfaz o valor de R$506.402,09 (quinhentos e seis mil quatrocentos e dois reais e nove centavos),** cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua José Fernandes Caldas, nº 20, apartamento nº 82, localizado no 8º andar do Bloco 03, integrante do Residencial São Guilherme, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 11 na matrícula nº 141.926. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 01 de abril de 2024. O Oficial.

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - CONVOCAÇÃO

Na forma dos arts. 124 e 135, da Lei nº 6.404/76, convocamos e convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, nº 306 - Jd. Cidade Aracília, Bairro Bonsucesso, no município de Guarulhos - Estado de São Paulo, nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às **09:00** (nove horas) da manhã e, em 2ª convocação, às **09:30** (nove horas e trinta minutos) da manhã do dia **27/04/2024**, para em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO** - Assembleia Geral Ordinária: **a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. **II - Em AGE** - Assembleia Geral Extraordinária: **a)** Votar, na forma do art. 135, da Lei nº 6.404/76, a Reforma do Estatuto Social para inclusão de dois artigos relativos a direitos de venda conjunta de ações em caso de os acionistas majoritários alienarem o controle da Companhia, conforme proposta de redação encaminhada aos acionistas nos endereços eletrônicos e disponibilizada aos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação. Ressalta-se ainda, que o credenciamento dos acionistas presentes se iniciará com 30 (trinta) minutos de antecedência, ou seja, às **08:30** (oito horas e trinta minutos), mediante a assinatura do livro de presença e apresentação do documento de identidade, conforme dispõem os arts. 100, V, 126, inciso I e art. 127, da Lei das Sociedades Anônimas. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderão fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Outrossim, conforme prescreve ainda os arts. 133, inciso V e art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/76, os documentos pertinentes a matéria a ser debatida na Assembleia Geral Extraordinária e a proposta de alteração da redação do Estatuto Social, estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23, 24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme determina a lei de regência. É ainda relevante ressaltar que uma vez não tendo sido atingido o quórum mínimo de instalação de respectivamente 1/4 (um quarto) do capital votante para a Assembleia Geral Ordinária e 2/3 (dois terços) do capital votante para a Assembleia Geral Extraordinária, na primeira convocação às 09:00 (nove horas) da manhã, a segunda convocação às 09:30 (nove horas e trinta minutos) acarretará a instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária com qualquer número de acionistas presentes, os quais poderão tomar ciência e deliberar sobre os assuntos do dia, nos termos dos arts. 125 e 135 da Lei 6.404/76. Guarulhos, 15/04/2024. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente.

AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF N.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, **às 14h00min.,** em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858- SL3 – Centro/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram disponibilizados aos acionistas; **b.)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, de limite guarda-chuva no valor de R$ 20.100.000,00, via CCB com Sicoob Credicitrus, com constituição de garantia de alienação fiduciária de 100% de dois imóveis rurais, sendo Fazenda Boa Vista matrícula 42.602, e Fazenda São João matrícula 43.015; **b)** Ratificar a decisão do Conselho de Administração de alteração do capital social da controlada Baldan Agropecuária Ltda; Matão/SP, 18/04/2024. **Cleber Baldan – Presidente do Conselho de Administração.** (18,19,20)

FC BR Participações Ltda.

CNPJ/MF 50.029.328/0001-09 - NIRE 35260975761

1ª Alteração do Contrato Social e Transformação em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Pelo presente instrumento e na melhor forma do direito, **I. Uma Uma Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 27.202.039/0001-48, com sede social na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Bento de Andrade, nº 660, Jardim Paulista, CEP 04503-001, e com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP/NIRE 35.230.449.734, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Uma Uma"); e **II. IHS Consultoria Empresarial Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 43.084.103/0001-90, com sede social na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 3º andar, cj. 32, torre A, CEP 04538-133, e com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP/NIRE 35237607271, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("IHS" e, em conjunto com Uma Uma, "Sócios"), Na qualidade de únicos sócios da **FC BR Participações Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Bento de Andrade, nº 660, Jardim Paulista, CEP 04503-001, inscrita no CNPJ/MF nº 50.029.328/0001-09, e com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP/NIRE 35260975761, ("Sociedade"), resolve promover a 1ª alteração ao Contrato Social da Sociedade, nos termos e condições abaixo estipulados, sendo dispensadas as formalidades de reunião prévia e convocação das sócias em virtude do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). **1. Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade: 1.1.** Transformação. Inicialmente os Sócios, de mútuo e comum acordo, resolvem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, em conformidade com o disposto no art. 1.113 e seguintes do Código Civil Brasileiro e no art. 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), sem solução de continuidade dos negócios sociais, nem a alteração da personalidade jurídica da sociedade, mantendo-se o patrimônio. A sociedade resultante da transformação (a "Companhia") sucederá a Sociedade até então existente em todos os seus direitos e obrigações. **1.2.** Denominação. Em razão da transformação de tipo societário, resolvem os Sócios alterar a razão social da Sociedade, então Companhia, para "**FC BR Participações S.A." 1.3.** Capital Social. Em razão da transformação ora deliberada, a totalidade das 10.000 (dez mil) quotas que compõem o capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos Sócios, em moeda corrente nacional, são convertidas em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme Boletins de Subscrição de Ações, **Anexo I** ao presente instrumento, distribuídas entre os Sócios, ora acionistas, da seguinte forma: (a) Uma Uma Participações Ltda., acima qualificada, detém 7.000 (sete mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (b) IHS Consultoria Empresarial Ltda., acima qualificado, detém 3.000 (três mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2. Administração da Companhia: 2.1.** Os Sócios, ora Acionistas, resolvem, de mútuo e comum acordo, consignar que a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria Composta por 1 (um) ou mais membros. **2.2.** Eleição da Diretoria. Os Sócios, neste ato, elegem o(s) seguinte(s) membro(s) para compor a Diretoria da Companhia: **Fabio Di Gregorio**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador RG nº 34.625.791 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 213.654.838-78, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP ("Fabio"). **2.2.1.** Os Diretores ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, quando declararão não estar incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, conforme **Anexo II**. **3. Instalação do Conselho Fiscal. 3.1.** Os acionistas decidem aprovar a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A., ficando claro que o Conselho Fiscal não será instalado até eventual solicitação dos acionistas, na forma da lei. Fica, assim, dispensada a eleição e a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. **4. Publicações Legais: 4.1.** Por fim, os acionistas decidem consignar que as publicações da Companhia sejam realizadas por meio de publicação eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme artigo 294, III da Lei das Sociedades Anônimas, regulamentado pela Portaria do Ministério da Economia nº 12.071, de 07/10/2021, conforme alterada. **5. Disposições Gerais: 5.1.** Considerando as resoluções acima aprovadas, os Sócios resolvem, sem quaisquer ressalvas, aprovar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo III**, que integra o presente instrumento para todos os efeitos. **5.2.** Por fim, os sócios autorizam a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetiva formalização das deliberações acima tomadas, inclusive a abertura dos livros sociais da Companhia. São Paulo/SP, 05/03/2024. **Sócios/Acionistas: Uma Uma Participações Ltda.** Por: Paulo Eduardo Monteiro Lobato Ribeiro e Felipe Aversa Della Latta, **IHS Consultoria Empresarial Ltda.** Por: Paulo Roberto Moraes de Mingo. **Diretor(es) Eleito(s): Fabio Di Gregorio. Visto do Advogado:** Henrique Volpato Maluta - OAB/SP 399.668. **Testemunhas:** Nome: Marcela Contreras - RG: 38.067.767-2, CPF: 442.585.708-93. Nome: Dayane de Pinho Pereira - RG: 35.663.615-x, CPF: 407.373.728-77. **JUCESP/NIRE** nº 3530063521-3 e **JUCESP** nº 130.987/24-4 em 02/04/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

Churrascada Participações Ltda.

CNPJ/MF 37.283.059/0001-44 - NIRE 3523604712-3

2ª Alteração do Contrato Social e Transformação em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Pelo presente instrumento e na melhor forma do direito, **I. Uma Uma Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF nº 27.202.039/0001-48, com sede social na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Bento de Andrade, nº 660, Jardim Paulista, CEP 04503-001, e com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP/NIRE 35.230.449.734, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Uma Uma"); e **II. Gustavo Viotti Bottino**, brasileiro, casado sob o regime da separação total de bens,empresário, portador RG nº 16.149.620-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 186.324.608-89 residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, ("Gustavo" e, em conjunto com Uma Uma, "Sócios"), Na qualidade de únicos sócios da **Churrascada Participações Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Bento de Andrade, nº 660, Jardim Paulista, CEP 04503- 001, inscrita no CNPJ/MF nº 37.283.059/0001-44, e com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP/NIRE 3523604712-3 ("Sociedade"), resolve promover a 2ª alteração ao Contrato Social da Sociedade, nos termos e condições abaixo estipulados, sendo dispensadas as formalidades de reunião prévia e convocação das sócias em virtude do disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"). **1. Transformação do Tipo Jurídico da Sociedade: 1.1.** Transformação. Inicialmente os Sócios, de mútuo e comum acordo, resolvem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, em conformidade com o disposto no art. 1.113 e seguintes do Código Civil Brasileiro e no art. 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), sem solução de continuidade dos negócios sociais, nem a alteração da personalidade jurídica da sociedade, mantendo-se o patrimônio. A sociedade resultante da transformação (a "Companhia") sucederá a Sociedade até então existente em todos os seus direitos e obrigações. **1.2.** Denominação. Em razão da transformação de tipo societário, resolvem os Sócios alterar a razão social da Sociedade, então Companhia, para "**Churrascada Participações S.A." 1.3.** Capital Social. Em razão da transformação ora deliberada, a totalidade das 10.000 (dez mil) quotas que compõem o capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos Sócios, em moeda corrente nacional, são convertidas em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme Boletins de Subscrição de Ações, **Anexo I** ao presente instrumento, distribuídas entre os Sócios, ora acionistas, da seguinte forma: (a) Uma Uma Participações Ltda., acima qualificada, detém 8.000 (oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (b) Gustavo Viotti Bottino, acima qualificado, detém 2.000 (duas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2. Administração da Companhia: 2.1.** Os Sócios, ora Acionistas, resolvem, de mútuo e comum acordo, consignar que a administração da Companhia será exercida por uma Diretoria Composta por 1 (um) ou mais membros. **2.2.** Eleição da Diretoria. Os Sócios, neste ato, elegem o(s) seguinte(s) membro(s) para compor a Diretoria da Companhia: **Felipe Aversa Della Latta**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador RG nº 25.534.087-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 175.436.878-60, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP ("Felipe"). **2.2.1.** Os Diretores ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, quando declararão não estar incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, conforme **Anexo II**. **3. Instalação do Conselho Fiscal: 3.1.** Os acionistas decidem aprovar a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A., ficando claro que o Conselho Fiscal não será instalado até eventual solicitação dos acionistas, na forma da lei. Fica, assim, dispensada a eleição e a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. **4. Publicações Legais: 4.1.** Por fim, os acionistas decidem consignar que as publicações da Companhia sejam realizadas por meio de publicação eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme artigo 294, III da Lei das Sociedades Anônimas, regulamentado pela Portaria do Ministério da Economia nº 12.071, de 07/10/2021, conforme alterada. **5. Disposições Gerais. 5.1.** Considerando as resoluções acima aprovadas, os Sócios resolvem, sem quaisquer ressalvas, aprovar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo III**, que integra o presente instrumento para todos os efeitos. **5.2.** Por fim, os acionistas autorizam a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à efetiva formalização das deliberações acima tomadas, inclusive a abertura dos livros sociais da Companhia. São Paulo/SP, 05/03/2024. **Sócios/Acionistas: Uma Uma Participações Ltda. Por:** Paulo Eduardo Monteiro Lobato Ribeiro e Felipe Aversa Della Latta, **Gustavo Viotti Bottino**. **Diretor(es) Eleito(s): Felipe Aversa Della Latta** . **Visto do Advogado:** Henrique Volpato Maluta - OAB/SP 399.668. **Testemunhas:** Nome: Marcela Contreras - RG: 38.067.767-2, CPF:442.585.708-93, Nome:Dayane de Pinho Pereira - RG: 35.663.615-x, CPF:407.373.728-77. **JUCESP/NIRE** nº 3530063516-7 e **JUCESP** nº 131.171/24-0 em 01/04/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.

Jornal O DIA SP

Governo lança Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, lançou na quinta-feira (18), em Brasília, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2024 (Canpat) com o tema Segurança em Máquinas e Equipamentos. A mobilização tem o objetivo conscientizar empresas e trabalhadores sobre a importância da segurança e da saúde no ambiente de trabalho.

Durante a solenidade, Marinho defendeu a modernização dos parques produtivos, onde existem maquinários envelhecidos e sucateados, com apoio de financiamentos de bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB) e debate com as confederações das empresas.

"Se é verdade que máquinas e equipamentos estão provocando, na escala de acidentes, a maioria deles, alguma coisa está errada lá nas plantas industriais. Se a gente não atacar esse processo, não há campanha nem sensibilização que resolva se o equipamento está inadequado", disse

O ministro do Trabalho e Emprego apresentou outro desafio, a conscientização do trabalhador para o uso de equipamentos de segurança e de proteção individual (EPI). "Vemos situações onde o próprio operador tira a proteção porque acha que está atrapalhando a produtividade e quer produzir mais. Isso é uma aberração, essa ausência de consciência da sua própria proteção", alertou.

O coordenador da bancada dos trabalhadores na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Washington Santos, lembrou de trabalhadores com sequelas e daqueles que perderam a vida devido a acidentes ocupacionais. "Nós não temos vida de videogame. Quando se está na fábrica, na construção, na indústria, se acontecer alguma coisa, não há volta. Vacilou? Morre!", resumiu.

A Canpat ocorre até dezembro em todo país, com a realização de eventos públicos nos estados para sensibilização de trabalhadores e empregadores sobre os cuidados com a segurança, fortalecendo a cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho no Brasil.

Acidentes

Dados divulgados pelo MTE em 2023 revelam que, em 2022, o número total de acidentes de trabalho no Brasil foi de 612,9 mil, o que resulta na média de 69 acidentes por hora ou 1,15 acidente por minuto. No ano passado, do total de acidentes, 2.538 resultaram em mortes de trabalhadores e quase 19 mil incapacitações permanentes. No caso dos trabalhadores formais incapacitados, esses recebem o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em 2013, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou que o mundo perde 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em decorrência de acidentes e doenças do trabalho. No Brasil, com base no PIB do ano de 2022, a estimativa apresentada pelo MTE é de que os prejuízos gerados pelos acidentes de trabalho podem ter alcançado a cifra de R$ 396 bilhões, com custos e perdas para empregados, empresas, poder público e a sociedade em geral. (Agência Brasil)

Polícia Federal faz ação contra exploração sexual infantil no Rio

Policiais federais fizeram, na quinta-feira (18), mais uma operação contra a produção e distribuição de imagens de exploração sexual infantil. A operação Jizo cumpre dois mandados de busca e apreensão, expedidos pelas 8ª e 10ª Varas Federais Criminais do Rio de Janeiro, no subúrbio carioca.

Os policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (Deleciber) buscam apreender computadores, celulares e outros dispositivos de armazenamento de fotos e vídeos que contenham material de abuso sexual contra crianças.

Um dos alvos da operação de quinta já havia sido preso em 2011 e condenado por estupro de vulnerável e por produção de material de abuso sexual infantil, mas estava solto desde 2017.

Segundo a Polícia Federal (PF), os atos de adquirir, possuir ou armazenar qualquer tipo de registro de abuso sexual infantil são punidos com pena de prisão de um a quatro anos, além de multa.

A publicação, divulgação e compartilhamento dessas imagens têm pena de prisão de três a seis anos, além de multa. O crime é considerado hediondo pela Lei 14.811/2024. (Agência Brasil)

Sistema de alerta de alagamentos e deslizamentos será lançado até maio

Um sistema de alerta, via mensagens de celular, que ajudará a população em situações de desastres naturais, como alagamentos e deslizamentos decorrentes de chuvas intensas, deverá ser colocado em prática pelo governo federal até o fim de maio.

Por meio do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ideia é aumentar a sinergia entre os entes federados, bem como organizar e definir planos de contingência mais eficientes para informar a população sobre ocorrências desse tipo. Por meio desses canais de comunicação, as pessoas vão saber o que fazer e para onde ir, nessas situações emergenciais.

O tema foi abordado pelo ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante o programa Bom Dia, Ministro, veiculado pelo Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo Góes, faz parte dos objetivos do plano organizar e dar maior rapidez às respostas para situações de falta ou excesso de água. "Para tanto, vamos organizar melhor a sinergia entre governos federal, estadual e municipal", disse o ministro ao destacar que o plano prevê uma série de treinamentos e capacitações das defesas civis para estabelecer um "sistema de mensagem que vai direto ao celular", melhorando o tempo de resposta de autoridades e da população.

Nova cultura

"Precisamos ter organização e plano de contingência, para as pessoas saberem o que fazer e para onde ir [nessas situações extremas]. O Brasil não tem uma cultura de planos de contingência, nem a experiência de viver eventos extremos como outros países. E isso é algo, hoje, muito recorrente, devido aos eventos extremos", disse o ministro.

Waldez Góes explica que a ideia é gerar uma nova cultura, onde as pessoas possam, com a ajuda de sistemas de alerta e planos de contingência, ter acesso a previsões de incidências chuvas intensas, bem como sobre os riscos de deslizamentos e alagamentos que, porventura, possam ocorrer. "Isso pode acontecer muito rápido. Às vezes, em menos de seis horas", complementou.

"Nós vamos começar a implementar o programa de alerta até final do próximo mês maio. Está tudo pronto nos ministérios de Integração e Desenvolvimento Regional; das Comunicações; da Secretaria de Comunicação do governo; e na Anatel", adiantou o ministro.

Transposição do São Francisco

Segundo Waldez Góes, o governo federal pretende, nos próximos anos, aumentar o bombeamento das águas que abastecem a transposição do Rio São Francisco. "Temos de aumentar o bombeamento e a captação para os canais de distribuição, para que essa água chegue a mais pessoas", informou.

Ele lembrou que os presidentes Lula e Dilma são responsáveis por quase 100% de todas as obras de transposição de São Francisco. "Essas obras estão prontas e é bom que a gente sempre diga isso", acrescentou em meio a comentários sobre os prejuízos que têm sido causados pela divulgação de notícias falsas (*fakenews*) relacionadas a este empreendimento.

"Estão pegando imagens de obras como a do Cinturão das Águas, no Ceará, que ainda não foi abastecido de água, e imagens de outro canal cheio de água e dizem que a água que ali estava não está mais", afirmou.

"Isso é um desserviço à população, para atacar o governo responsável pela política pública", acrescentou ao convocar moradores locais a gravarem e divulgarem vídeos mostrando a real situação das obras de transposição.

O ministro atualizou a situação das obras ainda em andamento. Segundo ele, a transposição está concluída. "Falta apenas aumentar o bombeamento no Eixo Leste. Mas já temos 50% dele instalado. Com a modelagem que estamos fazendo com o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], vamos dobrar esse bombeamento e fechar em 100%", disse.

"E no Eixo Norte tem 25% instalado. São quatro conjuntos de bombas e falta instalar mais três. Um vai pelo PAC, diretamente pelo ministério, e os outros dois vão na modelagem que a gente está fazendo de gestão com o BNDES", acrescentou. O Eixo Norte leva água do São Francisco para cidades de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. (Agência Brasil)

Brasília terá voo direto para Bogotá a partir de outubro

Uma nova opção de voo internacional - partindo do Aeroporto Internacional de Brasília - foi anunciada pelo governo brasileiro. É cidade de Bogotá, capital da Colômbia. A partir do dia 27 de outubro, as duas capitais serão conectadas por um voo direto, inicialmente com três frequências semanais, de ida e volta. O tempo de viagem é de aproximadamente cinco horas.

A medida consta dos atos assinados durante a visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia. Ele se encontrou com o presidente colombiano Gustavo Petro, em Bogotá, na quarta-feira (17).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o protocolo de intenções da nova rota foi firmado entre as companhias Gol Linhas Aéreas e a Avianca. As tratativas também envolveram o Governo do Distrito Federal e empresa Inframérica, concessionária que administra o aeroporto de Brasília. Estes novos voos devem conectar viajantes oriundos da Colômbia a mais de 30 cidades brasileiras, enquanto passageiros que embarcarem em Brasília poderão usufruir de mais outros 30 destinos partindo de Bogotá.

O Aeroporto Internacional de Brasília é o terceiro maior terminal aéreo em movimentação de passageiros do Brasil. Entre chegadas, partidas e conexões, o terminal de Brasília encerrou o ano de 2023 com um fluxo de 14,8 milhões de passageiros, atrás apenas dos aeroportos de Guarulhos e Congonhas, em São Paulo, segundo dados da concessionária.

Considerado um dos principais *hubs* brasileiros, é possível viajar do terminal de Brasília, sem paradas, para todas as capitais brasileiras. Ao todo, de acordo com a Inframérica, são 38 destinos nacionais e seis destinos internacionais: Buenos Aires (Argentina), Lisboa (Portugal), Lima (Peru), Cidade do Panamá (Panamá), Miami (EUA) e Orlando (EUA). Em junho, está previsto início dos voos diretos para Santiago (Chile), o que colocará Bogotá como oitavo destino internacional disponibilizado pelo terminal de passageiros da capital federal.

Fora do eixo Rio-São Paulo, o aeroporto de Brasília é que mais movimenta passageiros para o exterior. Atualmente, é o terceiro terminal brasileiro com o maior fluxo de passageiros de voos internacionais, atrás apenas de Guarulhos e do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Além do anúncio do novo voo internacional, o governo brasileiro assinou memorandos de entendimento com ministério e agência de turismo do governo colombiano para promoção do intercâmbio turístico entre os dois países. Na quarta-feira (17), durante um fórum empresarial com investidores dos dois países, o presidente colombiano afirmou que o Brasil emite cerca de 140 mil turistas por ano para a Colômbia, enquanto pouco mais de 100 mil turistas colombianos visitam o Brasil anualmente. Os números, segundo ele, estão muito aquém do potencial turístico dos dois países mais populosos da América do Sul. (Agência Brasil)

STF valida cadastro de condenados por crimes sexuais em Mato Grosso

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (18) manter a validade do cadastro estadual de condenados por crimes sexuais em Mato Grosso. O cadastro foi criado em 2015 e permite que informações sobre condenados por estupro e pedofilia sejam acessadas diretamente pela internet.

Com o cadastro, usuários da internet podem acessar o nome e a foto de condenados por crimes contra a dignidade sexual praticados contra crianças e adolescentes. Dados de vítimas fazem parte do cadastro, mas não são divulgados publicamente.

Por unanimidade, apesar de manter a validade do cadastro, os ministros decidiram restringir o alcance das informações que podem ser acessadas. Pela decisão dos ministros, somente nome e foto de condenados com trânsito em julgado (sem possibilidade de recurso) podem ser divulgados na internet. Antes da decisão, a divulgação abrangia também suspeitos e indiciados.

Outra restrição aprovada pelos ministros foi a proibição de divulgação de dados que possam identificar as vítimas. As informações só poderão ser obtidas por meio de decisão judicial.

A constitucionalidade do cadastro foi questionada em 2020 pelo governo de Mato Grosso. Para a procuradoria do estado, somente uma norma aprovada pelo Congresso Nacional poderia disciplinar a matéria. (Agência Brasil)

Estados se unem para enfrentar desmatamento no Pantanal

A construção de um plano integrado de prevenção e controle de desmatamento e queimadas, com o alinhamento às leis estaduais, às ações de monitoramento compartilhadas e ao fomento da produção sustentável no Pantanal foram compromissos assumidos, na quinta-feira (18), pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As ações fazem parte de um acordo de cooperação técnica firmado entre os dois estados que integram o bioma, em Campo Grande.

A união dos governos aconteceu durante o seminário técnico-científico, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para debater soluções para o desmatamento e as queimadas no Pantanal. A iniciativa busca reunir esforços a exemplo do Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, lançado pelo governo federal no início do mês.

A intenção por parte dos governadores de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, e de Mato Grosso, Mauro Mendes, recebeu o apoio da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que destacou a importância das ações afirmativas em várias frentes para enfrentar um problema que é interno do bioma, mas também externo por ações em outros biomas e até por ações globais, como a mudança climática.

"Estamos agindo para ter respostas endógenas dentro do Pantanal, exógenas no entorno do Pantanal, e para termos respostas globais em relação à proteção do equilíbrio do planeta", disse a ministra.

Ao lembrar que o Mato Grosso já foi um dos estados que mais contribuía para o desmatamento, e que operações integradas reduziram em cerca de 90% esse tipo de crime no estado, Marina destacou a importância da união entre os entes federados para evitar que ações contra os ecossistemas apenas mudem de lugar.

Marina também destacou iniciativas do governo brasileiro para outros biomas que impactam o Pantanal, como a reativação do Fundo Amazônia e a possível criação de um Fundo Biomas, além de destacar que medidas para reduzir os efeitos das mudanças climáticas também favorecem a região.

"Quando o presidente Lula disse em seu discurso na COP 28 que nós precisamos sair da dependência do uso de combustível fóssil, e lá na COP28 estabelecemos que temos que fazer a transição para o fim do uso de combustível fóssil, é dizendo que depois de 31 anos nós resolvemos botar o dedo na ferida porque nós podemos fazer 100% o dever de casa em relação ao Pantanal", afirmou.

O termo de cooperação técnica firmado entre os estados que integram o bioma do Pantanal tem vigência de cinco anos. Os estados constituirão um grupo de trabalho interestadual que será responsável por debater e criar modelos de políticas públicas que possam ser implementadas. (Agência Brasil)

Nunes Marques autoriza retirada de tornozeleira de Rogério Andrade

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nunes Marques, autorizou na quinta-feira (18) o contraventor Rogério Andrade a retirar a tornozeleira eletrônica. Andrade cumpria a medida cautelar em função de processos a que responde no Rio de Janeiro.

Na quinta-feira de tarde, o contraventor compareceu à Polícia Civil do Rio para retirar o equipamento. Andrade deveria cumprir recolhimento domiciliar noturno, a partir de 18h, em função de medidas cautelares estabelecidas pela Justiça contra ele no final de 2022, quando foi solto por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Rogério Andrade é patrono da escola de samba Imperatriz Leopoldinense e explora o jogo do bicho na zona oeste do Rio e em Angra dos Reis. Ele responde a processos relacionados com a Operação Calígula, que investiga a atuação de uma organização criminosa que opera jogos ilegais.

A íntegra da decisão de Nunes Marques está em segredo de Justiça e não foi divulgada. (Agência Brasil)